



Fundação  
Joaquim Nabuco  
Editora Massangana

# CULTURA VIVA DO NORDESTE

Perfis dos 90 vencedores  
do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa

Karla Veloso



# **CULTURA VIVA DO NORDESTE**

Perfis dos 90 vencedores  
do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa

Karla Veloso

MINISTRO DA EDUCAÇÃO  
Milton Ribeiro

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Antônio Ricardo Accioly Campos

DIRETOR DE MEMÓRIA, EDUCAÇÃO, CULTURA E ARTE  
(DIMECA)  
Mario Helio Gomes de Lima

COORDENADORA DO GERENCIAMENTO  
DE PROJETOS E PROCESSOS  
Elizabeth Mattos

# **CULTURA VIVA DO NORDESTE**

Perfis dos 90 vencedores  
do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa

Karla Veloso

© 2021 Da autora  
© 2021 Editora Massangana

Projeto gráfico  
*Editora Massangana*

Revisão  
*Marcelo Abreu*

Foi feito o depósito legal.

Impresso no Brasil.

Reservados todos os direitos desta edição.  
Reprodução proibida, mesmo parcialmente, sem autorização  
da Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Fundação Joaquim Nabuco. Biblioteca)

V343c Veloso, Karla

Cultura viva do Nordeste - perfis dos 90 vencedores do Prêmio  
Delmiro Gouveia de Economia Criativa/Karla Veloso. Recife:  
Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2021  
252p.

ISBN 978-65-5737-016-2

1.Cultura. 2. Nordeste. 3. Prêmio Delmiro Gouveia de Economia  
Criativa. I. Título -

CDU 008 (81)

Fundação Joaquim Nabuco | [www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)  
Av. 17 de Agosto, 2187 - Ed. Paulo Guerra  
Casa Forte - Recife, PE | CEP 52061-540 - Telefone (81) 3073.6363  
Editora Massangana | Telefone (81) 3073.6321  
<https://www.fundaj.gov.br/index.php/pagina-editora-massangana>

# SUMÁRIO

*Novos delmiros, plenos de energia, 9*  
por Antônio Ricardo Accioly Campos

*É porque nós somos muito ricos, 11*  
por Mario Helio Gomes de Lima

*Estas histórias nos ensinam, 21*  
por Karla Veloso

## **ALAGOAS**

Mantas, redes e tapetes, 29  
Saberes e fazeres, 31  
*Coworking* de marcenaria, 35  
Educação musical, 37  
Tonã toá: geripankós, 39

## **BAHIA**

Além da moda, 45  
Cachoeira de licor, 47  
Letras cartonegras, 49  
De olho na saúde, 51  
Compromisso com os orixás, 53  
Fonte efetiva de renda, 55  
Cinema feito por mulheres, 57

## **CEARÁ**

- Fábrica de museus, 63
- A chapada nas ondas do rádio, 65
- Ana da rabeça, 69
- Sete salas musicais, 71
- Alto volume, baixo custo, 73

## **MARANHÃO**

- Muito acima do chão, 79
- Zabumbas e sanfonas, 81
- Os bordados de Tânia, 83
- Saberes ancestrais, 85
- A casa das Minas, 89
- Mestre Raimundinho, 91
- Miolos e garbosos, 93
- A cura pelos orixás, 95
- Tribuna do samba, 97
- As caixeiras do Divino, 99

## **PARAÍBA**

- Transformação social, 105
- "A morada" das labirinteadoras, 107
- Colagens digitais, 109
- A vitória do bem sobre o mal, 111
- Luz, câmara, germinação, 113
- Oné, ilá, oriki, iorubá, 115
- Encontro de batuques, 117
- Troncos velhos, 119
- Viradas, festivais e estações, 121

## **PERNAMBUCO**

- A paisagem sonora de Olinda, 127
- Vamos espalhar poesia, 129
- Êxito rural, 131
- Uma grande agenda do teatro, 133
- Reinventando os instrumentos, 135
- Circo na praça, 137
- A dramaturgia dos orixás, 139



Oprimidas e oprimidos, 143  
Espiral das artes, 145  
O canavial como método, 147  
Porto musical, 149  
O museu vivo da Várzea, 151  
Cinema no coração do Brasil, 153  
Um museu afrodigital, 155  
Mais que colchas de retalhos, 157  
Vendem-se imagens, 159  
O negócio da rima, 161  
Lições de música, 163  
O cortejo do boi, 165  
Forró para todos, 167  
Tesoura, ferrolho, carpado..., 169  
Gramática corporal do frevo, 171  
Toques e retoques do boi, 173  
Artistas em atuação de rua, 175  
Curso de leitura criativa, 177  
Baque solto, 179  
Música periférica do Brasil, 181  
Severina Branca, 183  
A mata, o lixo, o rio, a cachoeira, 185  
A teima do Tira-teima, 187  
Terreiro de Xambá, 191  
Omiyalê, Marcone e mestre Zé Negão, 193  
Flor de barro, 195  
Caixas de histórias, 197  
O artesão do tambor, 199  
Memória e transmissão, 201  
De azougues e folgazões, 203  
Herança de muitas gerações, 205  
Tecnologias ancestrais, 207  
Resistente às intempéries, 209

## **PIAUI**

Gestão on-line, 215  
Balé alegre, crítico e lúdico, 217  
Energias e vibrações, 219

Geleia total, 221  
Economia e inclusão social, 223  
Junina Mandacaru do Sertão, 225

### **RIO GRANDE DO NORTE**

Protagonismo feminino, 231  
O museu das 3 mil relíquias, 233  
Eixo de fotografia, 235  
Mora na fotografia, 237  
A memória do Candomblé, 239  
Fuxicos e biojoias , 241

### **SERGIPE**

Olha a queijada de coco, Sinhá!, 247  
Na rua João Bebe Água, 249

# NOVOS DELMIROS, PLENOS DE ENERGIA

por Antônio Ricardo Accioly Campos

A Fundação Joaquim Nabuco sintonizada com o contemporâneo e tão empenhada em construir o futuro no presente quanto foi Gilberto Freyre, seu fundador, aposta na Economia Criativa. Entre as pautas ainda pendentes do Brasil como ‘país do futuro’ está o de ser o lugar das oportunidades, não o das desigualdades. Assim será possível realizar aquela segunda Abolição tão sonhada por Joaquim Nabuco.

Se a cultura é o que distingue cada povo, sua pujança efetiva se dá na economia. Isto significa riqueza e justiça social. Da riqueza – natural, cultural – ninguém tem dúvida, desde os tempos da colonização. Quanto à justiça, deve ser o empenho cotidiano de todos os gestores públicos de bem.

Tendo sido precursor e pioneiro em tantos temas de interesse regional, nacional e global, Gilberto Freyre se voltou, principalmente a partir dos anos 1960, em cultivar uma nova ciência. A futurologia. Entre as suas antevisões cumpridas caprichosamente está esta expressa num artigo que o mestre publicou no *Diário de Pernambuco* em 29 de dezembro de 1963:

“A repercussão dessa revolução tecnológica será imensa no plano da organização de relações de caráter econômico entre os homens. Mas será igualmente imensa no plano psicossocial das relações interumanas, em geral; e interpessoais, ou particular, no plano cultural dessas relações; nos estilos de convivência humana; nos objetos em que se fixará a preocupação, a criatividade, a atividade lúcida do homem – quer do médio, quer do estética ou intelectualmente superior. Não há exagero algum em esperar-se desse novo tipo de civilização um tipo também novo de homem.”

O artigo era, na verdade, o trecho de uma conferência que o autor de *Insurgências e ressurgências atuais* havia pronunciado na Federação das Indústrias de Pernambuco, em 18 de dezembro de 1963. Por esse parágrafo citado tem-se um vislumbre do que ele anteviu sobre as novas relações de trabalho e lazer, e intrinsecamente, a nova economia que não pode prescindir de ser criativa.

Equivalente ao que Gilberto Freyre representa no plano teórico e Joaquim Nabuco no aspecto social, temos Delmiro Gouveia no econômico. Mais do que um visionário, ele foi um homem prático, pragmático. Não um sonhador, mas um realizador.

É na cultura onde o sonho e as coisas práticas encontram o seu melhor meio de expressão. Daí que um poeta como Fernando Pessoa haja afirmado: “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”. A obra que nasce neste livro de Karla Veloso é a realidade concreta de diversos sonhos de centenas de famílias no Nordeste postos em prática e premiados pela Fundação Joaquim Nabuco.

Tantos os empreendedores coletivos quanto os individuais puderam, e podem, com os recursos obtidos do Prêmio patrocinados pelo Ministério da Educação por intermédio da Fundação Joaquim Nabuco, ampliar os seus negócios criativos. Fazê-los ainda melhores. Em todos os nove estados da região. Com esse bom uso do dinheiro público, o governo federal cumpre numa das suas instituições reais mais perenes e ativas o duplo papel de homenagear um dos heróis do desenvolvimento no país – Delmiro Gouveia – e estimular os novos ‘delmiros’ plenos de energia, num tempo em que as pessoas mais dela necessitam: em todos os bons sentidos, por todos os melhores meios disponíveis. Com criatividade. Com inovação. Com efetividade.

---

***Antônio Ricardo Accioly Campos*** é presidente da Fundação Joaquim Nabuco/Ministério da Educação.

# É PORQUE NÓS SOMOS MUITO RICOS

por Mario Helio Gomes de Lima

Este livro é um recorte jornalístico dos vencedores do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa. O concurso foi promovido pela Fundação Joaquim Nabuco em 2020, por intermédio de sua Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte. Um tanto quanto diferente da maioria dos concursos e editais do gênero no Brasil. Não se tratou de inscrever projetos por fazer, mas sim o efetivamente cumprido ou *work in progress*. Não um prêmio de fomento, mas de reconhecimento.

A proposta do prêmio não se deu como o cumprimento de uma pauta de emergência ou a busca de solução para algo circunstancial. Senão como parte de um conjunto de iniciativas em que se move e faz mover a máquina-do-mundo das políticas públicas de cultura. No caso da Fundação Joaquim Nabuco, sendo a pesquisa, o estudo, o ensino e ação cultural umas coisas interligáveis e até inseparáveis. O velho adágio de que melhor do que dar o peixe é ensinar a pescar pode ser enriquecido no seu significado. Premiar quem, além de ensinar a pescar, também pesca: os mais variados peixes.

Um exame cuidadoso na história do Brasil mostrará o pioneirismo do Norte/Nordeste em quase todos os campos do fazer artístico, dos folguedos populares, das tradições culturais. De um jeito tal que a cultura – seja na acepção antropológica ou do senso comum – está na origem da região, do seu desenvolvimento e é balizadora do seu futuro.

Cada um dos perfis das propostas vencedoras mostra que o bem cultural tem uma ligação unha-e-carne com a sobrevivência no Nordeste do Brasil. Muito antes de o assunto ser tema de artigos, livros e teses, já era explicitado pelo poeta repentista Sinfrônio:

Esta minha rabequinha  
É meus pés e minha mão  
Minha foice e meu martelo  
É meu mio e meu feijão  
É minha planta de fumo  
Minha safra de algodão.

Consciência de que o espírito da poesia alimenta e alimenta-se da materialidade; de que a obra e a graça não são excludentes; de que dinheiro – um símbolo, uma metáfora também – é bem-vindo. Que o poeta popular sabe dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César. O que está bem sintetizado nestes versos irônicos:

Rancho de cavalo é milho,  
De cantador é dinheiro.  
Quem canta de graça é galo,  
Pra divertir o terreiro.

Não, poeta que se preze não canta de graça pra ninguém. A poesia é o motor da dignidade e do sustento. Verdades tão lírica e altivamente expressas pelo poeta espanhol Antonio Machado:

Converso con el hombre que siempre va conmigo  
–quien habla solo espera hablar a Dios un día–;  
mi soliloquio es plática con ese buen amigo  
que me enseñó el secreto de la filantropía.

Y al cabo, nada os debo; debéisme cuanto he escrito.  
A mi trabajo acudo, con mi dinero pago  
el traje que me cubre y la mansión que habito,  
el pan que me alimenta y el lecho en donde yago.

A consciência do imanente como parte do transcendente existe nos autores populares e nos chamados eruditos. Na escrita do mais convencional e do vanguardista. Um deles, Vladimir Maiakovski, assim definiu a poesia, nos meados de 1920: “Poesia é manufatura. De um difícilimo e muito complexo tipo, mas manufatura”.

Há nas afirmações do poeta popular brasileiro e no vanguardista russo sutis diferenças, mas que, no fim, convergem no prin-

cipal. A essencialidade econômica da primeira e a indústria intrínseca, do ofício em si, da segunda. Em ambos os casos, triunfa o aspecto tangível, industrial, agrícola da poesia: fruto da terra, mesmo que vindo do céu.

Uma leitura atenta de outros autores – nomeadamente a partir do século XVIII – vai revelar a indiscutível relação da poesia com o trabalho. Como nos versos em que o brasileiro Castro Alves retoma o velho tópico do poeta como cego e mendigo – tão típico que dois dos poetas populares do Brasil – o Sinfrônio, já citado – e Aderaldo eram cegos.

Bem sei, Senhora, que ao talento agora  
Surgiu a aurora de uma luz amena.  
Hoje há salário pra qualquer trabalho,  
Cinzel, ou malho, ferramenta ou pena!

Quando tive a ideia do prêmio em meados do ano passado, foi pensando-o como um item de um conjunto de ações em que os elementos coletivos e colaborativos estivessem como dominantes desde o início. A convicção de que a cultura e a economia não estão somente relacionadas, são mesmo inseparáveis, podia ser instrumentalizada e aperfeiçoada tomando como ponto de partida o próprio nome da diretoria: a Memória, a Educação e a Arte não são elos soltos, estão no núcleo, no cerne da Cultura em si. Isto significa que a chamada ‘economia criativa’ – a despeito da imprecisão e pobreza da expressão – simplesmente reconhece na teoria o que qualquer trabalhador já sabe na prática: que seu ofício é meio de sobrevivência. E não apenas material. Como integrante de sua saúde espiritual e emocional. E sempre considerando que o fazer tanto mais completo é quanto se expressa também em saber, em ensinar. Daí que a velha divisa do poeta romano Horácio aproxime “dulci” e “utile”.

Não seria correto definir uma hierarquia entre o “dulci” e o “utile”. É verdade que nem sempre são irmãos siameses, mas que uma coisa não exclua a outra é a busca do ideal. Daí que somente os espíritos mais tolos colocam de um lado economia e do outro a cultura. De um jeito ou de outro, a realidade não se curva às teorias, e a tal economia criativa termina por ser a concretização do “dulci” no “utile”. De que o labor pode ser feito com prazer,

e quando não o seja, que haja métodos para invocar o “dulci”, como são exemplos os cantos de trabalho, e a convicção de que quem canta seus males espanta.

A economia da cultura, a economia criativa, a indústria criativa, a indústria cultural e outras expressões parecidas dizem respeito à mesma coisa. De que a inteligência, o conhecimento é meio de sobrevivência da população e de desenvolvimento dos países. A economia criativa participa do bem-estar de um povo, de sua qualidade de vida.

Perceber ativos nos atos e objetos criativos é mais do que enxergar o fácil trocadilho. Que não sirva de miragem para escamotear a problemática da igualdade e desigualdade, de certas equidades que, no Brasil, como se sabe, se pratica pouco. A distribuição de renda é parca, no país do equilíbrio de antagonismos – para usar uma velha expressão de Gilberto Freyre. Desde as mal traçadas linhas da carta de Pero Vaz de Caminha, repete-se o bordão de que o Brasil é pleno de recursos naturais e culturais. Ao longo da história, continuaram falhas a distribuição e redistribuição dos bens. Para a maioria, nascer no Brasil é como abrir uma caixa de Pandora pródiga em males, mas que conserva no seu interior a esperança. Como uma criança em busca do pote de ouro na projeção do arco-íris, a justiça social e a riqueza com mais equidade estão sempre no futuro. O futuro será um perpétuo adiamento enquanto pouco se fizer para que brote no presente.

No campo artístico também são extremas as diferenças de ganhos entre os que vivem da chamada economia criativa. A parte boa é que ao Brasil nunca tem falhado a fé nem faltado os recursos. Por mais que se saiba, desde a infância que a economia diz respeito ao escasso, a criatividade tenta desmenti-lo.

O termo *recursos* pode ser aplicado a algo mais abrangente. Como o que propôs Amartya K. Sen, ainda no início dos anos 1980. A qualidade de vida se associa a habilidade para desempenhar funções. Essa ideia é útil, como se ocuparam de provar outros estudiosos, pois proporciona um critério para avaliar o bem-estar. O quanto ganha uma pessoa é apenas parte do que necessita para a qualidade de vida. Liberdade e igualdade, de preferência, conectadas, incluem-se numa lista nada pequena de elementos desejáveis para o bem-estar de alguém.



País das confluências quase por antonomásia, o Brasil sempre foi um território fértil para as mestiçagens e os ecumenismos. Com os paradoxos de que, sendo tão exemplar na exclusão, nunca deixou prosperar exclusivismos extremos, e que, sendo tão afeito à inclusão de estrangeiros, seja tão amiudadamente mais tacaño ao incluir os seus autóctones.

Nas entrelinhas das pequenas histórias dos vencedores do Prêmio, sua intra-história, há aspectos disso postos a quem tem olhos para ver e ouvidos para ver. Terra não apenas da vera e santa cruz feita talvez com a madeira que lhe deu o nome. Terra que assumiu o gentílico do trabalhador. Não o adjetivo, mas o substantivo usado para os trabalhadores da árvore do pau-brasil. O brasileiro, tal como o marceneiro, o funileiro, sabe que o seu destino está nas suas mãos. Na cultura do trabalho. No trabalho da cultura. Incluindo-se toda a polissemia do termo. Cultura nutrida de matizes e de ambiguidade que se expressam na cordialidade, no sorriso, na política, na proxemia.

A palavra “cultura” está carregada de um sentido de imanência e literalidade que o emprego metafórico terminou por ocultar. Quem se ocupar de averiguar os usos da palavra “cultura” e mesmo da expressão “economia da cultura” no Brasil no início do século passado, por exemplo, não vai encontrar menções ao que depois se convencionou chamar de indústria cultural. E sim algo como esta notícia do *Diário de Pernambuco*, em 10 de janeiro de 1923:

“Hoje mais do que nunca começamos a sentir a necessidade premente de estudar os processos mais aperfeiçoados e econômicos para serem postos em prática na cultura da cana, pois, somente assim, será possível alcançarmos um resultado mais aproveitável. O princípio da seleção é por exemplo uma das grandes necessidades que se impõe atualmente ao agricultor, porque se continuarmos na prática puramente mecânica e insuficiente à economia da cultura, teremos que assistir fatalmente o declínio da indústria açucareira, aliás um tanto abalada em consequência das oscilações nos preços do produto.”

Esse parágrafo se refere a aspectos concretos do problema da indústria da cana-de-açúcar que, no início do século passado, vivia um sério momento de transição, em pontos críticos. Cultura

aí não aparece como metáfora de cultivo, de elaboração, de refinamento. Mostra-se no seu sentido cru, direto, ainda presente em agricultura, puericultura, e até mesmo na biologia.

No entanto, como ignorar que ao lado, e até dentro dela, de tal cultura da cana – quase o único produto viável no Nordeste brasileiro por séculos – se foi desenvolvendo a cultura como hoje mais se entende? A dos bens intangíveis. Por vezes tão intangíveis a tal ponto que, diferentemente do poeta georgiano antes citado, um carioca dizia, no mesmo início de século ser a poesia o sorriso da sociedade.

No Nordeste a poesia é tanto sorriso quanto lágrima, e no seu sal, pode ser uma forma de ganha-pão. Os abundantes exemplos nos repentistas, e na modesta indústria dos folhetos de cordel – a primeira e eficaz forma de autoedição no país. Exemplos de que a poesia é parte do seu meio de ganhar a vida e o dinheiro são bem conhecidos. O menos nítido é a consciência por vezes ironicamente expressa da relação entre a economia e a cultura mostrada pelos próprios poetas populares.

No conto “É porque nós somos muito pobres” o escritor mexicano Juan Rulfo conta o esforço de sobrevivência de uma família. A esperança se traduz numa vaquinha. Será o modo de salvar a filha menor da prostituição. Mas a esperança pode literalmente ir por água abaixo. Que foi o que aconteceu à vaquinha chamada carinhosamente de Serpentina. Uma família quase sem recursos perde o pouco que tem. Daí o pessimismo do personagem narrador:

“Aquí todo va de mal en peor. La semana pasada se murió mi tía Jacinta, y el sábado, cuando ya la habíamos enterrado y comenzaba a bajársenos la tristeza, comenzó a llover como nunca. A mi papá eso le dio coraje, porque toda la cosecha de cebada estaba asoleándose en el solar. Y el aguacero llegó de repente, en grandes olas de agua, sin darnos tiempo ni siquiera a esconder aunque fuera un manojo; lo único que pudimos hacer, todos los de mi casa, fue estarnos arrimados debajo del tejabán, viendo cómo el agua fría que caía del cielo quemaba aquella cebada amarilla tan recién cortada. Y apenas ayer, cuando mi hermana Tacha acababa de cumplir doce años, supimos que la vaca que mi papá le regaló para el día de su santo se la había llevado el río”.

No Brasil, tão semelhante e diferente do México em muitos aspectos, situações assim se repetem ao longo da história. Com pouca mobilidade social e econômica e com muita desigualdade é quase como se a História não existisse plenamente em muitos lugares e rincões, pois fazendo chuva ou sol, o mundo parece haver estacionado. Como o “Pueblo Blanco”, da canção espanhola.

Por falar em Espanha, há um artigo dos mais interessantes de Gilberto Freyre em que ele mostra como hispânicos e brasileiros costumam sofrer de uma espécie de síndrome – o uso desta palavra é por nossa conta, não do sociólogo –, uma vergonha da riqueza. Ou, como ele, com mais propriedade, assinala: o pudor do lucro. Muitas vezes tal “pudor” vem acompanhado de uma dose generosa de inveja. Uma vítima exemplar na época do Império? Mauá. E na República? Delmiro Gouveia.

Portanto, não foi por acaso a escolha do coronel Delmiro Gouveia, precursor no comércio e na indústria, para ser o patrono do prêmio de Economia Criativa da Fundação Joaquim Nabuco. Homem de sentido prático, foram os seus empreendimentos uma resposta a Canudos. Isto para retomar uma ideia de Assis Chateaubriand. Ao Brasil pré-moderno, arcaico, de Canudos, a modernidade e a pós-modernidade de Delmiro Gouveia, que é, mais de um século após sua morte, nome de cidade, e de prêmio de um dos tipos de indústria e comércio das mais difíceis: a cultura, em todos os seus sentidos, suas linguagens, suas formas de expressão.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Delmiro Gouveia pouco suplanta 0,600. Portanto, é nessa realidade de desenvolvimento entre médio e baixo que vivem os vencedores do Delmiro Gouveia que atuam em Delmiro Gouveia. Pariconha está em nível similar. O índice de União dos Palmares é mais baixo: 0,583 (dados de uma década atrás, mas que, tendo em vista o ritmo brasileiro, não deve ter variado muito para cima).

Quando rumamos para a Bahia os números se assemelham. Cachoeira: 0,647; Sítio do Mato: 0,564;

Saindo da Bahia e chegando ao Ceará, conforme a ordem alfabética: Crato: 0,713; Campos Sales, 0,630; Nova Olinda: 0,625; Umari: 0,591;

Os números do Maranhão vão nas mesmas cifras: Anajatuba: 0,581; Bacabal: 0,651; os da Paraíba, idem: Sousa: 0,668; Conde: 0,618; Baía da Traição: 0,594;

Pernambuco: Olinda: 0,735; Camaragibe: 0,692; Caruaru: 0,677; Santa Cruz do Capibaribe: 0,648; São José do Egito: 0,635; Pesqueira: 0,610; Tracunhaém: 0,605; Correntes: 0,536; Poçoão: 0,528.

O Rio Grande do Norte não é exceção nesses números tão parecidos: Macaíba: 0,640; Santa Cruz: 0,635;

Por fim, Sergipe, com São Cristóvão: 0,662.

Não, não faltaram as capitais. Exceto Aracaju e Fortaleza, que não conseguiram obter o Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa. As demais foram, como era previsível, as mais presentes, tanto nas inscrições quanto nas premiações. Neste ponto, há uma lógica lusitana quase sem variação ao longo dos séculos: o domínio do litoral como sítio para as capitais.

Embora esses números digam algo, não expressam nada de surpreendente. Vale a pena, no entanto, por vezes conferir ou aferir o óbvio. Começando por comparar as capitais. Todas tiveram vencedores, e em maior número, no Prêmio. Num *ranking* nada rigoroso nem minimamente sistemático, tem-se algo assim:

Recife: 0,772

São Luís: 0,768

João Pessoa: 0,763

Natal: 0,763

Salvador: 0,759

Teresina: 0,751

Maceió: 0,747

É preciso não ceder à preguiça, covardia, medo ou abulia para ser capaz de desenvolver a criatividade. Mesmo que o dom seja um só, como acontece na famosa parábola dos talentos.

O livro de Karla Veloso é uma viagem por milhares de quilômetros de criatividade de pessoas tão diferentes quanto os lugares onde nasceram ou habitam. Em categorias que vão do patrimônio às chamadas criações funcionais; do artesanato à música; das artes visuais às cênicas, literárias etc.

O Prêmio Delmiro Gouveia que tem neste livro um importante registro de memória, com pitadas de história oral, é parte de realização mais ampla. Começou a ser desenvolvido, desde o ano de 2020, um novo projeto na Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte. O Observatório de Economia Criativa. Pode-se

dizer que este livro é, paradoxalmente, o primeiro fruto de uma árvore que ainda está sendo plantada/implantada.

*Cultura viva do Nordeste* é, na sua estrutura, uma longa reportagem. Cada retrato ou perfil compõe, na sua heterogeneidade, a unidade fundamental traduzida numa narrativa tão cheia de calor humano quanto os personagens que aborda. Sem perder a objetividade e a sobriedade, que são virtudes do jornalismo orgulhoso de dizer o próprio nome.

Cada uma dessas histórias explora a altivez de um Nordeste emancipado da monocultura. Sabedor de que a criação artística ou a preservação de um ritual é tão relevante quanto a criação de gado. Que o boi não é mais relevante que o bumba meu boi. Que o folguedo pode ser uma forma de trabalho. Premiado. Pois se fortunas não caem do céu nem há gatos que descomem dinheiro, não há remédio senão trabalhar.

Diferentemente do conto mexicano, os vencedores do prêmio cujas histórias estão bem resumidas neste livro podem encontrar mais do que no “dom”, no exercício do “dom” a razão do seu sucesso. Não são vidas nem vozes das secas. Não esmolam. Sabem do valor e do preço do que fazem. Fabricam. Vendem. A cultura. Sua principal ocupação. Não para sobreviver. Apenas. Para viver. De cultura. Viva. Do Nordeste.

---

**Mario Helio Gomes de Lima** é diretor de Memória, Educação, Cultura e Arte (Dimeca), da Fundação Joaquim Nabuco/Ministério da Educação.



# ESTAS HISTÓRIAS NOS ENSINAM

por Karla Veloso

*O Nordeste de Joaquim Nabuco, Delmiro Gouveia e Luiz Gonzaga. É também o de Zé Reis, de Mestre Maureliano e de Ana da Rabeca. O Nordeste é grande e populoso. São 60 milhões de pessoas habitando pouco mais de 1,55 milhão de quilômetros quadrados. E em cada recanto desta região há alguém pensando em fazer diferente, seja criando novos projetos, seja lançando mão de novas abordagens para manter uma tradição. Se virando, como é dito casualmente. Essa criatividade é narrada em cada página deste livro. São as 90 histórias dos vencedores no Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa.*

Poderiam ser cinco, seis vezes mais. Afinal, foram quase 600 inscritos nessa premiação realizada em 2020 pela Fundação Joaquim Nabuco, por meio de sua Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte. Um incentivo à criatividade. O reconhecimento aos talentos dos nove estados nordestinos. Os números já falaria por si. Mas as histórias, comovem, fortalecem e demonstram a força que no Nordeste emana de cada povoado, cidade e estado.

Elas nos ensinam. Lições como a de Marieta Santos, 76 anos, de São Cristóvão, em Sergipe. Bisneta de pessoas escravizadas, trabalha desde os 5 fazendo queijadinhas. Por anos morou com a avó materna, a mãe e os irmãos em uma casa que alagava ao sabor da maré. Sabe

que a vida não é apenas doce. Há mais de seis décadas segue uma jornada que começa às 6h e não tem hora para acabar.

\*\*\*

E quando a luta é para manter uma tradição? Este livro tem muitos relatos como de João Porfírio, 69. João é do povoado de Cajueiro, na cidade de Anajatuba, norte do Maranhão. Cria porcos e vai de porta em porta pedindo ajuda para realizar a Festa do Divino Espírito Santo a cada dezembro. Janayce Pereira, 38, é neta e herdeira espiritual de Maria Pereira, 97, a mãe de santo mais antiga em atividade no Brasil. Seu esforço é para salvaguardar as curimbas entoadas na Tenda Espírita de Umbanda Nossa Senhora da Conceição, em Teresina, no Piauí.

Se o mercado está saturado, nós, nordestinos, não desanimamos. Vamos em busca de espaços ainda não preenchidos, como fez Rodrigo Ribeiro, 41, ao criar o espaço compartilhado de marcenaria criativa, o Wood co-Lab, em Maceió. Como inovou também a escritora Andressa dos Prazeres, 33, ao abrir em Cachoeira, no Recôncavo Baiano, a Cartonera das Iaiá, uma editora de livros artesanais, voltada para escritoras negras.

No Rio Grande do Norte e na Paraíba temos duas iniciativas que mostram que a educação faz, sim, diferença na vida das pessoas. Inclusive nas que estão ensinando. Professora aposentada, Cleudia Bezerra, 75, quis seguir educando e montou um museu na fazenda da família, em Santa Cruz, no Rio Grande do Norte, com foco em estudantes. Lá, alunos da rede pública não pagam entrada. Em terras paraibanas, Ana Bárbara da Silva, 46, é cineasta de formação. Mas é também mestra. Desenvolveu novas metodologias de ensino para uma comunidade quilombola.

Há projetos entre os premiados que foram pensados tão coletivamente que não representam apenas uma pessoa ou uma tradição, mas a de toda uma região. É o que acontece com o Método Canavial, de Afonso Oliveira, 52, que livrou do desbotamento os festejos da Mata Norte pernambucana. Ensinou a mestres, mestras e grupos de maracatus, cavalos marinhos, orquestra de frevo e tantos outros a como fazer projetos e manter vivas suas artes.

Se nos faltar motivação, fiquemos com Ana da Rabeca, 73, citada logo no início deste texto. A rabequeira aprendeu “de ouvido”



e toca desde os 15 anos. Teve o talento reconhecido tardiamente, em 2015, ao ser descoberta por um pesquisador como sendo a única mulher no Ceará a tocar o instrumento. Mas não quer o mesmo destino para sua arte e vai repassá-la aos mais jovens, em especial às mulheres. Esses muitos Nordestes estão aí, nas próximas páginas. E são um afago à nossa alma de nordestino.

---

**Karla Veloso** é de Goiana, cidade da Mata Norte de Pernambuco. É jornalista graduada pela Universidade Católica de Pernambuco e está como assessora de comunicação da Fundação Joaquim Nabuco. Foi repórter de economia e editora nos jornais Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco. Venceu prêmios de jornalismo como o da Associação Brasileira das Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança, nas edições de 2004 a 2007, por três vezes o do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Pernambuco, o das Empresa de Mercado Imobiliário de Pernambuco e o Alexandre Adler de Jornalismo. Foi finalista do Cristina Tavares, do Prêmio Líbero Badaró de Jornalismo e Prêmio CNH de Jornalismo Econômico.







**ALAGOAS**



# MANTAS, REDES E TAPETES

*Em um galpão repleto de cobogós que garantem ventilação e iluminação, um grupo de 15 mulheres se revezam em seis teares. É lá, no espaço da Associação Descanso do Rei, que trabalham dia a dia produzindo mantas, redes, tapetes e tecidos para roupas. O ofício e o tear que utilizam passaram de suas avós para suas mães até chegarem às suas mãos. Foram mantidos para garantir não apenas a subsistência, mas a sobrevivência de uma arte que desde o início do século XX resiste em Povoado Salgado, comunidade rural a 6 km da sede do município de Delmiro Gouveia.*

“O tear é nosso alimento, para a alma e para o bolso. Representa tanto nosso povoado que todo esforço é válido”, afirma Alessandra Pereira.

Foi ela que, ao saber do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa por um amigo, inscreveu a Associação Descanso do Rei. Ter o projeto selecionado, assevera, foi um presente após um ano difícil, quando as vendas despencaram de 1,5 mil peças para 200. “Um alento para todo o povoado”, afirma.

Até a década de 1980, a matéria-prima para a produção, o fio de algodão, era comprado pelo grupo feminino na Fábrica da Pedra, unidade inaugurada em 1914 pelo visionário Delmiro Gouveia no município. “O fechamento da fábrica foi um baque. Poderia ser o fim de nossa tradição, mas insistimos em mantê-la.”

Pedagoga de formação, Alessandra divide seus dias entre as atividades na associação, o tear e as aulas na Escola municipal. Assim como sua mãe, Maria José, já presidiu a Descanso do Rei. Nome, aliás, escolhido pelas associadas em referência à passagem de Dom Pedro II na comunidade em outubro de 1859. “Que ele pernoitou aqui temos certeza, está em seu livro *Diário do Imperador*”, explica.

Alessandra já foi secretária e presidente da Descanso do Rei. Hoje está como vice, com a artesã Maria Shirley presidindo. Recorda com carinho quando Maria José, em 1995, com o apoio da técnica Maria Ângela Feitosa, funcionária da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Alagoas (Emater-AL), conseguiu construir a sede da associação.

Até então, as mulheres trabalhavam cada uma em suas casas, o que dificultava o fluxo da produção. Com a sede, puderam organizar o trabalho. “Uma rede, por exemplo, que tem cerca de sete etapas até ser finalizada, era levada de uma casa a outra até ficar pronta. Embora cada uma das artesãs se empenhasse, não havia unidade na produção das peças”, explica.



# SABERES E FAZERES

*Aos 72 anos, Irinéia Rosa Nunes da Silva é uma das mais reconhecidas artistas da cerâmica popular brasileira. Dona Irinéia faz parte de um grupo de remanescentes quilombolas do povoado do Muquém, município de União dos Palmares, cidade do estado de Alagoas conhecida por ser a terra do líder quilombola Zumbi dos Palmares.*

Patrimônio Vivo de Alagoas, a ceramista já teve suas peças expostas na Expo Milão, na Itália, uma das maiores feiras internacionais de artesanato. Mas enfrentou dificuldades em comercializar suas peças durante a pandemia da Covid-19. Foi aí que entrou a Labafero, uma plataforma que possibilitou que desse cursos e mostrasse sua obra.

“O Labafero é uma plataforma de cursos on-line inspirada na criatividade nordestina. Para reunir a gente que ama compartilhar seus saberes e fazeres e a gente que tem o desejo de aprender algo novo”, explica a idealizadora do projeto, Mariana Cavalcante, 26 anos, turismóloga, arquiteta e urbanista.

Ela enumera as ações da plataforma: criar uma cadeia de valor com o poder de disseminar a cultura nordestina, estimular a autoexpressão artística, revelar novos talentos, despertar o pertencimento cultural, conectar comunidades tradicionais ao uso da internet e gerar renda extra.

Para tocar a plataforma, Mariana convidou para sócio o diretor de fotografia Ramon Santos, 27 anos. Inicialmente, investiram capital próprio. Com os recursos do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa, aprimoraram o projeto. “Elaboramos o modelo de negócio, construímos a plataforma, registramos a marca, formalizamos tudo juridicamente, viabilizamos as gravações, fizemos o processo de pós-produção e vamos colocar em prática nosso planejamento de *marketing* com o lançamento da plataforma”, destaca Mariana Cavalcante.

Os primeiros cursos criativos da Labafero foram gravados com alagoanos e são nas áreas de artesanato, *design*, gastronomia e *marketing*. Além de Dona Irinéia, há também no artesanato o mestre Petrônio, 53 anos, artesão que vive no Povoado Ilha do Ferro, no município de Pão de Açúcar, a 230 km da capital Maceió. O mestre faz peças em pedaços de madeira que encontra em suas caminhadas pela mata. Neles vê animais, formas e seres que vão sendo entalhados por suas mãos e ganhando vida.

No *design* há o grafiteiro alagoense Joe Santos, 32 anos. O grafiteiro tem um traçado singular, multicolorido e utiliza elementos que representam a cultura nordestina. Realiza intervenções de diferentes dimensões em muros, viadutos e espaços públicos de Maceió. A gastronomia é representada pelo *chef* Serginho Jucá, 39 anos, natural de Maceió. “Serginho é neto de Yeda Rocha, uma importante personalidade na gastronomia alagoana. Sua paixão por cozinhar veio daí”, explica a criadora da Labafero.

O *chef* morou um período na Espanha, onde aprimorou seus conhecimentos. Ao retornar ao Brasil abriu o Restaurante Sur, que foi finalista no programa Mestre do Sabor da Rede Globo e teve seu trabalho reconhecido internacionalmente em uma matéria na revista *Forbes*.

No *marketing*, a Labafero conta com o publicitário Hermann Fernandes, 50 anos, também natural de Maceió. Desde cedo, Hermann descobriu ser apaixonado por conversar com muitas pessoas, o que, posteriormente, o levou a trabalhar com comunicação. Atualmente, é sócio da Chama Publicidade, empresa que está no mercado há mais de 40 anos, e coleciona prêmios na área da publicidade.

“Todos, independentemente de sua área de criação, têm muito a ganhar com o projeto, tendo em vista que receberão uma

porcentagem das vendas pelos cursos e serão amplamente divulgados em diversas plataformas digitais”, ressalta Mariana Cavalcante. Ela destaca que há várias plataformas de cursos *on-line*, mas nenhuma focada na cultura de um determinado povo. Tampouco no modelo de negócio implementado pela Labafero. E já pensa em expandir para outros estados nordestinos, como Pernambuco, Bahia e Sergipe. “As novas formas de aprendizado vieram para mudar o mundo. E o povo nordestino precisa e deve fazer parte disso”, conclui.



# COWORKING DE MARCENARIA

*Em 2019, o diretor de arte Rodrigo Gonçalves Ribeiro, 41 anos, se inscreveu em um edital de economia criativa lançado em parceria pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal). O projeto era o Wood co-Lab, um espaço de trabalho compartilhado para a produção de peças de madeira. A iniciativa ficou em segundo lugar, entre as 15 propostas selecionadas.*

“Eu tinha uma marca de móveis infantis, já possuía equipamentos de marcenaria. Pensei em um projeto maior, um *coworking* de marcenaria”, recorda o *designer* Rodrigo Ribeiro, diretor de Arte e fundador do Wood co-Lab. Ele explica que há outras escolas de marcenaria em Alagoas, incluindo a maior delas, o Sebrae. Mas, esclarece, não são vistas como concorrência, pois elas são voltadas ao desenvolvimento de móveis planejados e o foco da Wood co-Lab é a marcenaria criativa.

A oficina fica no bairro de Jatiúca, em Maceió, capital de Alagoas. Lá, são disponibilizados equipamentos de marcenaria e um instrutor para os interessados, artesãos ou curiosos, desenvolverem seus projetos com tranquilidade e orientação adequada. Para nivelar o conhecimento dos usuários, foi elaborado um modelo de

curso. “Para ingressar no Wood co-Lab é necessário fazer um curso de introdução à marcenaria. Se houver interesse, o aluno pode continuar usando o espaço como aluno residente”, adianta Ribeiro.

A maioria dos que procuram a oficina ainda não possui espaço adequado para desenvolver seus projetos. Ao ingressarem no curso de introdução à marcenaria, os alunos podem escolher um objeto que já tenha sido desenvolvido no Wood co-Lab ou levarem o próprio projeto. “Os alunos residentes, aqueles que passaram pelo curso introdutório, ficam livres para executarem os próprios projetos, inclusive produzirem os objetos para venda”, adianta.

Para nivelar o conhecimento dos usuários do espaço, o Wood co-Lab oferece módulos básicos e avançados. Para fechar o ciclo: o módulo de residência, com pacote de horas mensais, cujo valor é de R\$ 340,00 por aluno. Rodrigo Ribeiro ressalta que os recursos obtidos com o Prêmio Delmiro Gouveia contribuíram para manter o escritório funcionando no período de pandemia do coronavírus.

# EDUCAÇÃO MUSICAL

*Um projeto vem transformando a forma de acesso ao ensino de música dos alunos do ensino fundamental e médio das escolas estaduais instaladas no município de Delmiro Gouveia e região. O Coral Pedagógico Educação Musical (CPEM) consiste na integração entre professores e educadores musicais com as escolas de educação básica localizadas no alto sertão de Alagoas. A cidade é bastante aconchegante. Mesmo estando a 291 km de Maceió, capital alagoana, consegue atender às expectativas turísticas, sociais, econômicas e culturais.*

“A infraestrutura do município está em desenvolvimento e muita coisa antes parecia ser impossível de acontecer, hoje é uma realidade”, explica o pedagogo e professor de música Marcel Silva Garrido, 36 anos. Ele cita como exemplo a instalação do *campus* da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), ocorrida em 2010, que vem aumentando consideravelmente o acesso à educação superior. O projeto do coral foi criado por meio da parceria formada entre os integrantes do Núcleo de Expressão Artística da Ufal em conjunto com professores da rede Estadual de Educação Básica.

O CPEM tem como base o Coro Universitário do Sertão, que funciona na faculdade. “Geralmente os coros

universitários cantam músicas eruditas, e quase nunca vemos apresentações desses corais sendo realizadas de forma acessível ao grande público”, comenta Garrido. Isso acontece, observa, pelo fato do custo de manter um coral em funcionamento, que é relativamente elevado. “Também porque em nosso País, e principalmente em nossa região, não há um grande interesse do público pelo repertório erudito. Os corais acabam acomodando-se em suas respectivas ‘zonas de conforto’”, contextualiza.

Os responsáveis pelo projeto do Coro do Sertão passaram a pensar a presença no canto coral na escola, fazendo com que os estudantes tivessem acesso ao modelo erudito, mas com repertório composto por músicas populares e regionais. “Acontece que, ao desenvolvermos o projeto, percebemos quantas vozes bonitas havia disponíveis para se criar um coral na escola e como essas apresentações realizadas motivaram os alunos e professores”, lembra.

Como tinham alguns professores e filhos de professores das escolas locais cantando no coral universitário, a discussão sobre a criação de corais nas escolas foi ficando cada vez mais presente nos ensaios e nos cursos de extensão ofertados ao grupo que compunha o coro do sertão. Foi assim, até que não teve mais jeito, e o Coro do Sertão decidiu que iria proporcionar educação musical nas escolas. O ano era 2019.

O CPEM atende quatro escolas estaduais, tendo gerado quatro corais de escolas públicas, com a participação de 40 alunos por coral. São 160 estudantes, adolescentes e pré-adolescentes na faixa dos 15 a 20 anos de idade, todos de bairros e municípios próximos. Na prática, o projeto acontece em dois locais: na sala do Núcleo de Expressão Artística da Universidade Federal de Alagoas, há instrumentos disponibilizados pela instituição. O outro local são as próprias escolas.



# TONÃ TOÁ: GERIPANKÓS

*Na Aldeia Ouricuri, na zona rural de Pariconha, cidade do Sertão de Alagoas, vivem várias linhagens de indígenas. Entre elas o Geripankós, comunidade que já teve mais de 5 mil pessoas. Hoje são menos de 2 mil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, Censo 2010). Com preocupação de aumentar a população e preservar as tradições, foi criado, em 2017, o Coletivo Tonã Toá. Os cantos, as danças, o artesanato e as histórias dos antepassados estão sendo trabalhados com os mais jovens em oficinas.*

O projeto foi idealizado por Ervison Araújo Silva, 23 anos, indígena do povo Geripankó. Aluno do curso de pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) no *campus* Sertão, ele conta que usou a metodologia aprendida na faculdade para realizar oficinas educativas no aldeamento, e não apenas entre os Geripankos. “Outras pessoas da comunidade gostaram e nos unimos. Gente que faz artesanato, que queria ajudar nas oficinas. Conseguimos envolver 15 pessoas no projeto.” As oficinas são voltadas para os indígenas de 15 a 20 anos.

Sem um espaço físico, as aulas acontecem em galpões ou em salões cedidos pela comunidade ou até mesmo embaixo de árvores. Antes do aprendizado prático, os

alunos recebem dos mais velhos informações sobre os povos indígenas e suas tradições. As aulas de canto e dança não exigem aparatos. Já para a de artesanato é preciso ferramentas apropriadas para cortar as palhas e as madeiras.

“Usamos palha, plumas, sementes, madeira. Materiais que estão disponíveis na natureza, para fazer cestos e objetos de decoração. Alguns que eram tradicionais em nosso povo, mas que se perderam com o tempo. A produção de cestos de palha, por exemplo, estava sem acontecer há anos na comunidade, segundo o idealizador do Tonã Toá. “Não havia incentivo algum de instâncias públicas. E nosso povo já estava desesperançoso”, revela.





**BAHIA**



# ALÉM DA MODA

*No número 34 da Rua do Amparo, município de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, funciona desde 2005 a Casa de Barro. No espaço, crianças e jovens aprendem sobre patrimônio e são incentivados a ler e a fazer arte. No mesmo endereço, a partir de 2018, as suas mães passaram a ser atendidas. Estão fazendo moda, a marca Vunji. São camisetas, vestidos, turbantes e bijuterias com estampas que trazem narrativas da identidade afrodescendente, como os orixás e os elementos da natureza.*

Criadora da Vunji e responsável pela inscrição da marca no Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa, a diretora-geral, Luísa Mahin Nascimento, 40 anos, explica que havia uma carência de produtos que tivessem uma referência maior à cultura e à identidade negra. “A Vunji é um empreendimento coletivo, solidário e colaborativo. Uma marca que atende à uma demanda de mercado e que abriu caminho socialmente sustentável de renda para essas mulheres de famílias de comunidades tradicionais, remanescentes de quilombo.”

As muitas mãos foram colocadas nas matérias-primas a partir de outubro de 2018. A primeira coleção teve como temática os quatro elementos: água, fogo, terra e ar. Nela, detalha Luiza, foi explorada a perspec-

tiva da ancestralidade, da presença dos orixás e das divindades africanas que representam esses elementos e como essas forças se manifestam.

O sucesso bateu à porta e abriram a loja colaborativa Armazém para comercializar as peças. Com os recursos da premiação, Luísa cuidou de organizar um *site* para comercializar os produtos e lançar uma nova coleção. “Estamos buscando amadurecer a gestão da Vunji. *Designer*, coleção, gestão de negócios, tudo”, atesta. Atualmente, são 12 mulheres e um homem envolvidos nesse projeto. Estão estudando como diversificar e produzir bijoias, que são adornos feitos com materiais retirados da natureza, como sementes, cascas e madeiras.

“Conseguimos uma consultoria para desenvolver esse projeto. Vamos produzir colares, pulseiras e brincos utilizando elementos da natureza. Será um sucesso”, afirma. Com o isolamento social, também se adaptaram a um novo modelo de trabalho, em grupos, mas a distância. Algumas mulheres fazem exclusivamente turbantes. Outras trabalham fazendo ilustrações.

Há, também, uma cooperativa que não faz parte diretamente da Vunji, mas é parceira, sendo a responsável pelo corte e costura das roupas. “Funciona desta forma. Com muitas mãos. São dez famílias envolvidas e trabalhando o conceito ancestral africano, temática mais que presente em nosso cotidiano.”



# CACHOEIRA DE LICOR

*Em Cachoeira, município do Recôncavo baiano, a riqueza é produzida a partir de receitas centenárias de licor. Nas 20 fábricas da cidade, o processo artesanal passado de geração a geração garante a qualidade. São cerca de 500 mil litros produzidos a cada ano. O licor é feito de acordo com a época de cada fruta. Para a receita dar certo, além de açúcar, álcool de cereal ou cachaça destilada e o próprio fruto, há outros dois ingredientes: atenção e paciência em cada etapa.*

A escolha e maceração das frutas, a infusão delas no açúcar e no álcool, a coagem para reter os “bagaços” e só então o engarrafamento. “Cresci vendo minha família preparar licor em casa. Por ser uma bebida doce é difícil ter alguém que não goste”, afirma a produtora cultural Carine Araújo.

Com sabores tradicionais, como jenipapo, cajá, tamarindo, limão e maracujá, ou os mais novos –, chocolate, menta, cacau, cassis, amora e até pimenta –, o Licor de Cachoeira é produzido nas fábricas instaladas no casario do século 17, herança arquitetônica da colonização portuguesa. Com mais de 25 sabores, a bebida já é a principal fonte de renda e de orgulho dos moradores.

Na primeira edição do festival, em junho de 2019, dez fabricantes locais participaram. Moradores e visi-

tantes elegeram os vencedores das categorias Melhor do Ano e Tradicional. Venceram, respectivamente, os licores da Chácara, de maracujá com uva, e o Tio Jura, de jenipapo. Para participar da votação, o público adquiriu o “menu degustação” com dez garrafinhas de licor, cada uma de um concorrente.

O prêmio de R\$1 mil para cada categoria foi bancado por dois fabricantes de Cachoeira, o Licor de Roque Pinto e o Arraial do Quiabo. No evento, Carine Araújo entregou à secretária de Cultura da Bahia, Arany Santana, o pedido de tombamento do licor de Cachoeira como patrimônio imaterial da Bahia.

A solicitação foi encaminhada ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado, onde encontra-se em tramitação. “O coronavírus atrasou esse processo”, lamenta a produtora. A pandemia também foi responsável por cancelar o festival de 2021. Tudo já havia sido pensado. Para a categoria Sabor Tradicional a disputa seria entre os licores de sabor tamarindo.

Na Melhor do Ano, os de frutas cítricas. Foi idealizada também a Passarela do Licor, onde os fabricantes colocariam suas barracas ao longo da Praça 25 de Junho, no centro da cidade. Outra adversidade causada pela pandemia foi o fechamento do comércio da cidade e a ausência de turistas.

Mas, passado o susto inicial, os fabricantes buscaram alternativas para escoar a produção. Adotaram redes sociais como o Instagram e o WhatsApp como ferramentas de promoção e venda. Passaram, também, a fazer entregas no Recôncavo baiano ou pelos Correios, dependendo da distância. As alternativas deram certo e Cachoeira segue mantendo a tradição de cidade licoreira.

# LETRAS CARTONEGRAS

*O Recôncavo Baiano é rico nas narrativas, poesias e memórias negras. Mas falta uma rede de produção literária que estabeleça elos entre os escritores para que desengavetem suas obras. Também falta incentivo à leitura e à escrita. Essa é a análise da escritora Andressa Souza dos Prazeres, 33 anos, que criou um projeto para diminuir o problema, a Editora Cartonera das Iaiá.*

Essa história começa no final de 2017, quando uma oficina de escrita chamada Irmandade da Palavra, voltada para mulheres do Recôncavo Baiano, possibilitou a formação de um coletivo de mulheres negras em torno da literatura. “Difícil dar conta dessa produção sem termos os meios de impressão para tiragens maiores e sem conhecermos a fundo o trabalho editorial”, contextualiza Andressa dos Prazeres.

A ideia de criar a editora nasceu em 2017, a partir da produção de um livreto, o *Histórias Forasteiras*. Foram feitos manualmente 50 exemplares. “Foi um livro de poemas. Uns são meus, outros de amigas. Meu companheiro fez o desenho da capa. Digitei tudo, imprimir numa impressora que uma amiga tinha e grampreei”, recorda.

Decidiu pela criação da Cartonera das Iaiá e que a linha editorial seria publicar escritoras negras. “Acreditei na ideia de fazer livros com as próprias mãos”, lembra.

Assim, configurou-se a primeira editora cartonera da Bahia, integrando-se ao movimento cartonero que já se espalhara por toda a América Latina. Foram surgindo importantes demandas de publicação de Cachoeira: os primeiros livros de Tianalva Silva e da poeta quilombola Rosane Viana Jovelino, além do próprio livro da Irmandade da Palavra.

Com essa aposta, passaram a ser os braços e mentes da Cartonera das Iaiá, além de Andressa dos Prazeres, o *designer* Edelsio Lima e a artesã Gabriela Fidelis. A esse corpo fixo juntam-se novas mãos a cada publicação, participando também quem escreveu o livro de todas as etapas de preparação dos textos, da arte gráfica e da montagem artesanal do produto.

# DE OLHO NA SAÚDE

*Doce de banana da palha e cocada com doce de caju. Em 2006, quando o Grupo Crescer, fundado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, começou a funcionar, foram essas as primeiras atividades nas comunidades na Ilha da Maré, na Baía de Todos-os-Santos, na capital Salvador, e em Moreré e em Monte Alegre, na Ilha de Boipeba, município de Cairu, litoral baiano. Três cozinhas experimentais foram montadas. Crianças, jovens e adultos dessas comunidades, que são quilombolas e/ou ribeirinhas, se envolveram no projeto.*

Enfermeira graduada e com pós-doutorado em Sociologia da Saúde na Universidade René Descartes/ Sorbonne, na França, Climene Laura de Camargo, 65 anos, conta como chegou até as comunidades. “Fomos levar o projeto de extensão ‘De olho na Saúde da População de Moreré e Monte Alegre’, com apoio financeiro da Fundação Odebrecht”, recorda. Em meio a atividade, o Grupo Crescer identificou que o maior anseio da população era pela autossustentabilidade a partir do aproveitamento dos recursos naturais.

Começaram produzindo doces artesanais em espaços construídos em alvenaria pela própria comunidade. A produção passou a atender aos requisitos necessários

para sua comercialização, pois atingiu os padrões de qualidade exigidos pela Vigilância Sanitária.

Outras formas de geração de renda também foram observadas, como a possibilidade de utilização de resíduos de fibras naturais para a fabricação de placas acústicas. “Foi um grupo de *experts* da área de engenharia química da Universidade Estadual de Maringá, que esteve conosco nas comunidades e identificou algumas fibras vegetais com potencial para a fabricação de placas acústicas”, conta Climene Camargo.

Com o apoio da Associação Beneficente Educacional e Cultural de Ilha de Maré (Abecim) e da Associação dos Moradores de Moreré e Monte Alegre (Amamos), foi montada uma fábrica de placas acústicas produzidas com os resíduos da cana brava em Praia Grande/Ilha de Maré, e uma oficina de artefatos acústicos e artesanais, produzidas com palhas do dendê e da piaçava em Moreré/Ilha de Boipeba. Nessa última, ressalta Climene, a fibra extraída da Piaçava tem sido utilizada para a fabricação de persianas artesanais.

“Estamos aprimorando as iniciativas já realizadas, junto com a população das comunidades quilombolas, introduzindo novas tecnologias, por meio do trabalho cooperativo em redes sociais solidárias”, adianta Climene. Segundo ela, todas as atividades são voltadas para o desenvolvimento sustentável e estão atreladas às ações de educação em saúde, o que contribui não somente para geração de trabalho e renda, mas também para a qualidade de vida das populações quilombolas.

Os recursos obtidos no Prêmio Delmiro Gouveia foram investidos para garantir a continuidade e aprimoramento das tecnologias. “Estamos sempre buscando formas de sustentabilidade, além da pescaria e da mariscagem. E, também, temos a preocupação em levar as crianças, os jovens e adultos que participam do projeto a refletir sobre a saúde durante a realização das oficinas de preparo de doces.”

# COMPROMISSO COM OS ORIXÁS

*A Ladeira da Conceição, no centro histórico de Salvador, na Bahia, nordeste brasileiro, é conhecida por concentrar muitas casas de artesãos. Produzem arte utilizando ferro, mármore e madeira. O mais antigo deles, José Adário dos Santos, 73 anos, está no ofício desde os 11. Seu aprendizado como ferreiro acompanhou sua própria formação no candomblé, que começou aos 8 anos. Suas obras têm uma assinatura. São ferramentas chamadas de orixás, peças que vão para os terreiros e se tornam os próprios santos.*

Zé Diabo, como ele é chamado, teve a vida estudada pelo antropólogo Lucas de Mendonça Marques, 30 anos. A conquista do Prêmio Delmiro Gouveia representa a preservação e valorização do acervo do artesão. “A obra de Zé Diabo é singular e atravessada pelo sagrado e pelo sublime. As ferramentas que produz mediam a relação entre a pessoa e seu orixá”, afirma o antropólogo que elegeu o artesão como tese de mestrado e é o autor do projeto inscrito na premiação.

Como suas peças são, na maioria, para os povos de terreiro, o artífice as faz por encomenda. “Diferentemente de outros comércios religiosos, Zé não faz peças

pré-fabricadas. A pessoa tem que ir lá encomendar”, adianta Marques. Geralmente, procuram o artesão a partir de algum sonho que tiveram com algum orixá ou entidade. Zé Diabo então desenha a ferramenta e a constrói.

Há várias peças do artífice espalhadas pelo mundo, como as expostas no Museu Afro de São Paulo e no Museu Fowler, da Califórnia, nos Estados Unidos. As ferramentas que cria ganham vida nos agogôs percutidos pelos Filhos de Gandhi, nos clássicos portões do centro histórico de Salvador; e nos mais de três mil terreiros de candomblé e umbanda espalhados pela Bahia.

Entretanto, segundo o antropólogo, o valor do trabalho do artesão não se reverte em renda, nem tem um lugar apropriado para ser exposto. “Zé nunca construiu um acervo para ele mesmo. Sua obra acaba rodando por diversos acervos, ciclos de arte, sem nenhum tipo de controle. Há pessoas que compram peças dele por R\$ 200,00 ou R\$ 300,00 reais e revende no mercado da arte por R\$ 5 mil, R\$ 7 mil”, aponta.

Os recursos do Delmiro Gouveia se destinaram à aquisição de material para montar uma exposição permanente na Ladeira da Conceição e, também, na produção de uma cartilha voltada para os povos de terreiro. Em especial, os que trabalham com projetos educacionais. “Cuidamos de fazer uma cartilha para estimular a continuidade desse patrimônio que é importante, não só para os povos de terreiro como para toda a história da arte afro-brasileira. Principalmente os jovens, para que conheçam o saber de Zé Diabo”, diz Marques.

A ligação do antropólogo ao artesão tem mais de oito anos. Nesse período, conta, tornou-se filho de santo (pessoa que tem compromisso com o orixá) de Zé Diabo. Uma relação de pai e filho construída pela admiração que tem por sua obra. “Nenhum dos 13 filhos seguiu, de fato, seu ofício”. Ao preservar o acervo do artesão, o antropólogo espera garantir a continuidade do trabalho, além de salvaguardar seu patrimônio.



# FONTE EFETIVA DE RENDA

*Sete mulheres produzem artesanato com palha de milho e bananeira em uma cidade com apenas 13 mil habitantes. A população é, em sua maioria, rural e a dificuldade de escoar qualquer artesanato local tem a mesma idade da cidade, emancipada de Bom Jesus da Lapa em 1989 e batizada de Sítio do Mato.*

O querer de Joelma Cristina, 36 anos, uma das sete artesãs, é criar uma loja virtual para manter a tradição do artesanato de palha viva no município, região Oeste da Bahia.

“Tive essa ideia para tentar vender a produção fora da cidade, já que as pessoas daqui não se interessam pelos produtos. Primeiro, pela questão de sobrevivência, mas também para elevar nossa autoestima, porque vínhamos parando, há algum tempo desmotivadas e cansadas”, relata Joelma. Ela explica que a cidade já abrigou iniciativas voltadas para o artesanato, como oficinas de empreendedorismo ofertadas pelo Sebrae, mas a população não superava a dificuldade de aplicar e manter o que era aprendido.

Na prática, o Grupo de Mulheres Artesãs de Sítio do Mato, pretende criar, a partir do mapeamento das artesãs do município, um portfólio fotográfico que será disponibilizado *on-line*, no *site* da Casa Candeeiro do Oeste. A partir do portfólio, pretende-se ampliar a visibilidade

do artesanato produzido na região, e transformar o portfólio em um *e-commerce*, em que as peças produzidas pelas artesãs serão disponibilizadas para venda. As peças serão vendidas pelo *site* por valor estipulado pelas artesãs, que será acrescido dos custos de frete e tarifas de transação bancária. Cada artesã receberá o valor integral da venda de suas peças através do *site*, sendo a Casa Candeeiro do Oeste apenas intermediária nessa transação.

Primeiro elas pensaram em dar oficinas de artesanato no ponto de cultura Casa Candeeiro do Oeste. Isso porque parte das artesãs compõe o coletivo que administra o local. Mas, com a pandemia, a ideia não pôde seguir. “Então a loja foi um caminho para não estagnar novamente. Aqui, no oeste baiano, as opções sempre foram lavoura, pesca e serviço doméstico”, avalia a produtora.

“O grupo de mulheres artesãs da cidade foi fundado nos anos 2000, com a intenção de formar uma cooperativa que trabalhasse principalmente com o artesanato feito a partir das palhas de bananeira e milho. A ideia era organizar a produção e comercialização desses produtos e de outros artesanatos, como bordados, para venda dentro da cidade”, resume. As mulheres desistiram da ideia de cooperativa por causa da incapacidade do mercado interno de absorver a produção.

Desde 2000, algumas artesãs importantes da cidade morreram, como Maria Lorenza, a última a trabalhar com renda de Bilro no município. Atualmente, as remanescentes do grupo inicial buscam meios para preservar e transformar o artesanato em uma fonte efetiva de renda para as artesãs e o prêmio Delmiro Gouveia foi um desses caminhos. “As vendas de artesanato que já eram complicadas pioraram com a pandemia, algumas das artesãs já são aposentadas, mas as outras não têm emprego formal. O prêmio foi fundamental para a continuidade do trabalho e para a manutenção das famílias delas, que são mães, avós e, em alguns casos, chefes de família”, conta Joelma.

# CINEMA FEITO POR MULHERES

*Mulheres que fizeram história na frente e atrás das câmeras cinematográficas. E que terão suas histórias contadas também por mulheres. Por um trio de Salvador, capital da Bahia: Blenda Tourinho, 29, Lara Carvalho, 28 anos, e Sofía Costa, 27 anos. Com formações nas áreas de design e cinema, a tríade soteropolitana começou com pesquisas sobre o tema, ainda em 2016, uma iniciativa e trabalho de Lara. A pesquisa culminou em um minicurso História das Mulheres no Cinema, em 2018, em parceria com o projeto Gente Arteira da Caixa Cultural de Salvador.*

Agora, os dados levantados e a experiência adquirida vai virar um livro. Terá uma versão mais densa, impressa, e uma digital. Em um enredo do cinema a partir de suas protagonistas, será lançado o livro *(Uma breve) História das Mulheres no Cinema*. “Nossa ideia é formar novos públicos e vozes femininas. Nas pesquisas, observamos que a história audiovisual, especialmente no que tange à história do cinema, ainda é narrada de forma a ser contada e protagonizada por homens”, observa Lara Carvalho, roteirista, diretora e pesquisadora audiovisual.

Ela aponta dados como os divulgados em 2018 pela Agência Nacional do Cinema (Ancine). De 142 longas brasileiros lançados comercialmente em salas de exibi-

ção em 2016, 75,4% foram dirigidos por homens brancos. Às mulheres brancas coube um percentual de 19,7%. E nenhum deles foi dirigido e/ou roteirizado por uma mulher negra. “Na Bahia não existe ainda um levantamento de dados considerável sobre o tema, apesar do crescente número de mulheres roteiristas e diretoras de cinema baianas que vêm se estabelecendo nos últimos anos”, aponta Lara Carvalho.

Cada uma do trio tem uma função na elaboração do *e-book*. Lara ficou com a pesquisa e a escrita; Blenda com a edição e revisão dos textos e Sofia com o *design*. Juntas, acreditam que a discussão acerca das mulheres no cinema é o primeiro passo para que exista uma horizontalização do conhecimento, disseminação de informações, formação de novos públicos e vozes femininas no cinema. “Compilamos alguns dados da produção baiana de roteiristas e diretoras de cinema nos últimos anos”, adianta a pesquisadora.

O primeiro formato a ser lançado será o *e-book*, versão que será disponibilizada gratuitamente. Vencer o Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa, adianta Lara Carvalho, possibilitou contratar os serviços de Blenda e Sofia e colocar para “andar” um projeto pensado desde 2018. “Vamos finalizar o manuscrito do livro mais extenso, que será impresso em parceria com uma editora ainda a ser fechada”, comenta a pesquisadora. O livro terá como anexo um compilado com obras importantes de mulheres realizadoras de audiovisuais do Brasil e do mundo.





**CEARÁ**





# FÁBRICA DE MUSEUS

*O colorido da fachada do casarão do início do século XVIII é uma prévia da efervescência cultural que ele abriga. Lá, crianças e adolescentes aprendem sobre patrimônio, identidade, arte, turismo e sustentabilidade. É a Fundação Casa Grande, instituição criada em 1992 pelo casal Alemberg Quindins e Rosiane Lima Verde, em Nova Olinda, Sertão do Cariri, no Ceará.*

No antigo casarão, em Nova Olinda, o educador social Alemberg Quindins e a arqueóloga Rosiane Lima Verde, morta em 2017, fundaram o Memorial do Homem Kariri a partir do recolhimento de peças e utensílios encontrados nas escavações de sítios arqueológicos da região, unidos a depoimentos orais e registros fotográficos sobre o relevo e a cultura do Cariri. Com material vasto, catalogaram item a item do acervo e inauguraram o memorial, que já em 1992 passou a ser procurado por estudantes e professores interessados na cultura Kariri. “Foi muito simbólico ter a casa-grande como partida do projeto. O destino dado ao espaço é um resgate da opressão e dizimação das etnias indígenas da região, sofrida com a ocupação portuguesa”, ressalta a diretora-presidente da Fundação Casa Grande, Fabiana Pereira Barbosa. As crianças de Nova Olinda foram atraídas pelo espaço colorido e pelas histórias contadas por Alemberg

e Rosiane a partir do acervo. Logo se apropriaram das histórias e passaram, eles mesmos, a contá-las aos visitantes. E o projeto social que começou de forma espontânea com cinco, dez crianças, já soma mais de cinco mil jovens com formação em cursos com foco em patrimônio e cultura.

Os laboratórios criados pela Fundação Casa Grande, como o Teatro Violeta Arraes, e os de rádio FM, TV, internet e a editora, além do próprio museu, auxiliam na formação. É nesses espaços montados lá mesmo na sede da instituição que os alunos recebem a formação prática. “O aprendizado é também teórico. Mas é no laboratório que eles ganham mais desenvoltura e se preparam, de fato, para o mercado. Muitos ficam trabalhando aqui na sede. Outros nos museus que criamos nas casas dos mestres ou em empresas”, comenta a gestora.

A Fundação Casa Grande sobrevive, prioritariamente, de recursos obtidos em projetos inscritos em editais públicos e convênios. Com os recursos obtidos no Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa, na categoria Patrimônio, foi ampliado o projeto Museus Orgânicos. Iniciado em 2014, em parceria com o Sistema Fecomércio Ceará, por meio do Serviço Social do Comércio (Sesc), o projeto envolve as casas dos mestres da cultura do Cariri.

O primeiro a ser reconhecido como tal foi o próprio Memorial do Homem Kariri, na sede da Fundação Casa Grande. Em seguida, em dezembro de 2014, o Museu do Couro. Montado numa casa ao lado da oficina do Mestre Espedito Seleiro, o espaço reúne, a partir da história do artesão, a memória do couro, das boiadas e vaquejadas da região. No acervo, fotografias, ferramentas antigas e algumas peças raras, como a sandália de Lampião, feita por Raimundo, o pai de Espedito.

“O Mestre Espedito é nascido em Nova Olinda. Foi vultoso iniciar esse projeto com ele, que criou uma estética própria investigando formas de tingir o couro com raízes e plantas da região”, destaca Fabiana. Além do Museu do Couro, outros sete já foram inaugurados desde então: Casa do Mestre Antônio Luiz, Oficina do Mestre Françuíli, Casa do Mestre Nena, Casa do Mestre Raimundo Aniceto, Casa Oficina Mestra Dinha, Casa da Mestre Zulene Galvão e Casa dos Pássaros do Sertão. A meta é chegar a 16.

# A CHAPADA NAS ONDAS DO RÁDIO

*Na Região do Araripe, no estado do Ceará, em um município chamado Nova Olinda, crianças e adolescentes entre 9 e 16 anos têm acesso à cultura e à formação profissional. O rádio é o meio para isso. É no estúdio da Casa Grande FM, em um anexo da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem do Kariri, que o projeto SerTão Sonoro sai do papel.*

*SerTão Sonoro* é um programa de rádio. Mas não somente. Para ele ir ao ar e ganhar as casas dos ouvintes, 20 jovens passaram por um processo de formação de mais de dois anos. E que envolveu desde aulas sobre patrimônio imaterial a técnicas de edição e mixagem de áudio. Na primeira etapa, iniciada em 2012, gravaram 30 programas.

Natural de Nova Olinda, Daniel Pereira, 21 anos, conquistou essa formação. Chegou à Fundação Casa Grande aos 10 anos, atraído pela música. Sonhava em ser baterista. Morando a duas quadras do espaço cultural, não foi difícil saber que lá havia o instrumento. “Querida ver uma bateria, tocar. Sonhava mesmo com isso”, recorda. Lá dentro, passou a integrar o grupo de crianças e jovens do *SerTão Sonoro*.

A bateria foi sendo deixada de lado quando iniciou as aulas teóricas de gravação e captação de som. “Foi como um curso. Ficava olhando os caras, só feras ensinando.

Quando as aulas práticas começaram, eu já sabia que queria trabalhar com aquilo. E tem sido recompensador. Sou grato por ter participado do projeto”, afirma Daniel, que atua como voluntário na Fundação e trabalha em peças teatrais como técnico de som e luz.

O *SerTão Sonoro* mostra a diversidade da Região do Cariri, trazendo as histórias de artesãos, músicos, poetas, rezadeiras e cantadores em programas de rádios. A aprovação nos editais do Programa Cultural das Empresas Eletrobras 2012 e do Ministério da Cultura (MinC) viabilizou recursos. Com o patrocínio gravaram os primeiros programas. As entrevistas não eram no estúdio da Rádio Casa Grande FM. Acompanhados dos produtores, as crianças e adolescentes tinham que ir às casas dos mestres.

Para isso, foi preciso se locomover não só dentro de Nova Olinda, mas até às cidades próximas, como Santana do Cariri, Assaré, Potengi, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha e Barbalha. Antes dos alunos “caírem em campo” para as entrevistas, receberam aulas sobre a cultura do Cariri e lições de como pesquisar e elaborar um roteiro. Também de locução, de como entrevistar e captar som, além de instruções sobre decupagem, edição e mixagem de áudio.

Mas foi no dia a dia, na prática, que os jovens alunos aprenderam mais. “Terminaram com uma formação completa sobre a área de produção radiofônica”, afirma o produtor cultural Aécio Diniz, 35, um dos coordenadores do *SerTão Sonoro*. Foi ele quem inscreveu o projeto na premiação, na categoria Patrimônio. Ele “tomou gosto” pela cultura do Cariri na Fundação Casa Grande. Tinha 9 anos. Começou na Banda de Latinhas tocando com instrumentos feitos de garrafas e painéis que já não tinham mais serventia.

Desde então já se passaram mais de duas décadas. “Fiquei como voluntário e espero retribuir o que recebi, que foi mais que uma formação profissional. Aprendi a pertencer a um lugar e a valorizar esse pertencimento. E a trabalhar de forma coletiva”, afirma. O *SerTão Sonoro* é um trabalho de grupo desde antes de ser colocado no papel. Reúne Aécio Diniz, crianças e adolescentes que já atuavam na Fundação e a Rede Coletivo de Amigos da Casa Grande – que agrega músicos, produtores culturais, escritores e artistas.

Os programas gravados na primeira etapa, cada um de 10 minutos, foram reunidos em um CD e distribuídos pela Fundação nas escolas públicas do Cariri e em rádios educativas, comunitárias e universitárias.

*SerTão Sonoro* não se restringe ao Ceará. Se estende por todo território da Chapada Araripe, que também abrange os estados do Piauí, Pernambuco e Paraíba. “Traz entrevistas com mestres de toda essa região. É um patrimônio cultural da Chapada do Araripe nas ondas do rádio”, celebra Aécio Diniz.

Além do CD, o acervo das primeiras gravações pode ser conferido no *blog* do projeto, no endereço <https://sertaosonoro.wordpress.com/>, em um quiosque digital com acesso aos programas na Fundação Casa Grande. A programação da Rádio Comunitária Casa Grande FM é gerida pelos jovens da fundação e transmitida diariamente pelo canal da Rádio no YouTube.



# ANA DA RABECA

*No Sítio Baixio dos Gaviões, zona rural do município de Umari, no Cariri do Ceará, o som ligeiramente fanhoso da rabeca ressoa ao sabor do vento. Sai da casa de Ana Soares de Sá Oliveira, 73 anos, a Ana da Rabeca. Talento ela sempre teve. Nunca teve aula de música. Aprendeu a tocar na adolescência ouvindo o pai. O reconhecimento é bem mais recente. Chegou em 2015, quando o pesquisador da cultura popular cearense Gilmar de Carvalho a descobriu como a única mulher a tocar o instrumento no estado.*

Acompanhado do fotógrafo Francisco Sousa, o pesquisador percorreu os 184 municípios cearenses e encontrou 183 rabequeiros e a única rabequeira, Ana. Desse, 105 tiveram a história contada no livro *Rabecas do Ceará* (Expressão Gráfica e Editora, 2009). Nas 334 páginas, apenas uma referência feminina: Ana da Rabeca. “Depois disso fiquei famosa. Comecei a fazer apresentações em outros estados e ganhei reconhecimento do governo”, conta Ana da Rabeca.

Logo no ano seguinte foi reconhecida como Mestra da Cultura Municipal. Em 2018, recebeu o título de Mestra da Cultura Regional e em 2019 o Prêmio Culturas Populares da Secretaria Especial da Cultura. Para entender a história de Ana é preciso voltar no tempo. Ela começou

tocando em casa, escondida das visitas, em um instrumento que era um violino e foi modificado pelo pai. “Ele mesmo remodelou o violino”, recorda.

Como o violino chegou até o sítio ela não sabe. Ouviu dizer em casa, quando era criança, que tinha vindo da França. Aos 17 anos formou um trio com as irmãs Maria, no pandeiro, e Honorina, no triângulo. No repertório do trio, muito xote, baião, valsa e choro e os “clássicos” de Luiz Gonzaga. Ana se lembra que costumavam acompanhar as quadrilhas juninas. “A banda acabou e fui morar em São Paulo. Já estava casada com meu marido Antônio”, conta.

O casal passou 13 anos em São Paulo. A música ficou adormecida. Mas Ana não se desfez do instrumento dado pelo pai. Na volta para Sítio Baixio dos Gaviões, passou a dividir o tempo entre cuidar da casa, das costuras e das plantações ao lado do marido. Mas sobrava tempo para a rabeca. Voltou a se apresentar nas escolas, praças e festas da igreja. Estava nesse ritmo quando foi descoberta pela mídia, “Eu tinha medo de que a rabeca que meu pai deixou morresse quando não pudesse mais tocar”, diz.

Por esse motivo ela quer ensinar a arte às crianças e adolescentes de Umari. Com os recursos obtidos no edital Culturas Populares da Secretaria Especial da Cultura do Ceará está montando, em sua casa, a Escola de Música Ana da Rabeca. Comprou um equipamento de som e quatro rabecas. Quer ensinar as crianças e jovens de comunidades rurais em situação de vulnerabilidade social, a estudantes e filhos de agricultores, a música e a história da rabeca. A conquista do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa reforçou o seu projeto.



# SETE SALAS MUSICAIS

*No número 281 da Rua da Felicidade, no bairro Guarani, município de Campos Sales, na Chapada do Araripe cearense, um projeto transforma a vida das crianças, adolescentes e jovens em situação de rua. Usa a música para essa finalidade. O “Sons que Transformam o Sertão” é uma iniciativa da Associação Comunitária do Guarani. Em três décadas, já atendeu mais de 650 pessoas de 489 famílias do próprio bairro e dos vizinhos Nossa Senhora da Penha, Conjunto Habitacional Santa Clara e Nova Barras. Todos na periferia da cidade.*

Voltadas para o público de 7 aos 19 anos, as oficinas de formação musical têm aulas teóricas e práticas. Os alunos são divididos em grupos, entre iniciantes e avançados. E os professores trabalham a música instrumental com ênfase no gênero regional, valorizando a cultura nordestina. São ensinados desde instrumentos de sopro, como a sanfona, a flauta e o saxofone, aos de corda, como violão e cavaquinho, e de percussão, como a zabumba.

As oficinas acontecem na sede da Associação, das segundas às quintas-feiras no horário em que as crianças não estão nas escolas. São sete salas para o ensino de música e para outras atividades de suporte, como ofi-

cinas de leitura e de karatê, além do trabalho social que é realizado com as famílias dos alunos.

O encontro com os familiares acontece nas sextas-feiras. “São muito importantes para que possamos acompanhar o rendimento escolar dos participantes do projeto. E para aproximar os pais do cotidiano dos filhos”, diz a coordenadora pedagógica da Associação Comunitária do Guarani, Regineide Maria Soares, 44 anos. Ela conta que, como resultado das aulas de música, foram criados vários grupos.

Há a Orquestra de Flautistas Guarani, o Quinteto de Flautas, o grupo de chorinho Guarani Choramando, a Orquestra Popular de Sopros e a Banda de Pífanos Angico. Segundo Regineide, os jovens passaram a valorizar a música instrumental e, com as aulas, são estimulados a estudar música no curso superior. “Quando a criança descobre que tem habilidade e gosta da música passa o tempo de duração da oficina, que é de um ano. Tem aluno que entra com 7 anos e sai daqui maior de idade”.

# ALTO VOLUME, BAIXO CUSTO

*Em 2014, quando o município do Crato, no Cariri do Ceará, completou 250 anos, o Estúdio Caravelas, pesquisou, desenvolveu e lançou uma série de ilustrações retratando e valorizando um conjunto de prédios históricos da cidade. Batizada de “Cratitude (Crato 250 anos)” era composta por imagens aplicadas em quadros, cadernos, lambe-lambe, bolsas e camisetas, contendo informações históricas, técnicas e poéticas.*

Idealizadas pela arquiteta Constance Pinheiro e a designer Fernanda Loss, sócias no estúdio, a ação contou com recursos do projeto de Economia Criativa: Cariri Criativo, uma parceria da Universidade Federal do Cariri e do Sesc. Seis anos depois, já em 2020, o Estúdio Caravelas relançou essas ilustrações, desta vez impressas em risogravura, uma técnica mista entre fotocópia e serigrafia, criada para viabilizar impressões em baixo custo e alto volume.

“Nós trabalhamos com uma estagiária e em parceria com a Universidade Federal do Cariri. A impressão foi feita por gráficas locais. O público para esse material são os moradores, em especial as crianças, para que criem ideia de pertencimento com o lugar em que moram”, destaca. No mesmo ano as sócias iniciaram uma nova pesquisa. Desta vez para o desenvolvimento de mais ilustrações abrangendo outros oito municípios do Cariri cearense.

Além do Crato, entraram na relação Barbalha, Caririaçu, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. O olhar também foi sobre os prédios de importância arquitetônica e simbólica para essas cidades. Segundo, a arquiteta, apesar de a Região do Cariri contar com um acervo arquitetônico considerável para manutenção da memória, ocorrem descaracterizações e até demolições.

“Ao fomentar a ilustração e fazer textos de apoio sobre as edificações históricas de nossa região, difundimos a importância de sua manutenção e contribuímos com a autoestima de um povo”, observa.





**MARANHÃO**





# MUITO ACIMA DO CHÃO

*São Luís, capital do Maranhão, é a única cidade brasileira fundada pelos franceses. Tem mais de 400 anos. Ostenta títulos de Atenas Maranhense, Ilha do Amor e Capital Brasileira da Cultura. O Centro Histórico da cidade é reconhecido como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). É lá que está instalada o Chão SLZ, um projeto cultural que, desde 2015, trabalha para propagar a riqueza cultural de São Luís.*

“São Luís é uma cidade com muita carência de políticas culturais voltadas para arte contemporânea, mas tem um público de artistas, pesquisadores, comunicadores, curadores e educadores, cada vez mais interessados na temática e cada vez mais atuantes. Nesse contexto surge o Chão como um organismo que agrega todas essas pessoas”, explica Camila Pereira, produtora cultural, que integra o projeto desde 2016.

O Chão SLZ foi criado por Samantha Moreira e Thadeu Macedo. Hoje são quatro pessoas à frente. Além das já citadas, há Dinho Araújo. Instalado em um galpão tombado, usado no século XIX para armazenamento de mercadorias, o Chão SLZ oferece uma programação intensa e que contempla todas as faixas etárias,

abrindo espaço para os artistas mostrarem e debaterem suas produções. São conferências, debates, cursos e oficinas, exposições, mostras de filmes e vídeos, *performances*, música e dança, encontros gastronômicos, festas, residências, publicações impressas e on-line.

Camila Pereira conta que há outros espaços autônomos na cidade, mas não com o foco diretamente voltado para arte e cultura. “Não há nenhum outro que abranja residências artísticas, exposições, laboratórios, cursos e espaços de produção”, afirma. A experiência de mais de 20 anos de Samantha Moreira à frente de projetos de espaços de gestão autônoma em São Paulo e Minas Gerais, observa, também é um adendo ao trabalho do Chão SLZ.

Para se manter, o projeto firma parcerias, como as que serviram para montagens de exposições, residências artísticas e oficinas. Também são cobrados ingressos para os eventos que acontecem durante toda a semana. Os horários são diversos, dependendo do tipo de ação que está sendo realizada no espaço. Por estar em um bairro cultural de São Luís, onde há vida diurna e noturna, o Chão SLZ não enfrenta dificuldades em relação à vizinhança. “As parcerias basicamente garantem nosso custeio. E estamos aqui abertos a mudanças e novas articulações, sempre em proposição e decisão coletiva do nosso grupo.”

# ZABUMBAS E SANFONAS

*Em São Luís o forró não é mais tocado e dançado apenas no ciclo junino. Graças à produtora cultural Gabriela Rodrigues, 41 anos, desde 2010 a música e o arrasta-pé podem ser aproveitados ao menos mais duas vezes por ano. Ela criou o Forró das Flores, um evento itinerante que reúne forrozeiros e celebra o ritmo com vestuário, gastronomia e brincadeiras que remetem às festas juninas.*

Há a preocupação de manter a regionalidade. Por esse motivo, a música é preferencialmente tocada por instrumentos como triângulos, zabumbas e sanfona. E se tiver que colocar som, só se for o som de xotes, xaxados e baiões. No visual, muita chita, flores, doces e troca de mensagens por bilhetes entregues por mensageiros.

“Pensei na flor como uma marca. Fazemos flores de papel crepom e usamos muita chita, desde o convite da festa à decoração. Resgatamos a memória dos bailes dançantes, mas só tocamos forró”, conta Gabriela Rodrigues. Os convidados para o evento, por exemplo, recebem o convite feito de palito de picolé com a flor de papel crepom.

Na festa, há pirulitos, doces de flores comestíveis e o Correio Elegante.

Neste último os participantes podem enviar mensagens uns para os outros. “É uma brincadeira saudável, que estimula o envolvimento dos que estão na festa.

Todo mundo participa e se diverte”, explica Gabriela Rodrigues. O evento acontece em diversos locais do Centro Histórico de São Luís.

A cada edição, o comércio de bebidas e de alimentos é aquecido. Em 18 edições já participaram 25 artistas, entre cantores e violeiros, que se apresentaram de forma voluntária ou com cachês colaborativos.

O Forró das Flores, destaca a idealizadora, é um projeto completamente independente que merece ter continuidade por, além de ser um espaço de promoção cultural, gerar renda aos envolvidos, mesmo que indiretamente. “A cada edição movimentamos não apenas quem trabalha com cultura, mas também com turismo e gastronomia, seja vendendo docinho ou fazendo as flores de papel”, destaca a idealizadora. Como exemplo, cita desde os artistas, produtores e trabalhadores da indústria de lazer até quem atua como guia turístico e no setor de alimentos no centro de São Luís, seja se envolvendo direta ou indiretamente para que a festa aconteça.

Ainda assim, mesmo os envolvidos diretamente têm outras atividades, já que não há como se manter exclusivamente com a renda obtida no evento. Gabriela Rodrigues espera que um dia o Forró das Flores faça parte do calendário cultural de São Luís e até do estado, tendo assim maior aporte financeiro. “A ideia de ter uma Rede Criativa do Forró das Flores, de poder envolver um grupo cada vez maior de criativos no evento, é um sonho ainda a ser realizado”, afirma.

# OS BORDADOS DE TÂNIA

*“O dinheiro um dia acaba. Para mim, fazer alguém feliz com meus bordados é bem melhor”. A frase foi dita por Tânia Lúcia Soares Santos, 58 anos, há pelo menos duas décadas, durante uma entrevista. Já era conhecida como Tânia dos Bordados, referência no minucioso trabalho artesanal dos bordados em miçangas e canutilhos para o bumba meu boi do Maranhão.*

Moradora do bairro de Codozinho, em São Luís, capital maranhense, a bordadeira, mesmo diante da queda nos pedidos devido à pandemia da Covid-19, afirma que segue acreditando na satisfação do cliente, não no dinheiro. “A pandemia encolheu meu projeto de ensinar bordado. E sem festa, as encomendas sumiram. Mas sigo confiante. Já são mais de 30 anos. É o que sei e amo fazer”, afirma.

Para economizar, Tânia entregou o aluguel do espaço onde mantinha sua oficina. Levou o bordado de volta para dentro de casa, como no começo. Montou o ateliê na sala. “Sem a ajuda desse dinheiro da premiação teria sido impossível. Foi uma salvaguarda, veio numa hora ímpar. Foi de grande valor”, comenta, em relação à conquista no Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa. A bordadeira conta que deu uma repaginada na sala de casa.

Mandou pintar as paredes, ajeitou as mesas de trabalho e investiu em materiais, principalmente couro, miçangas e canutilhos. Planeja iniciar as aulas no segundo semestre de 2021. Mesmo que com turmas menores, de cinco alunos, por conta da pandemia. Seus alunos, adianta, vêm também do interior do Maranhão. São pessoas que querem aprender o bordado para ter uma renda.

“Eu quero levar pra frente. Todas as faixas etárias, de 14 a 70 anos, têm vontade de aprender o bordado, que é um bordado de canutilho, miçanga, com o qual a gente faz as indumentárias do Bumba Meu Boi.” Do chapéu ao manto sagrado, que é feito do couro do boi, e as roupas dos brincantes, tudo passa pelas suas mãos, um trabalho de horas e horas. As peças ficam tão bonitas, afirma, que até já foram levadas para outros continentes, como Europa e Ásia.

Tânia já perdeu as contas de quantos bois enfeitou. Lembra de alguns clientes fiéis, como o Boi de Maracanã, Boi de Axixá, Boi da Liberdade, Boi da Madre Deus, Boizinho Barrica, Boi de Apolônio, Boi da Maioba, Boi de Iguaíba e Boi de Santa Fé. “Mês de junho, nas festas juninas, é uma lindeza de se olhar.”

# SABERES ANCESTRAIS

*Durante 12 meses, o som do berimbau, do pandeiro, do atabaque, do agogô e de cânticos vai ressoar na Praça de Santa Teresinha, centro de Bacabal, cidade do interior do Maranhão, a 240 km da capital São Luís. Virá da Associação de Capoeira Zâmbi. É lá que será realizado o projeto Saberes Ancestrais, vencedor do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa. Idealizado por Antônio dos Reis Machado, 58 anos, o mestre Pinta, o projeto é voltado para crianças e jovens e tem como finalidade garantir o aprendizado da capoeira.*

“Como já tenho experiência em ensinar, pensei em um projeto com foco em descobrir novos talentos da música e na formação de tocadores dos instrumentos necessários para o jogo da capoeira e cantadores”, adianta mestre Pinta, que fundou e preside a Associação de Capoeira Zâmbi há 29 anos. Professor dos ensinamentos Fundamental e Médio na rede pública da cidade, ele aposta na arte como instrumento para despertar interesse dos alunos em ir à escola. E a se dedicar aos estudos.

Mestre Pinta afirma que seu projeto é inovador e que irá formar novos protagonistas da cena cultural de Bacabal. A cidade de cerca de 105 mil habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio, na casa

dos 0,623 (lugares com IDH até 0,499 são considerados de IDH baixo, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, o Ipea), carece desse incentivo.

O professor conta que foi impelido a suprir, da maneira possível, a necessidade da população mais vulnerável e carente de serviços na área de cultura. “Mais que aulas de música e dança, vamos ensinar comprometimento, cultura e zelo pelo patrimônio que é a capoeira, em especial para os afrodescendentes. Daqui sairão futuros mestres”, planeja.







# A CASA DAS MINAS

*A Casa das Minas fica no bairro Madre de Deus, centro cultural em São Luís, capital do Maranhão. É um terreiro de tambor de mina, religião afro-brasileira muito praticada em terras maranhenses, no Piauí, Pará e no Amazonas. É lá que durante 15 dias, no mês de junho, é realizada a Festa do Divino da Casa de Minas. O terreiro é um dos mais antigos do Maranhão, foi fundado em meados do século XIX por africanas da Nação Jeje que vieram escravizadas para o Brasil, trazidas da África Central e Ocidental.*

A Casa das Minas, conta Euzébio Marcos Vieira, 58 anos, administrador do espaço e funcionário público estadual, faz diversos trabalhos com a comunidade, além das funções do terreiro. “Mas o maior, o mais tradicional deles, é a Festa do Divino”, avalia. A festa é realizada com a ajuda da comunidade. São cerca de 50 pessoas ajudando para que o evento aconteça. Cozinheiras, decoradores, costureiras, artesãos, todos ajudam. Desde a arrecadação de doações, a maioria alimentos, no comércio e nas casas, à infraestrutura necessária.

Na última edição, em 2019, os organizadores contabilizaram um fluxo superior a 14 mil pessoas durante os 15 dias da festividade, entre frequentadores da Casa das

Minas, colaboradores, convidados, turistas e pesquisadores. O evento começa em um domingo na segunda quinzena de junho. Logo ao raiar do dia as panelas já estão no fogo preparando o almoço que será servido a todos que ali passarem. No cardápio, muita carne de porco.

O rufar das caixas tocadas pelas Caixeiras do Divino (grupo de mulheres com raízes afrodescendentes que tocam tambor, dançam e cantam) se escuta ao longe. É o aviso de que a celebração está começando. “As caixeiras têm uma grande responsabilidade durante a celebração. Conhecem todos os detalhes da festa, possuem o dom do improviso e têm que repassar o conhecimento às suas futuras substitutas”.

Neste primeiro dia é erguido, também, o mastro com a Bandeira do Divino. “A partir daí começam os rituais religiosos e as apresentações artísticas. São muitos grupos. Na noite de encerramento, em 2019, servimos 2 mil porções de arroz-de-toucinho”, recorda. Nesse dia, lembra Euzébio Vieira, mais de 30 grupos de bumba meu boi desfilaram em frente à Casa das Minas, atraindo um público aproximado de 7 mil pessoas.

Todos passam para reverenciar o império, formado por um grupo de crianças vestidas com trajes nobres e tratadas como tais. As figuras principais são o imperador, a imperatriz, o mordomo-régio e a mordoma-régia. “Na próxima festa os imperadores entregam o cargo aos mordomos, e assim sucessivamente, a cada ano”, explica Euzébio Vieira.

# MESTRE RAIMUNDINHO

*Aos 79 anos, o mestre Raimundinho tem duas grandes motivações, o Grupo Folclórico de Bumba Meu Boi e o Tambor de Crioula União da Baixada. Ele participa das manifestações folclóricas, em São Luís, capital do Maranhão, desde os 16 anos, desfilando nas apresentações ou nos bastidores, ajudando a colocá-las nas ruas. Em 2005, criou o Grupo Folclórico União da Baixada, que reúne o bumba meu boi, folgado com influências das culturas africana, europeia e indígena, e o tambor de crioula, de origem africana.*

No Brasil, ambos têm forte tradição em terras maranhenses. Mestre Raimundinho conta que para eles se apresentarem é preciso o apoio de muita gente. “Estou à frente. Mas tem muita gente da comunidade aqui comigo. Gente daqui do Habitacional Rio Anil, bairro onde moro. É de onde organizo os eventos”, explica. Cada apresentação do bumba meu boi e do tambor de crioula envolve deslocamento, alimentação e a orientação de 180 pessoas.

No período junino, o Grupo Folclórico União da Baixada chega a realizar até três apresentações por noite. Segundo o Mestre Raimundinho, no restante do ano não havia nenhuma assistência a essas pessoas. Até que,

em 2010, ele criou um braço social do grupo, o Projeto Ciranda do Aprender. Nesse mesmo ano a iniciativa foi contemplada por meio de edital pelo Ministério da Cultura em parceria com o Governo do Maranhão. “Atendemos quem está em situação de vulnerabilidade social. São crianças, jovens e adultos da comunidade e de bairros adjacentes. Isso certamente ajudou na aprovação”, acredita.

O projeto acontece durante oito meses do ano. São oferecidos vários tipos de oficina, como de bordado com miçangas, canutilhos e paetês, corte e costura, confecção de chapéus de pena, danças e confecção de instrumentos musicais de percussão. Em 2016, foi contemplado como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura em parceria com a Prefeitura de São Luís.

# MIOLoS E GARBOSoS

*Em São Luís, “miolo” não é apenas o que vem dentro do pão. A pessoa que vai dentro do boi, vestindo a fantasia bordada e fazendo a coreografia, também é chamada de miolo. Tem até um grande encontro deles, uma vez por ano, na primeira quinzena de julho. Já são 16 anos desde a primeira apresentação. A coordenação do projeto é da Associação Folclórica Flor do Sertão, cuja sede fica no número 78, na Rua Nossa Senhora da Conceição, bairro de Maiobinha, periferia da cidade.*

“Os miolos ficam embaixo do garboso, ou o couro, do boi. São eles os responsáveis pela evolução do personagem principal da festa. Sem miolo o boi não dança”, afirma o produtor cultural José Ribamar Souza Reis, 64 anos, mais conhecido como Zé Reis, presidente da Associação e responsável pela coordenação do Encontro dos Miolos de Bumba Meu Boi de Todos os Sotaques do Maranhão. O espetáculo é realizado a céu aberto, no Centro Histórico de São Luís.

A proposta do evento é valorizar essa figura embaixo do folgado do bumba meu boi. Pessoas que ficam no anonimato. São vestidas com o couro do boi e dão vida ao personagem. E Zé Reis já avisa: é preciso ter muito preparo físico. O garboso é pesado. Tem a armação feita

de pedaços de talas de buriti e varetas de madeira, além da lona e o veludo para cobrir essa estrutura. E quanto mais enfeitado o veludo for de miçangas, canutilhos e pedrarias, maior o peso.

Esses enfeites são importantes demais para o brilho do boi durante a brincadeira, afirma Zé Reis. “Além do que, esse desenho feito no tecido e coberto com o bordado, miçanga a miçanga, conta a trajetória dos mais importantes fatos que marcaram a história do Brasil, a força da crença religiosa nos santos juninos e outros aspectos”.

O encontro faz parte do calendário cultural de São Luís e reúne cerca de 200 brincantes que dançam como miolos nos grupos de bumba meu boi do Maranhão.



# A CURA PELOS ORIXÁS

*Folhas de pimenta para picada de marimbondo.  
Galho de arruda para afastar mau olhado.  
Banho de aroeira para curar os males do corpo  
e restaurar a imunidade. Na umbanda, assim  
como nas demais religiões de matriz africana,  
o poder de cura e proteção das ervas é sempre  
utilizado. Em Bacabal, cidade maranhense  
a 252 km da capital São Luís, a Tenda de Umbanda  
Nossa Senhora da Glória quer exaltar essa relação,  
realizando o Projeto Ervas que Curam.*

A umbanda tem esse aspecto peculiar, que é o de que para estabelecer o diálogo com as divindades, os orixás, é preciso o contato com a natureza, explica a mãe de santo Maria Raimunda de Sousa Sobral, 56 anos, a Mestra Yá. “Nossos rituais de cura constituem o universo sociorreligioso, onde a saúde física dialoga com a espiritual. As duas complementam-se e interagem”.

A iniciativa do projeto, comenta, é fundamentada na resistência e na sustentabilidade econômica dos terreiros, personificando a africanidade originária dessas comunidades. As ações propostas pelo projeto foram divididas em três grupos. A inicial é a realização de ações afirmativas de resistência e conscientização na comunidade, como dez palestras educativas sobre os efeitos

curativos para determinadas enfermidades por meio da medicina fitoterápica mediada pelos orixás.

O serviço será levado pelos médiuns da Tenda de Umbanda Nossa Senhora da Glória às comunidades periféricas da cidade e da zona rural. Uma segunda ação prevê que sejam feitas campanhas de conscientização, com a realização de três atos públicos nas principais vias de Bacabal, divulgando as propriedades curativas das ervas, bem como as formas de tratamento. “Pensamos em entregar folhetos informativos para a população buscar novos meios de cura pela medicina alternativa”, informa Maria Raimunda.

Para fechar o ciclo de ações, está programado o I Encontro do Axé, com a união de vários terreiros de umbanda de Bacabal e das redondezas na Praça de Santa Teresinha, no centro da cidade. A meta é expor no espaço público trabalhos dos pais de santo dessas casas e, também, montar pontos de vendas para que comercializem as ervas que cultivam nos terreiros. “Eles poderão dar dicas de como plantar e manipular as ervas para usá-las nos tratamentos.”

# TRIBUNA DO SAMBA

*Uma roda de samba aberta, na rua, aos domingos. Inspirado nas batucadas que os grandes mestres realizavam nos meados dos anos 1970, no cultural bairro da Madre de Deus, no centro de São Luís, no Maranhão, o projeto Tribuna do Samba é um espaço para os sambistas expressarem sua arte. Criado há nove anos pelo grupo Madrilenus, reúne antigos e novos sambeiros maranhenses.*

Compositor, cantor e integrante do grupo Madrilenus, Silvério Júnior, o Boscotô, 54 anos, leva o samba na alma. Com o Tribuna do Samba, o músico encontrou o meio de propagar o ritmo e mantê-lo na mente das futuras gerações. “O projeto propicia a nós, artistas, e ao público, cantar a boa música brasileira. A música que nos identifica, nos acalenta, nos irmana. Que nos faz sentirnos pertencendo a um núcleo sólido e histórico de identidade cultural brasileira”, declama o músico.

A base do repertório do projeto é genuinamente maranhense. Nesses nove anos que enchem o bairro da Madre de Deus de som, o Tribuna recebe sambistas que são acompanhados pelo grupo Madrilenus, com Julio Cunha (violão 7 cordas), Jorge Luiz (banjo), Robertinho (cavaquinho), Maurício (tantã), Jr. Mamão (pandeiro), Macaé (repique), Madson Peixoto (repique de Anel e efeitos), Renan (bateria), além do próprio Boscotô (sur-

do). “Temos os melhores músicos percussionistas e harmônicos de São Luís”, diz o músico.

Já integrado ao calendário cultural de São Luís, o Tribuna do Samba é realizado no segundo domingo de cada mês, em frente ao Centro Cultural do Bairro Madre de Deus. Congrega cerca de 200 sambistas e um público de 2 mil pessoas. “É um público apaixonado, que canta com a gente em uníssono, num repertório de amor e conagração”, relata Boscotô. Para que isso aconteça, é preciso montar uma infraestrutura que custa R\$ 5 mil aos realizadores.

O idealizador lamenta o fato de o projeto não ter nenhum parceiro institucional, mesmo gerando uma cadeia produtiva que proporciona dinheiro desde ao sambista ao vendedor de churrasquinho. “Vamos tocando o Tribuna na força e na fé”, resume.

# AS CAIXEIRAS DO DIVINO

*No povoado de Cajueiro, em Anajatuba, cidade do Norte do Maranhão, a Festa do Divino Espírito Santo é celebrada pela família Bogéa. A tradição de seis décadas começou com Raimundo Boi e Maria Bolo, passou para o filho Antônio Porfírio e sua mulher Justina, até ser assumida em 1987 por João, o neto. Realizado no último final de semana de dezembro, o festejo dura quatro dias e atrai cerca de 400 pessoas.*

Sua preparação começa antes, em agosto, com a arrecadação de donativos. Esse período de quatro meses é chamado de “esmolação”. Nele se arrecada de animais a dinheiro. Quando chega dezembro, uma semana antes do início da festa, os homens do povoado vão para o mangue em busca de um tronco de 10 a 15 metros. Será usado como o mastro da bandeira do Divino. Com ele nas costas, seguem o ritual de entrar de casa em casa, em procissão acompanhada pelos festeiros, pedindo “esmolas”.

Em frente a cada casa do povoado, a procissão para e os homens molham uma das pontas do mastro com cachaça. Nas casas em que os donos permitem a entrada, a “esmola” é gorda. Nas que barram, é colocado na beira da calçada acompanhado por um protesto simbólico dos que acompanham o cortejo. Após esse ritual, o mastro é, por fim, fincado em frente à Capela do Divino Espírito

Santo e recebe enfeites, como folhas de bananeira, cachos da palmeira Tucum e espigas de milho.

Começa então o período de convidar as caixeiras. São as mulheres que cantam e tocam tambores, as caixas. Vem daí o nome de “Caixeiras do Divino”. Durante os quatro dias de celebração, elas conduzem os rituais cantando e tocando. “Nós convidamos Dona Tunica, Dona Dalva, Dona Marizinha, Dona Mundiquinha, entre outras. Elas vêm de povoados e cidades vizinhos”, conta o festeiro João de Porfírio Bogéa, 69 anos.

No primeiro dia de festa, as caixeiras entram em cena. São elas que vão à frente do cortejo do Divino. Vão abrindo o caminho para a corte formada pelo Imperador e a Imperatriz, os pajens e as damas, todas crianças ou adolescentes vestidos com roupas que remetem à Corte Portuguesa – relembram o culto popular da Festa de Coroação do Imperador do Divino Espírito Santo, iniciado em Portugal pelo rei Dom Dinis e pela rainha Isabel, no século XIV.

“O Casal Imperial é eleito a cada ano, ao final da festa, para que as famílias tenham tempo de preparar as fantasias”, explica o festeiro. O Cortejo Imperial é montado seguindo a tradição. À frente as caixeiras, seguidas de três moças, as porta-bandeiras, levando as bandeiras do Divino, uma criança carregando uma almofada com uma pomba do Espírito Santo bordada, as damas e os pajens, e por último, o Imperador e a Imperatriz.

Com a corte organizada, as caixeiras começam seu trabalho. Vão guiando o cortejo para receber os convidados. Chamados no festejo de mordomos (as), os convidados são recebidos com música desde a entrada do povoado até a capela. São três dias nesse ritmo, das 5h às 21h. No último dia da festa, enquanto a missa acontece na capela, a família Bogéa prepara o almoço para os moradores do povoado e os convidados. No cardápio, carne de porco, arroz de toucinho e quiabo, entre outras iguarias.

Após a refeição, as caixeiras param para descansar até as 15h. Junto com elas, todos os demais. A festa retoma com a cerimônia da coroação da nobreza, seguida da derrubada do mastro e do sorteio do casal de Imperadores do próximo ano. À noite, começa a parte profana. Após os quatro dias de trabalho, as caixeiras dançam o carimbó, juntamente com os moradores do povoado e os convidados. A festa segue pela madrugada.

Para João de Porfírio Bogéa, tem sido um desafio manter a tradição do Divino em Cajueiro. “Tudo requer dinheiro. Desde as caixeiras, que cobram R\$ 300 cada, pelos quatro dias de festa, até o almoço”, contabiliza. Em 2020, a pandemia levou ao cancelamento do festejo. Em 2021, João espera realizará a festa com os recursos obtidos no Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa.





**PARAÍBA**



# TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

*Mariana Uchôa e Silva e Marine Nora criaram uma Comunidade que Sustenta Agricultura (CSA) em João Pessoa. O movimento busca a transformação social, mudando a visão da produção, produtividade e consumo. As responsabilidades em relação ao alimento, à terra e às relações campo-cidade são coletivas. A ideia se concretizou em 2020, como resposta direta aos efeitos da pandemia do coronavírus.*

“Marine estava com a ideia de iniciar uma CSA com o agricultor Mestre Geraldo, do Quilombo do Bonfim. A necessidade e a motivação dele e a sintonia que nasceu daquele momento foram os ingredientes da construção coletiva da primeira CSA paraibana”, conta Mariana Uchôa. Ela lembra que ficou encantada com o conceito de Comunidade que Sustenta Agricultura e começou a divulgar entre os seus grupos e contatos do Whatsapp.

Em abril, o CSA Flor de Mel já estava funcionando com um grupo formado por dez agricultores. Em maio eles começaram a entregar os alimentos. Mariana compara a organização a uma colmeia, sendo os que adquirem os alimentos a casa que os recebe; as operárias são as pessoas que vão até a colmeia separar os alimentos; as campeiras as que organizam os comprovantes de pagamento; as jardineiras as que dialogam diretamente

com o agricultor e o zangão quem faz as entregas das cestas.

Nessa rede, a figura do *atravessador* não existe. Todo o lucro vai diretamente para quem planta. A cota (mensal) é paga no início do mês, e corresponde às quantidades de quartas-feiras de cada mês. Fica entre R\$ 35,00 e 40,00. Eles entregam 12 tipos de alimentos orgânicos, entre raízes, folhas, verduras e temperos. “Garantimos, assim, uma renda fixa para as famílias que nos alimentam, daí vem o conceito de ‘comunidade que sustenta a agricultura’”.

Atualmente há três CSAs ativas em João Pessoa. Cada uma com sua colmeia. Todas funcionam no bairro do Castelo Branco, zona sul de João Pessoa. A CSA Flor de Mel iniciou o recebimento dos alimentos em maio de 2020, com dez cotas e, cinco meses depois, já alcançara 21. A CSA Flor de Quilombo, que tem 14 cotas, iniciou-se em julho. A CSA Flor de Areia tem nove cotas e iniciou em dezembro.

Essas três comunidades são alimentadas por famílias de agricultores do Quilombo do Bonfim, que fica a 13 km do centro de Areia, município localizado a 131 km da capital João Pessoa. São produzidas pelas mãos dos mestres Geraldo Gomes de Maria, Edilson Mariano dos Santos, Jucilane Gomes Nascimento, Espedito Gomes de Maria e Maria da Penha de Souza.

Há uma quarta CAS, a Mata d’Água, na cidade de Alhandra, região metropolitana de João Pessoa. Foi iniciada em março, tem seis cotas e é abastecida pelo casal Tiago Lima e Maria Eduarda Lima. Uma quarta CSA chegou ao Sertão paraibano, na cidade de Cajazeiras. A experiência foi compartilhada com o Professor Antonio. Está com 34 cotas, foi iniciada em abril e é alimentada pelos agricultores Seu Titico, Severino e Sales.

Todos os pagamentos são feitos diretamente na conta disponibilizada pelas famílias que plantam e colhem. Em menos de dois meses, Mestre Geraldo obteve renda extra para investir na produção e pagar seus ajudantes. “Ele diz que o Bonfim só conseguia sobreviver com a renda de anos em projetos federais e feiras”, arremata.

Os agricultores de Cajazeiras conseguiram comprar, em menos de dois meses, um tratorzinho e uma motosserra. “Somos muito gratas pelo prêmio, pois servirá para seguirmos fortalecendo o movimento, seja destinando aos territórios e comunidades já existentes ou abrindo cada vez mais o caminho”, afirma.

# "A MORADA" DAS LABIRINTEIRAS

*Patrimônio Cultural e Imaterial da Paraíba, o bordado labirinto é uma arte de 150 anos, passada nas comunidades rurais pelas mulheres, geração após geração. Segundo dados do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), no estado há cerca de 3,5 mil mulheres nas regiões Agreste e Brejo envolvidas nessa atividade. Entretanto, os produtos desenvolvidos por elas, como toalhas de mesa e passadeiras, demandam muito tempo e não são fáceis de comercializar. O projeto da marca A Morada veio para melhorar essa situação.*

A Morada foi idealizada por Lucyana Xavier de Azevedo e Suellen Albuquerque. A marca é contemporânea, tem baixo impacto ambiental e visa à promoção do labirinto a partir de uma rede produtiva.

“Estamos trabalhando principalmente com as bordadeiras de labirinto no município de Ingá, no Agreste paraibano”, adianta Lucyana, que é *designer*. O projeto surgiu a partir da experiência junto a uma equipe de *designers* de João Pessoa, em parceria com o Programa do Artesanato Paraibano, no desenvolvimento de produtos de moda, aplicando a técnica artesanal do bordado labirinto desenvolvido pelas artesãs do Agreste paraibano.

O trabalho culminou em uma exposição de moda no Salão do Artesanato Paraibano, em junho de 2019, em

Campina Grande. “As peças menores resultantes desse trabalho, como as de vestuário, alcançaram excelentes resultados, tiveram grande repercussão e nos possibilitaram identificar oportunidades de desdobramentos, para a continuidade do trabalho com as labirinteadoras”, atesta a *designer*.

Lucyana Azevedo destaca que não conhece iniciativas parecidas. E que apesar de a Paraíba ser um estado com muito potencial têxtil e de artesanato, ainda há pouco foco em gerar valor pela criatividade e inovação social. As sócias do Morada trabalham com um grupo de cerca de 40 mulheres, entre 30 e 87 anos. O trabalho de *design* funciona na casa de Lucyanna, em João Pessoa. Mas se estende às associações de bordadeiras de Ingá, município localizado a quase cem quilômetros de distância.

# COLAGENS DIGITAIS

*A paraibana Renata Cabral, 37 anos, é artista plástica. Em 2020, com a impossibilidade de visitação aos equipamentos culturais devido à pandemia do novo coronavírus, lançou o projeto “Reconfiguração de Obras de Arte com Intervenção Digital”. Aprovado no edital de Economia Criativa do Serviço de Apoio  s Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) da Paraíba, o projeto visa a releituras de obras elaboradas no formato tradicional de pintura, por meio da técnica de colagem digital.*

“Esse processo permite uma melhor competitividade, valorização da obra e visibilidade da artista, que passa a desenvolver-se em uma área tão dinâmica, como   a digital”, comenta a artista. Ela acrescenta que o processo de reconfiguração digital proporciona têm uma roupagem contemporânea e mais acessível à obra de arte elaborada com técnicas tradicionais de pintura em tela. As releituras são feitas por meio de *software*.

Para ingressar nesse universo, Renata precisou investir em mentoria estratégica de *Design Thinking*, *assemblage* de *softwares*, captação e edição de imagens e aquisição de matéria-prima. A produção dos quadros é realizada em seu ateliê-residência, no bairro de Manaíra, em João Pessoa. Segundo a artista, não foi preciso fazer grandes mudanç as em seu ateliê para realizar o

projeto. “Foi preciso investir em matéria-prima para a produção, como telas, tintas, pincéis e cavaletes”, conta.

Comercializadas digitalmente, as novas telas podem ser adquiridas por meio de *prints* de valor bem mais acessível que uma pintura em tela tradicional, com temática mais informal. “Torna-se um conteúdo que viraliza, obtendo grande alcance”, observa. Vencer o Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa possibilitou, conforme ela explica, “um novo ciclo de aprendizado, permitindo ampliar meu portfólio para continuar levando arte ao público”.



# A VITÓRIA DO BEM SOBRE O MAL

*No Teatro Pedra do Reino, em João Pessoa, na Paraíba, um grupo de 40 pessoas, entre atores e figurantes, sobem ao palco a cada celebração da Páscoa. Encenam a peça Bastidores da Crucificação, trazendo para o público uma abordagem nada tradicional sobre o que estava acontecendo no reino espiritual enquanto Jesus era crucificado. Revelam uma batalha entre o bem e o mal, onde o personagem Lúcifer é representado, sucessivamente, por cinco atores, mostrando sentimentos vividos cotidianamente pelos humanos, como ódio, inveja, culpa e opressão. Mas que são vencidos pela força maior do Bem, Deus.*

Encenada desde 2014, a peça é baseada no livro *Meta-história: a história por trás da história da salvação*, de Rubem Martins Amorese, publicado há mais de quatro décadas. “É uma livre adaptação desse livro que trata de uma forma mais espiritual da criação do homem e da crucificação, com essa batalha entre o reino do bem contra o reino do mal”, explica o produtor e roteirista do espetáculo, Rossano Lyra Lucena, 62 anos.

Durante 1h40, o público conhece o plano de criação, resgate e salvação da humanidade. Até chegar lá, são mostrados os sentimentos involutivos por meio de anjos

caídos, os demônios. O ápice do espetáculo ocorre na crucificação, quando a batalha travada na consciência do Cristo se torna real com os diálogos e coreografias que se desenvolvem ao redor da cruz. “A vitória final do bem sobre o mal se dá na morte do Cristo na cruz e subsequente ressurreição com a restauração da humanidade”, explica o produtor.

Com dois ou três dias de apresentação a cada Páscoa, o espetáculo demanda quatro a cinco meses de ensaios realizados em locais emprestados ou no próprio Teatro Pedra do Reino. É um projeto inovador pela característica da abordagem, segundo Lucena. É também, aponta, um projeto necessário a João Pessoa, pois proporciona uma cadeia de fornecedores e abre oportunidades a atores amadores de ganharem o palco.

Em João Pessoa, comenta o produtor, é realizado o tradicional espetáculo da Paixão de Cristo ao ar livre e com a participação de estrelas da TV e coadjuvantes renomados. Sem espaço para amadores. A conquista do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa, portanto, é para Lucena mais que o valor recebido, que ajudou a custear despesas com a apresentação. Trata-se do reconhecimento, afirma, ao trabalho árduo da equipe. “Mais de 2 mil pessoas já assistiram ao espetáculo. A premiação coroa nosso êxito. Conseguimos atingir nosso objetivo”, comemora.

# LUZ, CÂMARA, GERMINAÇÃO

*O Grupo Semente Cinematográfica atua no setor da educação na Paraíba desde 2014. Oferece cursos de formação de professores, oficinas de criação cinematográfica, produção de conteúdos educativos, promoção de eventos como seminários e mostras de cinema, pesquisa e publicações acadêmicas. Também dá consultorias em educação audiovisual.*

No balanço de ações realizadas, os números são positivos. O Semente já produziu mais de 40 filmes. Formou 350 educadores. Beneficiou 3.250 estudantes com práticas educativas e 1,5 mil pessoas em eventos como seminários e mostras. Em programações virtuais o público atendido chega a 3 mil pessoas. Já lançou um livro. “Nosso objetivo é fazer formação para professores”, diz a cineasta e educadora Ana Bárbara Ramos da Silva, 46 anos.

A Semente nasceu a partir de um trabalho da cineasta como mediadora em um projeto de educação e direitos humanos realizado pela Universidade Federal Fluminense, o “Inventar com a diferença – cinema, educação e direitos humanos”, gravado para ser exibido em oito escolas públicas das cidades de Conde e João Pessoa, na Paraíba. “Fiquei bem interessada nessa possibilidade de trabalhar com o audiovisual e com escolas e conheci Felipe Barquete, também cineasta. Ele compartilhava da mesma vontade de usar a linguagem do cinema para educar”, conta.

Em 2016, numa nova edição do projeto “Inventar”, os cineastas mobilizaram a comunidade escolar quilombola do Gurugi-Ipiranga, em Conde, para implementar a primeira Escola Experimental de Cinema da Paraíba, na EMEIF José Albino Pimentel. De 2018 a 2019 a Semente foi contratada pela Prefeitura do Conde para desenvolver novas metodologias de ensino, de acordo com as demandas da escola do quilombo.

“Articulamos a criação audiovisual sobre a cultura local com questões pedagógicas, como a alfabetização e a construção da identidade quilombola”, conta Ana Bárbara. Foram cinco anos na EMEIF José Albino Pimentel. Segundo a cineasta, o trabalho na escola forneceu o desenvolvimento das metodologias da Semente e garantiu aprovação de um projeto no Itaú Cultural para levar a metodologia para outras cidades paraibanas.

A Semente dispõe de uma escola digital que oferece cursos de formação para os professores, principalmente para atender demandas que surgiram durante a pandemia do coronavírus. O maior público continua sendo o de educadores paraibanos. Mas o meio digital proporcionou maior alcance e novas demandas. Há professores de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais participando da formação.

“Nossa ação está indo na direção de auxiliar as pessoas nas dificuldades para lidar com essas tecnologias digitais. No processo de imagens e sons, na questão pedagógica, na linguagem audiovisual e no engajamento dos estudantes nessa dinâmica da aula remota”, destaca.

# ONÉ, ILÁ, ORIKI, IORUBÁ

*“Pegue o obé e corte o ilá”. A frase, escrita em uma mistura da língua iorubá com português quer dizer “pegue a faca e corte o quiabo”. Nos terreiros de candomblé, assim como essas duas palavras, outras inúmeras são faladas. Muitas delas de saudação, os orikis. É sobre eles que o paraibano Thiago Costa, 28 anos, artista multimídia, designer gráfico, candomblecista e escritor, discorre em seu livro Obé.*

“O livro é uma ferramenta didática e arte-educativa. Vai nos permitir poder imaginar e observar a experiência negra a partir de outros prismas, que é o da poesia”, comenta o autor. Seu livro traz uma pesquisa acerca da literatura iorubá e afro-brasileira a partir dos diálogos que se estabelecem entre a poesia e o oriki.

Thiago planeja lançá-lo em um encontro com as juventudes de terreiros. Quer incentivar os jovens, por meio da leitura, a pensar em processos educativos e de formação. Quer incentivar também as produções artísticas de pessoas negras. Espera chegar aos bairros com maior número de terreiros de candomblé e de pessoas negras em João Pessoa, onde mora.

Decidiu escrever sobre esse tema ao perceber a ausência de material literário que representa, sem “fetichizar”, a comunidade negra e de terreiro. Reuniu, observa, um material literário que promove direitos dessa popu-

lação. “Trata-se de um material que sai do espectro da denúncia e proporciona o acesso a uma literatura que, por fazer parte do universo deles, facilitará os processos de aprendizagem”, destaca.

Como ex-aluno e hoje professor de escola pública, Thiago Costa pretende trabalhar a publicação nas salas de aula da rede pública de João Pessoa. Levar o conhecimento de que o oriki foi trazido ao Brasil pelos negros africanos, escravizados pelos colonizadores portugueses. A partir daí tratar sobre a temática escravidão com os estudantes. “Para valorizar o que somos, é preciso conhecer nossa origem, de onde viemos. E fazer da educação, que durante tanto tempo foi roubada dos negros, sua maior arma contra a desigualdade social.”

# ENCONTRO DE BATUQUES

*Coco, ciranda, cavalo marinho, La Ursa, bois, maracatus. Com tantos ritmos misturados, o nome não poderia ser diferente: Encontro de Batuques. Já em sua terceira edição, o evento é produzido pelo Ponto de Cultura Maracastelo, de João Pessoa. Os grupos que se apresentam são de cidades de todas as regiões do estado, do Sertão ao Litoral. Já são mais de mil artistas populares e 30 grupos culturais envolvidos.*

O projeto não tem um local fixo para acontecer. A ideia, segundo informa Jinarla Pereira da Silva, 27 anos, é que ocorra em locais distintos, conquistando mais e mais público, assim como adesão de novos participantes. A primeira edição, em 2015, aconteceu em Campina Grande, localizada a 113 km da capital. Conseguiu reunir mais de 200 artistas, com manifestações de diferentes regiões do estado.

A segunda ocorreu em 2016, no Parque Solon de Lucena, no centro de João Pessoa, com a participação de mais 11 grupos tradicionais, além dos que marcaram presença na edição anterior. Envolveu escolas e casas de religião afro-brasileiras. Em 2019, na última edição realizada, graças ao sucesso dos anos anteriores, foi conseguida uma parceria com a Secretaria de Cultura do Governo da Paraíba.

O local cedido foi o Espaço Cultural José Lins do Rego, no bairro de Tambauzinho. Foram dois dias de atividades, com oficinas, rodas de conversa com mestres e mestras e apresentações de mais de 350 artistas, além dos grupos de maracatu, cavalo marinho, coco, bois e caboclinhos. Houve também uma feira gastronômica e de artesanato, com exposição de materiais gráficos e fotográficos dos grupos e comunidades participantes.

“A cada edição, espera-se fortalecer os laços criados, consolidando uma rede de parceria entre grupos tradicionais do Estado. A longo prazo, queremos que a ação chegue a todos os municípios do estado, impactando positivamente esses locais”, espera Jinarla Silva, que é bombeira militar, atriz e produtora cultural. Ela diz que a motivação para fazer o Encontro de Batuques veio da Mestre Angela Gaêta, a liderança do Ponto de Cultura Maracastelo.



# TRONCOS VELHOS

*A Baía da Traição fica no litoral norte da Paraíba, a 85 km da capital, João Pessoa. A cidade é banhada pelo mar e por rios. É a terra do povo Potiguara. Reúne 13 aldeias indígenas dessa etnia. Uma delas é a Cumarú. É lá que funciona, desde 2015, o projeto de Revitalização da Cultura Indígena. São 11 mulheres que se dedicam à salvaguarda da tradição desse povo. Entre elas, professoras de ciência da religião, educação física, e letras, além de farmacêuticas, antropólogas e ecólogas.*

O projeto começou funcionando em um imóvel conhecido na Aldeia Cumarú como “Casa das Bruxas”. Uma casa de taipa, de quatro cômodos, uma sala, dois quartos e uma cozinha. Era pintada de branco e amarelo, com a porta e as janelas verdes, sempre abertas para receber o vento que vinha do mar. Lá aconteciam as reuniões do grupo, as oficinas com os “troncos velhos”, como são chamados respeitosamente os idosos que repassam o saber.

“Antes do projeto essas famílias sentiam a necessidade de melhorar o modo de fazer o artesanato, de apoio na agricultura e na manutenção da culinária tradicional e, conseqüentemente, na renda. Mas os troncos velhos estavam sem ânimo diante da falta de interesse dos jo-

vens. Estavam silenciosos”, conta Viviane Martins Ribeiro, 39 anos, artesã, antropóloga e criadora do projeto, juntamente com outras mulheres que compõem a Articulação de Mulheres Indígenas da Paraíba (Amip).

Para adquirir mais conhecimento, saiu de Cumaru e buscou os anciãos de outras aldeias. A primeira ação foi convencer os mais velhos que sem eles os saberes seriam perdidos. Fosse em relação à agricultura familiar, ao artesanato, às plantas medicinais, à cosmologia indígena (a crença deles sobre a criação e a evolução do mundo) e ao sagrado feminino (conjunto de sabedorias ancestrais que resgatam o culto à Deusa que há em cada mulher). “Saber que ensinavam os mais jovens, em turmas formadas por nós, em um espaço para isso, os conquistou”, recorda Viviane.

A ideia de ter a renda ampliada sem precisar de auxílio de verbas públicas ou de políticas públicas que lhes garantam emprego e renda, também. “Para nós é uma questão de honra, aumentar nossa autoestima”, destaca a artesã. Segundo ela, as aulas podem ser realizadas nas escolas das aldeias e a faixa etária dos alunos é diversificada. Desde crianças a jovens adultos. Nas aulas, após a fala dos anciãos é iniciado o repasse dos saberes sobre o meio ambiente, os orientando a tirarem com o devido cuidado cada palha ou semente extraída das plantas nativas para fazer o artesanato, pedindo permissão aos encantados.

“Ensinaamos também a plantá-las, para garantir a renovação”, adianta Viviane. Em seguida acontecem as aulas práticas, onde é ensinado a confecção de cestos, filtro dos sonhos, maracás, brincos e saias. A matéria-prima principal são sementes, cipós, fibras e cascas.

# VIRADAS, FESTIVAIS E ESTAÇÕES

*O município de Sousa fica no Sertão da Paraíba, a 438 km da capital João Pessoa. O local é conhecido por ter em suas terras o Vale dos Dinossauros, considerado por pesquisadores como um dos mais importantes sítios paleontológicos existentes no mundo. Mas, desde 2012, a cidade ganhou outro atrativo, a Virada Cultural. O evento é realizado uma vez por ano, sempre no mês de dezembro.*

O projeto foi idealizado pelo Ponto de Cultura Coletivo Estação. “Apesar da grandiosidade de Sousa, há uma carência em ações socioeducativas, que unem arte e meio ambiente. Por isso a Virada Cultural é de grande valia na transformação crítica e intelectual dos nossos cidadãos”, afirma Valber Almeida de Matos, 51 anos, engenheiro agrícola, ator e fundador do Coletivo Estação, cuja sede fica na Rua Dom Pedro II, no bairro de Estação.

Antes das ações do grupo, a programação cultural e relacionada ao meio ambiente não existia em Sousa, segundo Matos. Os programas eram as quermesses da igreja e o Matriz da Artes, evento realizado esporadicamente pela Fundação Municipal de Cultura, e as apresentações de teatro, dança, cinema, artes plásticas, literatura e oficinas artísticas promovidas pelo Centro Cultural Banco do Nordeste (CCBNB).

O Coletivo Estação inovou. Criou, além da Virada Cultural, os eventos Próxima Estação, Noites Fora do Eixo, Formações, o Festival de Direitos Humanos e a Conferência de Gestão Ambiental Colaborativa. Esses dois últimos realizados em parceria com outras instituições. “Para a Virada Cultural planejamos uma programação de 18 horas ininterruptas de ações culturais e ambientais”, explica.

Assim como a programação, o público é heterogêneo. Tem de criança a idoso. De oficinas lúdicas a concertos de música erudita. “Além dos sousenses, vêm pessoas de outras cidades vizinhas aqui no Sertão. E até de João Pessoa”, comenta Matos. As apresentações e oficinas são realizadas nos mais diversos espaços, como nas ruas, em capelas, em meio à feira livre da cidade.





**PERNAMBUCO**





# A PAISAGEM SONORA DE OLINDA

*Uma nova experiência para quem quer conhecer Olinda, em Pernambuco. Reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), desde 1982, como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, a cidade tem uma sonoridade única. Os cantos gregorianos no Mosteiro de São Bento, o badalo dos sinos em suas 22 igrejas e o som das orquestras de frevo que ecoam não apenas somente no Carnaval. O Sonora Olinda tem essa proposta.*

O projeto é um *site* com um mapa de locais importantes e pontos turísticos que podem ser conhecidos virtualmente por meio de informações, imagens e sons, proporcionando imersão nos ambientes. O Olinda Sonora é tocado a quatro mãos: Caio Dornelas é o idealizador e cuida da produção e dos áudios; Saulo Ferreira da parte tecnológica e do *design*; Thiago Soares desenvolveu o *site* e Rodrigo Acioli os textos.

O primeiro estágio do Olinda Sonora foi desenvolvido em 2017, com a construção da paisagem sonora do Sítio Histórico da cidade, disposta numa cartografia geolocalizada. O modelo oferece ao usuário uma experiência diferenciada de contato com o patrimônio imaterial olindense. A apresentação desta primeira etapa foi dividida em quatro tópicos.

Ao clicar em “Filhos envolventes” o internauta conhece o que os produtores chamam de “filhos gerais da cidade”, que são os sons dos pneus, os pássaros, o mar e o burburinho das ruas. Nomearam de “Marcos sonoros” as buzinas, os sinos e os apitos. Já em “Elementos musicais” estão listados os pontos de boêmia e de agremiações. No “Fonologia” destacaram as vozes das pessoas que transitam no cotidiano pela cidade, como os ambulantes.

Na próxima etapa do Olinda Sonora, os empreendedores pretendem lançar um aplicativo que funcionará como ferramenta educativa. Querem colocar a natureza sonora e os elementos paisagísticos de Olinda como guias para uma navegação em realidade aumentada e interativa.

# VAMOS ESPALHAR POESIA

*São José do Egito, município a 400 km do Recife, no Sertão do Pajeú pernambucano, é conhecido como a terra dos poetas. O barbeiro, o farmacêutico, a professora, a dona do restaurante, todos fazem uma rima que seja. Foi lá que nasceram Antônio Marinho (1887-1940), conhecido como a Águia do Sertão, e Lourival Batista (1915-1992), o Louro do Pajeú. É de lá que vem o projeto “Vamos espalhar poesia”, uma reverência aos tantos e tantos poetas e cantadores egipsienses.*

Criado há seis anos por Isabelly Moreira de Almeida, 28 anos, o projeto ganhou vida em um canal no YouTube. Ela própria “fazedora” de versos e declamadora, enxergou, naquele primeiro momento, o potencial da internet em levar a poesia de São José do Egito para o mundo. O que por muito tempo foi um incremento para atrair visitantes interessados em conhecer ou pesquisar sobre poesia, ganhou um novo sentido no ano passado.

“Devido à pandemia, que impossibilitou a vinda de visitantes à cidade, surgiu a ideia de fazer vídeos, utilizando fontes seguras, sobre os poetas locais”, comenta Isabelly. A iniciativa que conquistou o Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa na Categoria Cultura se propôs à gravação e edição de uma série de vídeos para serem disponibilizados no canal do YouTube.

São dez vídeos. Desde recital, com poesia declamada, aos de memória, produzidos a partir da vida e obra dos poetas já falecidos. Com tempo médio de dez minutos, cada vídeo tem como tema central um desses poetas.

Além do canal no YouTube, a poetisa planeja disponibilizar os vídeos para as redes públicas de educação e demais instituições de ensino que tenham interesse. O importante, destaca, é que os pesquisadores terão acesso a informações seguras sobre os poetas. “Atualmente há muitos *sites* e *blogs* com erros crassos, como data de nascimento e nomes errados. E esses dados vão se repetindo dessa forma”, lamenta Isabelly. Com os vídeos, ela espera contribuir para a criação de uma memória fidedigna, à altura da grandiosidade dos poetas egípcios. “Será um conteúdo que potencializará nossa voz e propagará a memória de nossos mestres e mestras”, comemora.

# ÊXITO RURAL

*A Turminha do Agro é um projeto que surgiu de três adversidades que constam na lista de problemas da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A primeira é conhecida há séculos: o êxodo rural, a movimentação da população da zona rural em direção às zonas urbanas. A segunda é a desinformação do brasileiro em relação ao setor rural. E a terceira, a não-sucessão familiar, que está, de certa forma, ligada ao êxodo rural.*

No Brasil, o setor rural responde por 21,4% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados divulgados em 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os jovens residentes da zona rural que não veem oportunidades no campo migram para as zonas urbanas, fortalecendo o êxodo rural. Além disso, pela não-sucessão familiar, negócios são abandonados, enfraquecendo a economia local e a geração de renda. Além disso, existe uma comunicação negativa que é feita sobre o setor que o prejudica.

A Turminha do Agro tenta desmistificar informações incorretas por meio de uma plataforma educativa, com site e redes sociais, voltada para crianças em idade escolar. A ideia é que as novas gerações cresçam com uma bagagem e com uma visão empreendedora para buscar oportunidades no campo também. E isso não só para as

crianças da zona rural, mas também para crianças da zona urbana, valorizando um setor que é responsável pelo alimento em todo lugar.

A proposta é disponibilizar diversos conteúdos educativos, com vídeos, desenhos animados musicados, imagens, ilustrações, quadrinhos, jogos digitais, desafios. Enfim, um ambiente gamificado para as crianças poderem interagir e se divertir aprendendo sobre o agronegócio. O projeto foi criado por pernambucanos. Por ser virtual, atende a todo o País.

# UMA GRANDE AGENDA DO TEATRO

*Divulgação de espetáculos, críticas teatrais, entrevistas e notícias sobre a cena artística pernambucana. Criado em 2018, o projeto “Vendo Teatro” consiste numa união de plataformas virtuais, como sites e redes sociais, para divulgar o que está acontecendo nas artes cênicas em Pernambuco. Essa grande agenda cultural começou pelo Instagram, com notícias sobre espetáculos.*

A aceitação levou à abertura de novos espaços virtuais, como um *site* próprio, além do aumento no conteúdo, que ganhou espaço para e outras redes. O projeto reúne um grupo de oito pessoas ligadas à área de espetáculos e/ou comunicação. Sabrina Pontual, 32 anos, é atriz e produtora executiva do Vendo Teatro.

“O *site* tem foco maior em peças teatrais. Mas divulgamos dança, circo, cursos, oficinas, exposições, editais. Tudo que for voltado para cultura. É uma grande agenda”, explica. O Vendo Teatro foi idealizado em 2018 por Aline Lima. A motivação veio justamente da escassez de encontrar informações sobre os eventos culturais que estavam acontecendo no Recife.

“Há peças que estão fora dos palcos tradicionais, dos teatros, que estão acontecendo em outros espaços, como nas ruas e em escolas. E essas não são divulgadas”, ressalta. O projeto começou pelo Instagram. A procura au-

mentou e houve a necessidade de expandir para outras mídias. Foram adicionados Facebook e YouTube.

Além de Aline e Sabrina, há três críticos teatrais, um coordenador crítico e mentor e dois jornalistas. Criaram um *podcast* e estão presentes nas plataformas de *streaming* musical. Sabrina destaca que o *site* Vendo Teatro, em conjunto com as demais plataformas, são uma espécie de acervo *on-line*. “Supondo que daqui a alguns anos alguém que esteja estudando sobre o teatro pernambucano, vai encontrar esse conteúdo em nosso *site*”, observa.



# REINVENTANDO OS INSTRUMENTOS

*Uma ferramenta de produção musical, com tecnologia de baixo custo. A Xekerall dá essa possibilidade, ao reciclar peças de equipamentos eletrônicos, para criar instrumentos para produção musical. Uma bateria eletrônica, por exemplo, tem custo de produção de R\$ 200,00, valor menor do que 10% de um equipamento importado. A iniciativa é de um grupo de três amigos que vivem da música: Guilherme Assis, Homero Basílio e Paulo do Amparo.*

“Somos músicos, produtores musicais e técnicos de gravação de áudio. Sou amigo de Homero desde a adolescência, quando eu estudava eletrônica e já construía guitarras, baixos, pedais de efeito e amplificadores para uso próprio”, conta Paulo do Amparo. Segundo ele, a iniciativa de criar a Xekerall partiu de Guilherme e Homero. Em meio à pandemia do novo coronavírus, em 2020. Sem ter como sair para gravar música em estúdios, buscaram soluções em casa.

Iniciaram a montagem de um controlador Midi com Arduino. O Midi é um padrão criado por um grupo de fabricantes de sintetizadores, nos anos 1980, para padronizar a comunicação entre diferentes instrumentos musicais. Arduino é um conjunto de ferramentas de prototipagem eletrônica para tornar mais fácil a criação de aparelhos eletrônicos.

“Homero e Guilherme estavam tentando montar um controlador Midi com Arduino. Fiquei de queixo caído quando mostraram as possibilidades”, recorda. Juntaram as experiências e desenvolveram a Xekerall, uma bateria eletrônica com botões para disparar sons que estão armazenados no *software* especialmente desenvolvido para esta finalidade. Paulo do Amparo ressalta a parceria firmada com o Coletivo 3D, onde contam com impressoras a *laser* para criar a parte física dos equipamentos.

No “corpo”, utilizam materiais como borracha de EVA (Etil Vinil Acetato), acrílico e madeira. Os empreendedores trabalham cada um em sua casa, em Olinda, e se encontram no Coletivo 3D para montar os protótipos.

# CIRCO NA PRAÇA

*Jerlane Silva, 39, anos é formada em Letras, com especialização em Gestão de Cooperativas. Mas vive do teatro. Atua há mais de duas décadas. Enxerga na cultura um papel social. E quer que mais e mais pessoas tenham acesso. Para isso criou o projeto Circo na Praça, levando apresentações gratuitas de espetáculos circenses para espaços públicos de comunidades em áreas com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos culturais no Recife e na Região Metropolitana.*

O projeto de Jerlane foi gestado na Cia Brincantes de Circo, onde atua desde a fundação, em 2011. “Sempre pensei em fazer algo que integrasse o espetáculo e a comunidade. Não posso deixar de registrar o papel de Bóris Trindade Júnior, o diretor da Cia Brincantes, como principal motivador deste e de tantos outros projetos sociais desenvolvidos pela companhia”, afirma.

Desde a sua criação, a Cia Brincantes desenvolve trabalhos na área social, com forte atuação na educação, tendo como ferramenta de inclusão a arte circense. Há malabaristas, equilibristas, acrobatas e palhaços. Além de serem artistas, há os que atuam também na gestão. “Eu, por exemplo, além de palhaça sou produtora e coordenadora pedagógica da companhia”, comenta Jerlane Silva. As apresentações do “Circo na Praça” acontecem durante

todo o ano. Mas dependem muito, ainda, de incentivos financeiros. Logo, quando não há apoiadores, o projeto fica parado. “Por esse motivo é muito importante incentivos como esse do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa para que possamos atingir um público cada vez maior e, assim, contribuir nas formações sociocultural e política das comunidades beneficiadas.”

O projeto é itinerante. Acontece em diversas comunidades do Recife e Região Metropolitana, em sua maioria, áreas em situação de vulnerabilidade. Por ser realizado em espaços públicos, não há restrição de idade. A Cia Brincantes possui um espaço para os ensaios dos espetáculos, pequenas oficinas de circo e acomodar todo a papelada e o acervo para as apresentações, figurinos, cenários, lonas e equipamentos circenses.

A apresentação do espetáculo envolve todos os componentes da Cia Brincantes, assim como, alguns terceirizados, pois, além dos dois atores que estão em cena, há produtores e técnicos responsáveis pelo transporte da equipe e do material circense, pelos serviços gráficos e demais demandas que surgirem, entre outros.

# A DRAMATURGIA DOS ORIXÁS

*Agrinez Diana de Melo, 41 anos, criou um curso de teatro a partir da sua vivência como mulher negra e atriz de teatro no Recife. Graduada em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Pernambuco, Agrinez identificou, já durante o ensino superior, que nunca seria chamada para atuar como atriz nos palcos. O teatro da época não conseguia incluí-la. Ouvia que era alta demais para determinado personagem, tinha o cabelo excessivamente volumoso; não era preta o suficiente, nem branca.*

Estava sempre em um lugar inexistente. “A grande verdade é que eu era uma mulher negra e sofria um racismo velado e estrutural. Onde ser negra era sempre lutar e estar em segundo plano”, observa. Carregava o estigma da mulher preta, bonita, esforçada, mas que não cabia em lugar nenhum no imaginário social da branquitude. O lugar que lhe era direcionado, recorda, era cuidar da iluminação, figurinos, maquiagem, auxiliar na produção, contrarregra... Não que achasse isso ruim. O ruim era não poder escolher.

“Em 2006, a convite de Naná Sodrê, entrei em um grupo de iluminação, O Poste Soluções Luminosas, que faço parte até hoje”, recorda Agrinez. Mesmo formadas, cabia a ambas cuidar da iluminação da maioria dos grupos da cidade. Eram duas mulheres pretas iluminadoras.

“Chegou um momento em que olhamos uma para a outra e dissemos que queríamos estar nos palcos, não atrás das cortinas”, lembra. Decidiram encarar o desafio e atuar. Transformaram o grupo em um grupo de pesquisa de um teatro mais físico e antropológico.

Mas os questionamentos e inquietações de Agrinez a respeito de seu lugar nos palcos vinham, cotidianamente, e sempre com mais intensidade. “Passei a ir aos terreiros de matriz africana e a pesquisar sobre as origens dos meus avôs e avós”, recorda. Em 2008 entrou no grupo de estudo de antropologia do imaginário, onde se debruçou com paixão sobre o imaginário de Oxum.

Pesquisou sobre os quatro elementos (terra, água, fogo e ar) dentro da cena teatral. E levou essas pesquisas do imaginário para seu grupo e suas pesquisas individuais. Em 2016, montou o espetáculo *Histórias bordadas em mim*, uma peça focada em suas próprias histórias, onde a matriz afro-indígena estava afloradas. Alicerçou toda a movimentação de cena no movimento dos orixás.

O espetáculo teve sua primeira apresentação no terreiro Ilê Obá Aganju, em Dois Unidos, na zona norte do Recife, em um Amalá de Xangô e com as bênçãos dos orixás e da yalorixá Mãe Amara e yakekerê Maria Helena Sampaio. A linha central de interpretação segue o imaginário da água de Oxum. “A partir dos orixás, da movimentação deles, tive a ideia de criar algo que se adequasse ao meu corpo. Sou filha de Oxum e o bordado é em mim, as minhas histórias”, detalha.

No ano seguinte, Agrinez montou o curso “Curso de Dramaturgia dos orixás” e descobriu que poderia criar possibilidades de adequação de um corpo negro na cena, com empoderamento e teatralidade. Percebeu que muitos artistas também necessitavam de outras maneiras de preparação corporal para a cena contemporânea, e realizou cursos, oficinas e vivências, com aulas em formato presencial e online.

Graças às suas pesquisas com teatro e a dramaturgia dos orixás, ingressou, recentemente, no mestrado em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Vai defender a importância da dramaturgia dos orixás na formação teatral, por meio do resgate ancestral centrado na matriz africana. Já em 2020, realizou a demonstração de pesquisa “Dramaturgia dos orixás: possibilidades de narrativas para o corpo negro em cena”, com o incentivo da Lei Aldir Blanc.

Todos os movimentos eram guiados pelo caminho da dramaturgia dos orixás. A dramaturgia dos orixás é a criação de uma metodologia de trabalho centrada nos vetores, nas energias dos orixás e povos de rua, e das entidades das matas e os pretos-velhos. “É um método de interpretação para cena. Esse método faz com que o ator preto ou atriz preta possa utilizar o corpo como instrumento de interpretação. Pra ter um corpo vivo em cena, pra ter um corpo incluído em cena”, destaca.

Na dramaturgia dos orixás há o vetor de Oxum, na parte pélvica, que está atrelada à imagem da criação, maternidade, da mulher, da reprodução e da prosperidade. Oxum, como elemento de representatividade, é o orixá da fecundidade, da fertilidade. O vetor dela é o útero e a movimentação é muito baseada nos rios e cachoeiras.

“Quando o ator ou atriz ativam esse vetor, ela faz com que eles tenham um corpo flutuante em cena. Um corpo flutuante que cresce, expande, e aí ela ocupa o palco. Não precisa ter, por exemplo, um cenário. O ator em sua plenitude da ativação desse vetor já o ocupou”, observa. O curso tem entre quatro e seis meses de duração.

Cada turma tem, em média, 15 alunos. Além de oferecer formações rápidas como oficinas de 5 dias ou de 12 horas, vivências e imersão na própria natureza. “O curso de Dramaturgia dos orixás que culminou num espetáculo que se chama *Aldeias: um experimento ancestral*, levou seis meses, pois tivemos quatro de preparação e mais dois de apresentações”, explica. As aulas presenciais acontecem em seu espaço cultural, que mantém com os dois sócios, Naná Sodré e Samuel Santos. O espaço está localizado na rua do Riachuelo, no centro do Recife.

Com a pandemia do coronavírus, passou a ensinar virtualmente. “Aí surgiram alunos de outros estados e até de outros países”, comenta. Ela comemora o reconhecimento obtido com a conquista do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa. Com os recursos realizou a montagem de um ateliê em sua casa nova, próxima a Avenida Caxangá, zona oeste do Recife. “Vou fazer um espaço onde possa fazer minhas pesquisas e treinamentos, além de costurar meus figurinos”, adianta.





# OPRIMIDAS E OPRIMIDOS

*A ideia de possibilitar que as pessoas investiguem as suas próprias histórias de sufocação para dar vazão à criação cênica é o solo firme sobre o qual se ergue o Núcleo de Experimentações em Teatro do Oprimido (Nexto), uma iniciativa dos artistas Andréa Veruska, 38 anos, e Wagner Montenegro, 32. As oficinas realizadas por ambos lançam mão de um complexo de técnicas teatrais que une o teatro, a dança, a poesia, as artes visuais e a música para, a partir do que aflige os sujeitos, reacender neles a capacidade criativa.*

Para entender a trajetória de Veruska e Wagner é preciso voltar a 2003. Naquele ano, ambos estudavam e faziam formações sobre o método no Pressão do Juízo, grupo teatral que tinha o Teatro do Oprimido como raiz forte. Esse grupo encerrou suas atividades no Recife em 2008. Mas eles continuaram se aperfeiçoando. Até que, em 2012, tiveram a ideia de fundar um núcleo que permitisse investigar, praticar, estudar e experimentar essa metodologia de artes cênicas.

Fundaram o Nexto, que une a formação, a arte/educação, a experimentação estética, a pesquisa e a criação artística. Já em 2014, desenvolveram o projeto Descobrimo a Estética do Oprimido. “Percorremos 13 cidades, nas quatro macrorregiões pernambucanas, formando agentes multiplicadores e multiplicadoras do método”,

recorda Wagner. O projeto foi levado também a Brasília, a São Paulo, a Porto Alegre do Norte, no Mato Grosso, e a Ithaca, cidade do Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

“Formamos mais de 400 pessoas para multiplicar o método do Teatro do Oprimido”, conta o artista. Em 2019, o projeto ganhou o 2º Prêmio Roberto França (Pernalonga) de Teatro na categoria Iniciativa Coletiva. Em 2021, foi contemplado com o edital Jornada de Formação para a Promoção e o Fomento da Cultura de Pernambuco, realizado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe).

O projeto que Veruska e Wagner inscreveram no Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa foi a Escola de Teatro de Oprimidas e Oprimidos. Nele vislumbram a participação das pessoas em situação de opressão, sejam elas mulheres, pessoas LGBTQIA+, negras e negros, indígenas ou pessoas com deficiências, para o desenvolvimento de uma expressão estética alinhada a uma proposta de transformação da realidade social a partir do diálogo e da ampliação de sua capacidade crítica.

“Acreditamos que isso exercita o gesto criativo, em que todos e todas podem se expressar artisticamente e promover transformações em si mesmo e naqueles que estão à sua volta”, ressalta. Os processos de formação oferecem oficinas de 30 horas/aula em cada cidade contemplada. Ao término dos trabalhos, os participantes são estimulados a aplicarem as técnicas em seus próprios projetos e territórios. O público-alvo são pessoas a partir de 18 anos. O projeto já percorreu escolas públicas, prisões, associações de moradores/as, organizações não governamentais, espaços culturais e universidades.

“Tudo o que se encontra no ambiente em que ocorre o processo ensino-aprendizagem pode se transformar em um estimulante recurso didático para nossa escola, desde que utilizado de forma adequada e para o exercício do pensamento político a partir do teatro”, afirma Wagner. Uma sala ampla que permita movimentação física e materiais de pintura, costura e recicláveis, por exemplo, são alguns itens necessários. Durante as oficinas, os artistas auxiliam na transferência de situações, experiências, demonstrações, sons, imagens e fatos para o campo da consciência, possibilitando aos participantes que as transmutem em ideias claras e inteligíveis.

# ESPIRAL DAS ARTES

*Artistas de todas as linguagens reunidos em uma programação contínua de apresentações e intervenções artísticas. Junte às apresentações uma feirinha de artesanato, um polo gastronômico e lançamento de exposições de artes e de livros. Estamos falando do Espiral da Artes, um projeto que acontece desde 2018 em espaços públicos da cidade do Recife. “O ‘Espiral das Artes’ é um evento multicultural e de economia criativa”, resume Rodrigo Silva, diretor da produtora Cultural Iminente, a realizadora do evento.*

O Espiral das Artes acontece todos os meses, sempre no primeiro e terceiro sábado, a partir das 11h. Nas edições presenciais realizadas em 2018 e 2019 o projeto foi instalado na Praça Dr. José Vilela, no bairro de Parnamirim, e na Praça José Sales Filho, no bairro da Torre, no Recife. Toda a estrutura é alugada, desde palco e barracas até as tendas e os banheiros químicos.

A parte elétrica é adequada às necessidades do evento e há um plano de limpeza com ações para reduzir o impacto ambiental com a geração de lixo. São cerca de 70 expositores por edição, com até cinco profissionais especializados nas chamadas terapias integrativas, dois empreendimentos voltados à sustentabilidade, três or-

ganizações sociais, cinco atrações artísticas, além de escritores, educadores e toda uma equipe de produção.

Como a Cultural Iminente investe fortemente na comunicação com o público, buscando dar uma atenção em especial aos registros visuais, os empreendedores enxergam na Espiral das Artes uma forma de terem visibilidade. O evento traz ainda um espaço dedicado às terapias integrativas com atendimentos diversos como *shiatsu*, *do-in* e barra de *access*. Para o público infantil, além das apresentações musicais, há contação de histórias.

Para o público em geral, há, ainda, demonstração de confecção de produtos artesanais, recitais de poesias, apresentação de projetos de extensão de universidades e de conhecimentos populares. “O Espiral das Artes também incentiva e apoia instituições e organizações que realizam ações sociais cedendo espaço para essas iniciativas divulgarem seus trabalhos e para que promovam campanhas de arrecadação para suas causas”, destaca Rodrigo Silva.

Além disso, todas as edições contam com a parceria da Ecoe Sustentabilidade e da Faz Terra, empreendimentos que têm como foco apresentar alternativas sustentáveis. Para Rodrigo Silva, a conquista do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa tem sua relevância muito além do aporte financeiro dado e que ajudou na aquisição de itens para montagem da feira e de computadores.

“Foi o primeiro reconhecimento público ao projeto”, diz. A cada edição, são gerados, em média, 180 empregos diretos e mais de 70 indiretos. E há participantes de diversas localidades de Pernambuco. “Uma grande parte dos expositores vive da comercialização de seus produtos e por isso dependem de espaços dedicados ao comércio de produtos artesanais como as feirinhas de ruas ou eventos culturais. No Espiral das Artes encontram esse espaço.”

# O CANAVIAL COMO MÉTODO

*A Zona da Mata Norte de Pernambuco é rica em cultura popular. É berço de maracatus, caboclinhos, coco de roda, cavalo marinho, emboladores, pretinhas do congo, bacamarteiros, bandas de pífano, bois, cirandas, afoxé e tantas outras manifestações de música e dança. Apesar da riqueza cultural, os grupos não tinham um evento que os promovesse, ficando limitados aos ciclos festivos, como o Carnaval e o São João. Para preencher essa lacuna foi criado, em 2006, o festival Canavial.*

Mais de 500 atrações já passaram pelos palcos do evento que a cada edição homenageia mestres e mestras ou grupos culturais, além de realizar palestras, rodas de conversas e exposições. O Festival é realizado nas cidades da Mata Norte e em municípios de outras regiões e estados. Já passou por Aliança, Condado, Goiana, Nazaré da Mata, Vicência, Tracunhaém, Buenos Aires, Itaquitinga, Ipojuca, Limoeiro e Olinda, essa última na Região Metropolitana do Recife. Também já chegou a João Pessoa, capital da Paraíba.

“É um Festival ousado, inovador e com atenção às tradições. É inesquecível para quem vai. É uma maratona de apresentações artísticas dessa riqueza que a Mata Norte pernambucana possui”, ressalta José Lourenço da Silva, 67 anos, um dos idealizadores do evento. Ele

explica que o Festival é uma “cria” do Movimento Canavial, método que revolucionou culturalmente a Zona da Mata Norte, ao ensinar aos grupos e as mestras e mestres como fazer projetos e participar de editais, viabilizando-os financeiramente.

Nesses 15 anos do Festival Canavial, destaca Lourenço Silva, há a preocupação de estar sempre debatendo e discutindo as políticas culturais para a cultura popular, tornando os seminários e as conferências destaque na programação. Também é uma preocupação se conectar com as novas mídias. Em 2018, o Festival esteve presente no Facebook, Instagram, Spotify e Youtube.

Em 2019, os produtores elegeram como mote as artes cênicas, dedicando o festival às artes da representação. “Dar conhecimento deste trabalho, que acontece em nossa região, aos quatro cantos do mundo, é uma missão que nos honra”, ressalta Lourenço Silva. O Festival Canavial, acrescenta, também é um projeto escola que contribui para que os produtores iniciantes na Zona da Mata Norte, formados pelo Método Canavial, possam se desenvolver e apresentar seus projetos.

# PORTO MUSICAL

*O Bairro do Recife é palco de um evento internacional de música. Já em sua 9ª edição, o projeto Porto Musical tem periodicidade bienal. Aportou em 2005, quando a área contava apenas com o carnaval como evento. À época, além de iniciar um projeto cultural voltado à música, a profissionalização dela e discutir conteúdo e prospectar a cultura pernambucana, se pensou também em ocupar o bairro.*

“A intenção foi criar uma convenção que conectasse o Recife com o resto do mundo e ali, onde a cidade começou. O Porto Musical é um divisor de águas na exportação da música pernambucana e brasileira”, destaca Melina Hickson, 45 anos, produtora do Porto Musical. Durante os três dias do evento, profissionais e programadores de grandes centros culturais do Brasil e de outros países se encontram para discutir sobre música, comercializá-la e apresentá-la.

Para quem está se lançando na música, é uma oportunidade de ser visto por realizadores de grandes festivais, enquanto o evento acontece simultaneamente em locais distintos do Bairro do Recife.

Há programação de dia e à noite. Os *shows* costumam ocupar a Praça do Arsenal. Para a realização dos seminários, conferências e oficinas são utilizados os

equipamentos culturais do bairro, como os museus Paço do Frevo e Cais do Sertão.

Ali, entre uma atividade e outra, são criadas redes de contatos e fechados negócios. Para isso há a presença de profissionais do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (Sebrae) em Pernambuco. São eles que orientam os músicos. Na edição de 2020, por exemplo, foram realizados mais de 600 contatos entre produtores, agentes culturais, artistas, programadores, curadores e outras pessoas que têm envolvimento com o mercado fonográfico, minimizando riscos financeiros e fortalecendo o setor musical pernambucano.

Para Melina Hickson, a conquista do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa representa um reconhecimento ao Porto Musical e ao trabalho que a Fina Produções, sua produtora, faz há mais de 20 anos para a música de Pernambuco. Com 90% da equipe formada por profissionais do gênero feminino, o Porto Musical gera em torno de 60 empregos diretos e mais de 300 indiretos.



# O MUSEU VIVO DA VÁRZEA

*O bairro da Várzea, na zona oeste do Recife, ferve culturalmente. Maracatu, capoeira, Bandeira de São João, Acorda Povo, coco, feira de artesanato e o Festival de Inverno são algumas das atividades, além de equipamentos culturais como o Instituto Ricardo Brennand. Assim como nas cidades do interior, os moradores se reúnem na praça principal. Criaram até a marca “Eu amo a Várzea”, que estampam em bottons e camisetas. Esses atrativos e relações estão documentados em filmes produzidos pelo projeto “Várzea – Meu bairro, meu patrimônio”.*

A antropóloga e moradora do bairro Júlia Morim de Melo, 41 anos, idealizou o projeto. Ela conta que a ideia de documentar o patrimônio cultural surgiu após participar do movimento “Salve o Casarão da Várzea” em 2016. A construção do início do século XX é listada como Imóvel Especial de Preservação. Lá funcionou o Hospital Magitot, primeiro centro odontológico da América Latina. Enquanto esperam que o poder público crie no local o Mercado Cultural da Várzea, as pessoas que fazem parte do movimento o mantêm limpo, cuidam da horta comunitária e realizam ações culturais.

“O uso do casarão como espaço cultural é o ponto principal. Mas esse movimento se estende pelo bairro”, destaca Júlia Morim. A rede formada pelos moradores

promove a manutenção desse patrimônio cotidiano, dos grupos culturais e do calendário de festividades e celebrações. Os ateliês e os serviços, como cafés e restaurantes, também estão inseridos nesse contexto de valorização e de lançamento de ações que impulsionam a economia criativa no bairro.

“Esse fervor cultural local não havia sido documentado. Nem promovido de forma sistemática, com essa finalidade de valorizar simbólica, cultural e economicamente a Várzea”, ressalta. Em 2019, com aprovação no edital do Funcultura, a equipe do projeto “Várzea – Meu bairro, meu patrimônio” iniciou a filmagem de seis documentários. Cinco deles, de 7 a 8 minutos, cada, contam as histórias do movimento para salvar o casarão, do Maracatu Real, da Capoeira da Várzea, do Acorda Povo e de Dudu do Corte, morador ligado ao coco.

Em um vídeo maior, de 18 minutos, chamado de *Varzeanos*, são contadas as histórias de moradores como Luiz de França, professor da Escola de Arte do Recife, que fica na Várzea, e Dona Mercedes, moradora que promove o São João local. Ainda em 2019, os filmes foram exibidos no casarão, na rua onde acontece a feira, durante o Festival de Inverno, nas escolas, no Instituto Ricardo Brennand e no Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.

“Mobilizamos os moradores para assistirem. Foi muito interessante, as pessoas iam identificando os conhecidos e os lugares. Era justamente o que esperávamos, mostrar esse patrimônio que está vivo e pulsante”, assinala Júlia. As exposições foram seguidas de debate sobre reconhecimento e pertencimento da população com o bairro.

# CINEMA NO CORAÇÃO DO BRASIL

*A caravana segue de cidade a cidade levando oficinas de roteiro, produção e interpretação. Já passou por todo o Nordeste e em parte do Norte e do Sul do Brasil. Os filmes têm uma narrativa construída pelos próprios personagens e focam na cultura local. Noventa trabalhos, entre curtas e médias-metragens, já foram produzidos. Com dezenove edições, o projeto Cinema no Interior está há 15 anos na estrada e já atendeu mais de 4,5 mil pessoas, de todas as idades e níveis de escolaridade.*

Para o produtor cultural Marcos Carvalho, 51 anos, criador do projeto, o maior diferencial está em fazer o filme junto com os moradores locais. “Utilizamos o cinema para contribuir com o desenvolvimento sociocultural de comunidades interioranas, a partir da vivência das pessoas. Não chegamos com a pretensão de ensinar, mas de construir junto”, explica.

Protagonista da história, a população da cidade participa das oficinas, pesquisa e é a primeira plateia a assistir ao filme. “Também lançamos livros fotográficos e DVDs com os filmes”, complementa o produtor. A primeira edição do Cinema no Interior, em 2005, foi realizada com a força de vontade e recursos próprios de Marcos Carvalho e dos demais integrantes da equipe principal formada por oito pessoas – quando somada ao grupo formado

em cada município, pode chegar a 60. A única temporada fora da Região Nordeste foi batizada de Expedição Brasil. “Percorremos do Rio Grande do Sul ao Amazonas, sem patrocínio, realizando oficinas e contando a histórias das pessoas”, conta. A experiência positiva os levou a ir em busca de editais para conseguir recursos para fazer novas oficinas, desta vez no Nordeste.

Em 2006 o projeto foi aprovado no edital do BNB de Cultura. No ano seguinte caíram na estrada. Começaram por Alagoas, onde percorreram diversas cidades até chegar ao município de Delmiro Gouveia. “Quando vimos a premiação com o nome da cidade, voltamos no tempo. E o que estamos construindo com os filmes é um legado para as futuras gerações”, comenta Marcos.

Além dos recursos obtidos em fundos de incentivo à cultura e premiações, o Cinema no Interior conta com o apoio da gestão pública em cada cidade que aporta. “Os projetos são audaciosos. E só os recursos não cobririam os custos. As parcerias são fundamentais”, atesta o produtor. São cedidos espaços para oficinas e suporte logístico, por exemplo.

Desde 2014, o projeto participa com uma mostra no Festival Internacional de Cinema de Contis, na França. Além disso, cineastas europeus, principalmente os franceses, somam-se à equipe brasileira nas oficinas pelo Nordeste que contam com nomes como o roteirista Tairone Feitosa, alagoano, que já escreveu roteiros de filmes como *O homem da capa preta* e *Luzia Homem*.

A contrapartida para quem trabalha no Cinema no Interior também vem na forma de agradecimento e procura pelo projeto. Manoel Lima, ator, natural de Serra Talhada, Sertão pernambucano, participou em 2015. “Começar a fazer cinema dentro do projeto Cinema no Interior, com as políticas que são adotadas, é começar com o pé direito”, afirma.

Para Bibi Saraiva, que em 2009 apoiou a caravana, quando era secretário de Obras de Exu, também Sertão pernambucano, a experiência enriquece. “Foi fantástico. Pois, até então, o Sertão do Araripe era isolado das ações voltadas para o audiovisual em Pernambuco.”

# UM MUSEU AFRODIGITAL

*Um espaço virtual para reunir a temática afro em terras pernambucanas. Sejam registros sonoros, fotográficos, exposições ou fóruns temáticos, a ideia é compartilhar e garantir a salvaguarda de um importante material histórico. Essa é a essência do Museu Afrodigital Estação Pernambuco. Criado em 2012, o ciberespaço integra a Rede Afrodigital, que reúne outras três estações: Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro.*

Em Pernambuco, o museu virtual foi criado pelo antropólogo Charles Martins em 2012. Ele cursava o mestrado em Antropologia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) quando, durante a pesquisa, identificou um relevante acervo na reserva técnica da Coleção Mário de Andrade, no Centro Cultural São Paulo.

Tratava-se de objetos de terreiros do Recife, capital pernambucana, apreendidos pela polícia na década de 1930. Parte do acervo confiscado foi doada à Missão de Pesquisa Folclóricas Mário de Andrade, que tinha a missão de gravar e filmar manifestações culturais populares no Nordeste e Norte do País.

O trabalho começou por Pernambuco, onde foram encontrados também mais de 400 objetos, como alguidares, espadas e imagens de santos católicos. Após localizar o acervo, Charles Martins, em parceria com o

Museu da Abolição, formatou o projeto Repatriação Digital do Acervo Afro-Pernambucano, com recursos do Funcultura.

Todo o material foi disponibilizado no *site* do Museu Afrodigital, com uma exposição virtual com as peças digitalizadas em 3D. “Ampliamos o acesso do público aos objetos do povo de terreiro, cujo valor afetivo e simbólico é imenso. Garantindo, também, o direito à memória deste importante período histórico”, comenta Martins.

Outros serviços foram sendo agregados ao Museu Afrodigital Estação Pernambuco, como o jogo educativo para ser usado em sala de aula que explica a dimensão do continente africano e o espaço para compartilhamento de expografias realizadas em escolas, museus e universidades. “Conseguimos fazer do Museu uma importante ferramenta educativa, que é utilizada pela UFPE e outras universidades no ensino a distância”, diz.

# MAIS QUE COLCHAS DE RETALHOS

*Na década de 1940 Santa Cruz do Capibaribe, cidade do Agreste pernambucano, ainda era uma vila. Foi nessa época em que moradores locais descobriram algo que poderia ser mais lucrativo que vender galinhas, ovos, queijo e carvão no Recife: os retalhos de herança deixados pelas fábricas de tecido. Começaram a comprar as sobras de pano para revender.*

As primeiras colchas de retalhos foram feitas pelas mulheres que vendiam nas calçadas de suas casas. O sucesso nas vendas exigiu mais matéria-prima. E as viagens para comprar tecido passaram a ser para São Paulo, dando origem ao nome Sulanca (sul + helanca). É essa história que o pesquisador do Museu da Sulanca Adelmo Teotônio da Silva quer contar por meio de materiais audiovisuais.

Em busca de recursos, Adelmo se inscreveu no Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa. “Poder contar a história da Sulanca, fazer esse resgate histórico, valorizará ainda mais nossa cidade como um polo têxtil”, afirma.

Com os recursos obtidos na premiação, o pesquisador tratou de fazer a exposição *Retalha*, integrante da mostra *Nós Sulanca: memórias da confecção*, que exibiu em 2019. A *Retalha* tem formato híbrido, com a parte virtual em plataformas digitais, como o YouTube, e a física no Museu da Sulanca.

No Museu da Sulanca já existe uma exposição fixa, com as primeiras máquinas de costura utilizadas pelos comerciantes, entre elas a de overloque, levada para a cidade pelo comerciante Mauro Feitosa, em 1968. Mas o pesquisador foi além. Buscou documentos, imagens, peças históricas, testemunhos gravados e escritos dos que participaram da construção do que é hoje o segundo maior polo têxtil do Brasil, superado apenas por Americana, município paulista.

A exposição *Retalha* reconecta as memórias de costureiras locais. Traz relatos como os de Petronila Senhorinha, 95 anos, Cleide Bezerra, 79, e Gersina Maria, 77. Natural de Camarinhas, zona rural de Gravatá, Petronila levou suas máquinas de costura para Santa Cruz. Seu primo, Zé Feitosa, que tinha casa no centro da cidade, deixou que ela vendesse na sua calçada.

Na semana seguinte, apareceram mais duas comerciantes. Na terceira semana, já eram dez. “Foi enchendo, foi enchendo e virou essa maravilha”, recorda. Ela ainda costura em casa e mantém dois bancos na feira. Já não vai mais com a frequência de antes. Mas não deixa de “passar o olho” em seus bancos. “Cresceu com meu trabalho. Era dia e noite nessa lida.”

Natural de Santa Cruz do Capibaribe e integrante das primeiras famílias tradicionais da cidade (Aragão, Balbino e Moura), Cleide Bezerra Balbino lembra que começou a costurar no início dos anos 50. “Minha mãe, Severina, me ensinou. A gente costurava trapos de chitão (tecido de algodão de estampa graúda) para fazer cobertas de retalhos emendados”, conta.

Gercina Maria, que chegou na cidade em 1955, vinda do Sítio Caldeirão, em Brejo da Madre de Deus, Agreste pernambucano, usava a “máquina do pezinho” para costurar *shorts* e saias. Às vezes, de helanca, às vezes, de brim. O tecido que estivesse disponível. Dois dias por semana, às 3h, arrumava as confecções no banco de madeira da feira. “Graças a Deus, vendia tudo.”

Zé de Bembém, o José Alves, 84, tinha outra missão: consertar as máquinas de costura. Começou em 1964. Ia de bicicleta de casa em casa. Trocava as agulhas e correias partidas, lubrificava o maquinário. “Aprendi com meu avô, Manoel Juvino. Consertei máquina de muita costureira. Dona Gercina, Dona Petinha, Dona Geralda”, enumera. Para José, a Feira da Sulanca foi “o melhor que podia ter acontecido” e tem uma história que deve ser contada e preservada. É um patrimônio.



# VENDEM-SE IMAGENS

*Uma loja on-line de fotografia comercial. Com um acervo amplo e temas diversos, esse é portal de fotografias Mantis Imagens, uma criação do fotógrafo Tiago Lubambo, 47 anos. A ideia surgiu em 2019. Resultou de um programa de aceleração de startups, o Mind The Bizz, produzido pelo Porto Digital, parque tecnológico no Recife. Para a formatação do modelo de negócio, contou com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).*

Nesses dois anos *on-line*, a Mantis Imagens apresentou o trabalho de diversos fotógrafos com diferentes linguagens. “Um portal é um espaço para divulgar e comercializar fotografias. Estamos sempre buscando novidades e nos adaptando às novas tendências”, comenta Tiago Lubambo.

O projeto reúne uma cadeia produtiva de fotógrafos, curadores, galeristas, colecionadores, arquitetos e *designers*. A maior parte dos colaboradores são do Recife, como os produtores, os *designers* e o moldureiro. Já em relação aos fotógrafos, há de todo o Brasil e, também, brasileiro com residência no exterior. Como fotógrafo, Tiago Lubambo conhece bem a dificuldade que muitos colegas têm em comercializar os seus trabalhos, dando um destino rentável ao acervo.

“Esse acervo, muitas vezes, é esquecido nos HDs de casa e do estúdio. Então, nos propomos a levar não só essas imagens de acervo, mas inéditas também, à vitrine comercial”, afirma. Por ser digital, o Mantis Imagens não exige custos com espaço físico. O ateliê com impressão *fine art* (que é um processo de impressão de fotografias, desenhos, pinturas e arte digital por meio de deposição de pigmento mineral em papéis de fibra de algodão ou alfa celulose) e uma sala para receber fotógrafos e clientes na casa de Tiago Lubambo, no bairro da Graças, zona norte do Recife.

“Somos uma equipe de três pessoas trabalhando diretamente. Mas há uma rede de prestadores de serviço, como oficinas de molduras e fornecedores de papel”, explica. Quando o projeto foi lançado, era um dos primeiros da região. Com a pandemia do coronavírus o *e-commerce* desenvolveu-se rapidamente e muitos produtos similares surgiram. “Por isso temos que sempre trazer coisas novas”, destaca. Por este motivo, Tiago Lubambo está abrindo o espaço virtual da Mantis Imagens para discussão e promoção da fotografia.

# O NEGÓCIO DA RIMA

*Em 2014 o músico e cineasta pernambucano Petrônio Lorena, 46 anos, mergulhou na poesia do Sertão do Pajeú, na fronteira com o Cariri paraibano, ao filmar o documentário O silêncio da noite é que tem sido testemunha das minhas amarguras. O longa estreou em 2018 e passou em cinemas comerciais de dez capitais, em festivais no Brasil e fora do País. Mas havia muitas imagens captadas durante as gravações que não foram usadas. E que deram origem a um novo projeto audiovisual, o Pílulas poéticas do Sertão.*

As gravações tiveram como cidade principal São José do Egito, terra do cineasta. “Sobraram muitas imagens boas, que não puderam entrar no filme. Os recursos do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa viabilizaram o projeto de reedição”, adianta o cineasta. Serão editados vídeos curtos, de um a quatro minutos, disponibilizados no YouTube, com acessibilidade comunicacional.

“Serão momentos, fragmentos, pílulas poéticas”, resume Petrônio Lorena. São José do Egito, ressalta, é uma cidade com menos de 40 mil habitantes e com tradição familiar de poetas de cerca de 200 anos. A identidade cultural da cidade é muito parecida com os vizinhos do outro lado da fronteira, no Cariri paraibano. Sendo assim, o projeto audiovisual abarca, naturalmente, mais de uma região.

O cineasta defende que São José do Egito e essa região vizinha precisam desse projeto. “É necessário para que essa forma de comunicação, de arte e de protesto, que é a poesia, sobreviva ao tempo, permaneça viva e seja conhecida pelas novas gerações”, reforça. A poesia, acrescenta, está em cada casa, em cada família das redondezas. Tem gente que se dedica. E gente que não se dedica, que não vive dessa arte.

Mas todos se expressam por meio de versos rimados. “Isso é muito forte nessa região”, ressalta. Do lado pernambucano ele elenca cidades como Itapetim, Sertânia e Afogados da Ingazeira. Na Paraíba, os municípios de Ouro Velho, Sumé e Teixeira. Todas são terras de forte tradição em poesia. Partiu de Petrônio Lorena e de Gabriel Çarungaua, que é o montador do filme. Convidaram a produtora Juliana Coutinho e uma empresa para deixar os vídeos acessíveis.

O cineasta observa que os assuntos abordados pelos poetas são existenciais, então qualquer pessoa, em qualquer parte do Mundo, pode entendê-las. As gravações foram feitas nas ruas das cidades, nos bares, nos sítios e nas casas dos poetas. São filmagens espontâneas e interações protagonizadas por poetas e poetisas da região, como Zé de Cazuza, Didi Patriota, João Badalo e Severina Branca.

# LIÇÕES DE MÚSICA

*No Morro da Conceição, zona norte do Recife, jovens conhecem sobre música e aprendem a fazê-la. O projeto que dá essa oportunidade é o Batuques da Gente. Foi criado em 2015 por Luiz Carlos Teixeira, 34 anos. Luca Teixeira, como é conhecido, é músico com pós-graduação em Musicoterapia e Neurociência. Também é pedagogo. Nascido e criado no morro, ele ingressou na música aos 13 anos. Fez dela sua profissão. E quer que outros jovens tenham a mesma chance.*

“Meu maior objetivo é fazer com que desenvolvam competências para a música, favorecendo a vocação artística para minimizar as desigualdades sociais em que vivem. Eu venci desta forma”, ressalta Luca Teixeira, que é também percussionista na banda que acompanha o cantor Silvério Pessoa. O público atendido pelo projeto tem entre 4 e 28 anos. São moradores do Morro da Conceição e de outras comunidades do entorno, com baixa escolaridade, predominantemente das classes C, D e E. São três módulos e mais de 80 horas de aula.

O fundamental, destaca o músico, é que o aluno tenha interesse em aprender. Vários dos que passaram pelo Batuques da Gente tiveram o interesse pelos estudos resgatados, seguido de melhora no desempenho escolar. “Eles têm também a oportunidade do contato di-

reto com profissionais da música. Um dos meus alunos criou seu próprio projeto de música e dá aulas para jovens aqui no Morro da Conceição”, conta.

O Batuques da Gente não tem uma estrutura fixa, funciona em espaços comunitários do Morro da Conceição. Por muito tempo as aulas foram ministradas numa área no Santuário Nossa Senhora da Conceição, cedida pelo pároco local. A Associação de Moradores também ofereceu apoio. Luca Teixeira espera poder manter uma sede própria para o projeto. Mas não faz disso uma condição para mantê-lo e até ampliá-lo.

“O Morro é conhecido por sua história de luta e resistência nos movimentos sociais e culturais. Daqui surgiram grupos de afoxés, maracatus e de percussão, escola de samba e tantos outros. O Batuques da Gente é, também, resistente”, afirma. O olhar, observa, é sempre para o futuro das crianças e jovens atendidos pelo projeto, a fim de que tenham a oportunidade de construir uma perspectiva de carreira e futuro, assim como têm os adolescentes de outras classes sociais.

# O CORTEJO DO BOI

*Em 18 de fevereiro de 1989, José Oliveira Rocha celebrou seu aniversário na Fazenda Macuca, em Correntes, Agreste de Pernambuco, como gostava, com muito forró. Foram dois dias de festa. Nascia ali o Boi da Macuca. Assim como o folgado do bumba meu boi, que é realizado no São João, Natal e Carnaval, a agremiação passeia por essas festas. Realiza também um festival, integrando música, cinema e artes plásticas.*

Rudá Rocha, 37 anos, é diretor do Boi da Macuca e filho de José Rocha. Ele conta que seu pai sempre foi apaixonado pela cultura nordestina. “Meu pai era grande admirador de Luiz Gonzaga e Dominginhos. Depois desse forró na fazenda, ele se inquietou e quis passar de apreciador a ativista”, recorda. Inicialmente o Boi da Macuca chegou a ser chamado de Movimento Anárquico Cultural da Macuca.

“Meu pai achava que o nome era sofisticado. Estávamos em Olinda, na janela da minha casa, quando ele escutou um morador de rua, embriagado, cantar a música do boi. Adotou o nome na mesma hora”, conta Rudá. A música era “Boi, boi, boi, boi/ Boi, boi, boi, boi/ Eu vou deixar minha burrinha/ E vou montado no meu boi”. A cantoria, junto com a *Ciranda de maluco*, de Otto, são os hinos não oficiais do Boi da Macuca.

Zé Rocha levou para o Carnaval, em Olinda, sua paixão pelo forró. O cortejo do boi desfila ao som de sanfona, zabumba e triângulo. Fez uma mistura das tradições juninas com as de Momo. Em seguida criou o festival Macuca da Artes, na sede da fazenda, com três dias de duração e sempre no mês de fevereiro.

*Shows* de famosos, como Arnaldo Antunes e Chico César, mesas de poesia, exposições de filmes e, claro, o cortejo do boi compõem a programação. A fazenda abre para *camping* e fica lotada de barracas. São mais de mil pessoas a cada edição.

“O que meu pai fez, misturando as tradições juninas às carnavalescas, quebrou a sazonalidade imposta aos ritmos do forró e do frevo, limitados aos períodos de São João e Carnaval, respectivamente”, atesta Rudá. Essa quebra ganhou mais força a partir de 2015, quando o Boi da Macuca firmou parceria com a Orquestra do Maestro Oséas.

A partir daquele ano os cortejos do boi foram acompanhados também por uma orquestra de frevo. E a Macuca passou a ter um calendário anual de mais de dez apresentações. Os músicos e o Boi da Macuca passaram a ter muito mais atividades. “Só no São João são quatro apresentações. Há ensaio o ano todo e algumas agremiações de Olinda também passaram a fazer o cortejo no São João”, destaca.



# FORRÓ PARA TODOS

*Em 2018, a auxiliar de desenvolvimento infantil e produtora cultural Marília Letícia da Silva Santiago, 28 anos, participou do curso de teatro “Experiri-LAB de artista”, uma intervenção no teatro com pessoas com deficiência visual, promovida pela produtora VouSer Acessibilidade. Era uma das poucas alunas que enxergavam na turma. Ao saber que ela dançava forró, os colegas do curso pediram que os ensinassem. Contou com a ajuda dos amigos Adriana Calheiros e Artur Mendonça, professores do Instituto de Cegos do Recife, para levar o projeto à instituição. A iniciativa foi aceita. Estava sendo criado o “Eu e Tu no Forró”.*

“Convidei o professor de dança de salão Darilson Cassiano, que é bicampeão de forró pé de serra, para ministrar as aulas, de forma voluntária, produzir o minicurso”, conta Marília Santiago. Ela partiu em busca de parcerias para viabilizar o projeto. Já tinha o espaço para as aulas, na sede do Instituto de Cegos do Recife, no bairro da Graças, no Recife, capital de Pernambuco. Precisava de material com audiodescrição para divulgação e do apoio da imprensa. Contou com os apoios da VouSer Acessibilidade, que produziu a audiodescrição do *flyer* sobre o curso, e do radialista Domingos Sávio,

que colaborou com a divulgação em seu programa “Resgatando a Cidadania”, exibido na Rádio Folha de Pernambuco.

“Foram muitas colaborações. Douglas França fez as fotos das aulas, o Dj Max Lima cuidou das músicas e os monitores Dayane Marques, Rane Moraes e Katarina Santos na dança”, destaca. O “Eu e Tu no Forró” foi iniciado com uma oficina de um dia, como projeto piloto experimental, em março de 2018. Com o sucesso da primeira experiência, em novembro do mesmo ano a produtora cultural lançou um minicurso de forró, com duração de dois meses. “Tivemos dessa vez também uma aula prática externa durante um *show* de forró da banda Vates e Violas, que contou com recurso de acessibilidade conhecido como audiodescrição”, conta.

Participaram dessas primeiras turmas pessoas com deficiência visual a partir de 18 anos, moradoras da Região Metropolitana do Recife. As aulas das duas primeiras edições do projeto foram gratuitas. Por isso foi totalmente feito com a colaboração de voluntários. O projeto terá continuidade em 2021 com a segunda edição do Minicurso de Forró para pessoas com deficiência visual, com incentivo do Governo do Estado de Pernambuco, por meio do edital de Microprojetos do Funcultura.

Com os recursos, poderá contratar 15 profissionais, entre monitores, professor de dança, oficinairo e consultor sobre acessibilidade, audiodescritor, consultor de audiodescrição, fotógrafo, *designer* gráfico e motorista. Além de locar espaço físico, equipamento de som e serviço gráfico. Dessa vez, além das aulas de forró para pessoas com deficiência visual, será realizada uma oficina formativa sobre acessibilidade. “A oficina será tanto para a equipe do projeto, em caráter preparatório, quanto para convidados ligados à cultura do forró. Servirá para contribuir com a disseminação da acessibilidade cultural”, comenta Marília Santiago.

# TESOURA, FERROLHO, CARPADO...

*Danielle França, 36 anos, é radialista, audiodescritora e especialista em acessibilidade cultural. Em 2018, participou do espetáculo de dança “Entre Ruas”, da Cia. Studio Vieira de Dança, que usa a literatura de cordel para contar a história do frevo. Realizou a audiodescrição em duas exposições nas ruas do Recife, em novembro daquele ano. Durante o trabalho, percebeu o desafio que era traduzir em palavras a dança tão frenética.*

Ela então decidiu criar, em parceria com o consultor Leonard Vieira, profissional com deficiência visual, um pequeno glossário, com alguns dos passos que estariam na montagem para ser apresentado nas notas introdutórias, informações complementares à audiodescrição dadas minutos antes das apresentações.

“Um fator que chamou bastante atenção foi a curiosidade sobre o glossário. Todas as pessoas com deficiência visual conheciam pelo menos um dos passos citados, no conjunto de 120 passos do frevo catalogados, mas não conheciam suas descrições”, recorda Danielle França.

Ao final do espetáculo, escutou as dúvidas dessas pessoas com deficiência visual sobre alguns passos de frevo. “O público se mostrou curioso sobre alguns passos que não foram descritos no glossário. Queriam saber como eram a ‘tesoura’, o ‘ferrolho’, o ‘carpado’. Tal expe-

riência nos trouxe muita inquietação”. Foi a partir daí que teve a ideia de criar o projeto “Frevo às cegas: glossário dos passos em audiodescrição”. O projeto, explica Danielle França, consiste na investigação do frevo para criação de um glossário de audiodescrição dos passos.

Durante a criação do glossário, há o treinamento de frevo para pessoas com deficiência visual. Para viabilizar essas oficinas, foram firmadas parcerias com a Escola Maestro Fernando Borges e o Museu Paço do Frevo. O processo será filmado para a montagem de um documentário de curta-metragem que trará depoimentos dos alunos das oficinas e da equipe de acessibilidade relatando a experiência.

# GRAMÁTICA CORPORAL DO FREVO

*O passista Francisco do Nascimento Filho, o Mestre Nascimento do Passo, faleceu em 2009, aos 72 anos. Conhecido por desenvolver um método para ensinar 40 movimentos e passos básicos do frevo ligados entre si, dos mais simples aos mais complexos, deixou um legado. Herança que está sendo mantida há 16 anos pelo grupo Guerreiros do Passo, que forma novos passistas e propaga o frevo, preservando as características tradicionais da dança pernambucana. O grupo forma novos passistas e propaga o frevo, salvaguardando as características tradicionais da dança pernambucana.*

“O Guerreiros do Passo mantém viva a primeira didática para o ensino da dança do frevo, e da sobrevivência desse corpo de rua, dessa memória corporal e da forma mais tradicional de fazer o passo. É um grupo não só de dança, mas de pesquisa”, informa Eduardo Silva Araújo, 47 anos, produtor cultural do grupo. Ele ressalta que a dança do frevo, enquanto linguagem de dança, tem princípios corporais e bases comuns à área de conhecimento, que precisam de estudo, além dos passos do frevo em si.

Fundamentos como consciência de tempo, espaço, velocidade, planos alto, médio e baixo, peso e leveza, torções, fluidez, por exemplo, também estão presentes

na dinâmica de cada movimento executado. “Essa compreensão de que há uma gramática corporal presente no frevo, a compreensão de sua construção social e histórica, foi pensada por Nascimento dos Passos, e é mantida em nossas aulas”, ressalta.

Segundo Eduardo Araújo, o projeto tornou-se ao longo dos anos referência no ensino-aprendizagem do frevo, com pesquisadores buscando o grupo para estudos em diversas áreas do conhecimento.

A mais recente pesquisa publicada sobre o Guerreiros do Passo foi o livro *Estudo cultural da dança folclórica brasileira – passo* (2020). É o resultado da tese doutoral de Chikashi Kambe (do Departamento de Educação Física da Universidade Gakugei de Tóquio, no Japão).

Nas aulas, que acontecem na Praça Tertuliano Feitosa (a “praça do Hipódromo”), no Recife, participam alunos de 8 a 80 anos. São pessoas que moram no entorno e querem aprender a dançar frevo, artistas de dança e teatro de Pernambuco e de outros lugares. Há dançarinos que vêm dos Estados Unidos e do Japão, por exemplo.

“Cada um se adapta diante de seus próprios interesses e querer. As aulas têm uma sequência didática que amplia a cada encontro as informações sobre passos, movimentos e repertórios corporais diversos”, explica.

# TOQUES E RETOQUES DO BOI

*Sidclei Marcelino de Almeida, 46 anos, é músico, compositor e professor. É natural de Tracunhaém, município da Mata Norte de Pernambuco, onde é conhecido como Sid Batera. Desde 2007 dá aulas de bateria e percussão em sua residência. Ensinou a quase todos os bateristas que tocam nos grupos musicais e templos religiosos da cidade. Há nove anos, somou o seu trabalho ao da artista plástica Cintia Viana. Criou o Toque de Boi, projeto vencedor do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa.*

“Era procurado pelas crianças para tocar o ‘toque do boi’, como elas chamam a brincadeira. Foi daí que veio o nome do projeto”, conta Sidclei Almeida. Há alunos que passam mais de três anos na brincadeira. Os requisitos para que façam parte das oficinas são a participação dos pais no projeto e a comprovação de vínculo escolar. As aulas acontecem três vezes por semana, das 17h às 19h e são voltadas para alunos de 7 a 17 anos.

A ideia é ensinar, em três módulos, noções de base rítmica de bateria e percussão, além de despertar o interesse pela música, cultura popular e artes em geral. No primeiro módulo há a vivência na bateria e nos instrumentos usados no toque do bumba meu boi –, são instrumentos de percussão, como tarol, surdo e bombo.

No segundo módulo são introduzidos os conceitos de solfejo e criação.

Além de ensinar o ritmo do folguedo, as oficinas ensinam o passo a passo de como confeccionar o bumba meu boi, aulas dadas por Cintia. Ela ensina a técnica de papietagem com papel reciclado e goma feita em casa (mistura de água com farinha). São feitos as cabeças e o corpo do boi. Logo no primeiro ano da oficina os alunos mais novos pediram para o boi sair para a rua. Sidlei e Cintia criaram, então, o Boi Mirim de Tipoia.

O músico celebra o fato de o folguedo ter se integrado ao calendário cultural de Tracunhaém e aos festivais de cultura popular de outras cidades. “Não basta ensinar apenas os currículos escolares, distantes da realidade dessas crianças e jovens. É preciso aproximá-los da cultura de sua terra, para que criem vínculos e tenham um sentido na vida. A música pode salvar”.



# ARTISTAS EM ATUAÇÃO DE RUA

*Nos semáforos, nas praças, nos transportes públicos, em mercados e pontos turísticos. Em busca de apresentar sua arte e obter renda, muitos artistas têm feito dos espaços públicos seus palcos. Para entender a dinâmica desses músicos, cantadores e poetas populares, a Theia Produções realizou o projeto “O palco é a rua – a música nos espaços populares”. O resultado desse trabalho, iniciado em 2018 em quatro cidades de distintas regiões de Pernambuco, pode ser visto nos vídeos disponibilizados no site e nas redes sociais do projeto.*

Guilherme Inaldo Ferreira Patriota, 43 anos, é produtor cultural, jornalista e sócio fundador da Theia Produtores Associados, uma empresa recifense. Ele conta que o interesse pelo tema “nasceu” em viagens pelo Brasil. “Gravei mais de 100 vídeos com artistas de rua. Após isso, eu e Laura Souza, que é historiadora, socióloga e produtora, criamos e estamos executando o projeto em Pernambuco. É uma pesquisa estética e social sobre esses artistas”, diz.

Os conteúdos gravados ainda estão sendo publicados de forma contínua e um documentário de curta duração será distribuído em instituições educacionais com cópias em DVDs com acessibilidade comunicacional.

No *site* do projeto há textos, vídeos, imagens e podcast que dão fluidez a interesses sociológicos e estéticos sobre narrativas de vida e práticas sociais desses artistas. “Observando a variedade de atuações nessa cadeia econômica não formalizada, incluímos, no *site*, uma seção com os contatos dos artistas para que o público interessado possa entrar em contato direto”, destaca Patriota.

O projeto passou pelas cidades de Petrolina, no Sertão, Caruaru, no Agreste, Goiana, na Mata Norte e na capital, Recife. Mais de 60 artistas, que trabalham individualmente ou em grupo, foram entrevistados e tiveram suas *performances* registradas nos “palcos” fossem ele as calçadas, as praças, as pontes, as feiras ou os transportes coletivos. “Em todo o nosso percurso, encontramos artistas que afirmaram a importância de serem ouvidos e de terem suas problemáticas cotidianas visibilizadas”, ressalta.

Desde que o *site* e as redes sociais do projeto entraram no ar, em novembro de 2019, já alcançaram mais de 280 mil visualizações, desempenho acima do esperado. Os empreendedores pretendem realizar o “Festival o palco é a rua” no Recife. Uma equipe de curadores selecionará 15 artistas/bandas com trabalhos autorais, divulgados na pesquisa, para se apresentarem no centro da cidade. “Junto a isso, um seminário vai articular experiências artísticas com olhares acadêmicos sobre critérios estéticos, políticos e participativos de reconhecimento e respeito ao trabalho e à cadeia profissional da música nos espaços populares.”

# CURSO DE LEITURA CRIATIVA

*Sidney Rocha, 55 anos, é escritor. Contista e romancista premiado, venceu o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro, em 2012, com o livro de contos O destino das metáforas. Já havia conquistado, em 1985, o Prêmio Osman Lins, pelo romance Sofia, uma ventania para dentro. É também educador. Há 15 anos, ele realiza o Curso de Leitura e Escrita Criativa em escolas públicas.*

“É importante que não só professores e escritores, mas engenheiros, médicos, jornalistas... todos se mobilizem, se movam com a questão da educação pública brasileira”, avalia Sidney Rocha, cearense de nascença, mas radicado em Pernambuco. Oriundo ele próprio do ensino público, Rocha fundamenta solidamente a atuação do projeto, sendo Paulo Freire um dos teóricos de quem lança mão ao explicar o contexto. “Ele diz que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Nossa prática mostrou que, para estudantes do Ensino Médio, ler o mundo é uma questão de sobrevivência. Cultural. Física. Psicológica”.

Rocha conta que os conflitos, reações, angústias e relações de trabalho e aprendizagem são sustentadas em processos de poder, de onde a escola não se exclui. “São questões urgentes a serem abordadas pelas singularidades da cultura popular, essas, sim, universalizantes.”

O curso se adequa às necessidades da escola ou comunidade escolar em relação ao tempo de duração. Tem, em média, 30 módulos distribuídos ao longo de 80 horas. “O curso não se limita a estimular o contato com o mundo dos livros, mas ensinar a reler o mundo-livro, em torno da escola e da comunidade.”

O escritor desenvolve há 25 anos a hibridização da literatura, ou seja, a literatura não somente como o que está escrito, mas também o que é falado. “A conscientização define alguém no mundo. Esse curso é baseado também nessas decisões. É um projeto que nos deixa numa correria o tempo todo. Eu sempre procuro lugares em que essa informação e o conhecimento chegam menos.”

# BAQUE SOLTO

*A antropóloga Noshua Amoras de Moraes e Silva, 29 anos, pesquisou muito sobre o maracatu da Zona da Mata de Pernambuco. Na graduação realizada na Universidade de Brasília (UNB), dissecou o Maracatu Leão de Ouro de Condado. Fez um estudo etnográfico de seus movimentos. No mestrado, já na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), seguiu caminho parecido, identificando a composição e mudanças ocorridas no maracatu pernambucano. E, claro, toda essa pesquisa não pode ficar limitada aos estudiosos das universidades. Noshua vai realizar uma publicação com o material colhido com a ajuda do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa.*

Atualmente, ela cursa o doutorado na mesma universidade e com o mesmo orientador, enriquecendo ainda mais o conhecimento existente sobre um dos marcos mais importantes da cultura popular brasileira. “Em que pese a singularidade dessa brincadeira no estado, e, ao mesmo tempo, a relativa pouca atenção dada à mesma pelos estudos sobre cultura popular, brincadeiras populares e áreas correlatas, o objetivo é difundir a brincadeira e produzir registros sobre ela”, explica.

O maracatu de baque solto, ou maracatu rural, é um patrimônio cultural imaterial de Pernambuco, reconhe-

cido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 2014. Junto ao cavalo-marinho, ciranda e caboclinho, forma o conjunto de brincadeiras populares da Zona da Mata Norte pernambucana. Ainda assim, avalia Noshua Amora, em decorrência da localização geográfica e seu contexto socioeconômico, o maracatu de baque solto se encontra à margem do circuito de mercado de políticas culturais, se comparado com manifestações culturais carnavalescas da capital, como o maracatu de baque virado e o frevo.

“Isso se reflete também na invisibilidade que essa manifestação sofre em relação à produção acadêmica sobre o tema”, afirma. Sobre a marginalização do maracatu da Zona da Mata Norte, a antropóloga lembra que a região tem um passado imbricado com a plantação de cana-de-açúcar, e exploração da mão de obra escrava, assim como o fato de os municípios onde estão presentes os grupos de Maracatu apresentarem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio ou baixo.

“Seus integrantes em geral trabalham em atividades associadas às usinas de cana-de-açúcar, terceirizados em grandes empreendimentos da região ou acabam migrando para outras cidades e estados em busca de trabalho”. Não obstante, aponta, utilizam parte considerável de seus rendimentos na brincadeira do maracatu, que demanda um grande investimento para sua manutenção e execução.

# MÚSICA PERIFÉRICA DO BRASIL

*A música periférica brasileira está sendo documentada e divulgada por um dos projetos vencedores do prêmio Delmiro Gouveia. Uma equipe formada por 12 pessoas, entre editor, produtor, gestor de mídias sociais, redatores, correspondentes e designers faz acontecer o portal embrazado.com.br. Ele trabalha, principalmente, com a cena de cinco cidades: Recife, Salvador, Belém, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com realização de matérias, lives e um podcast quinzenal.*

As cidades foram escolhidas como carro-chefe do Embrazado por crédito delas mesmas. “Tendo em vista a originalidade, representatividade e o pertencimento da população nos movimentos culturais presentes nas periferias dessas cidades, as nomeamos para serem contempladas diretamente pelo projeto”, conta uma das mentes que movimentam o projeto, o advogado e jornalista Igor Carlos Jatobá Basto, 37 anos.

“Por estes meios, pretende-se levantar dados sobre a trajetória histórica/estética da música periférica brasileira, suas estratégias de produção, as referências estéticas, o funcionamento destes mercados musicais à margem da indústria fonográfica tradicional, as táticas de divulgação, processos criativos, as diferentes visões sobre o brega, o rap, o funk, o tecnomelody, o pagodão baiano, o arrocha e suas relações com as demais cenas musicais no país.”

O grupo traçou um perfil dos movimentos e mapeou a música periférica contemporânea e suas diferentes vertentes, complexificando o conhecimento e multiplicando as ferramentas analíticas sobre tais ritmos, que, apesar de serem ouvidos cotidianamente nesses locais, ainda são pouco estudados.

Atualmente, “o Embrazado fomenta uma plataforma de apresentação da história e do perfil contemporâneo das diversas vertentes da música periférica do Brasil, usualmente negligenciada pela crítica musical e debatida apenas superficialmente nos meios de comunicação tradicionais, nas instituições acadêmicas, em livros e compêndios de música brasileira”, contextualiza Basto.

Mas, inicialmente, em 2017, o Embrazado foi pensado e criado como uma festa em que seriam tocadas as músicas descobertas pelos seus dois DJ fundadores, GG Albuquerque e Igor Marques. O projeto se tornou mais ambicioso quando a ampliação de linhas de atuação foi se mostrando possível a partir de três frentes.

“Difundir, capacitar e fomentar as produções culturais dentro e fora das periferias brasileiras. Isto é, criar uma plataforma acessível e interativa com as comunidades escolhidas, capacitar atores destes locais, tal como participar de ciclos institucionais de difícil acesso, e fomentar o intercâmbio de artistas e experiências estéticas entre tais comunidades”, conta Basto.

O portal tenta preencher um vácuo de representatividade midiática na imprensa musical e o vazio de informações atualizadas sobre os movimentos periféricos. “Ao destacarmos a potência criativa e de transformação de uma parcela da população historicamente marginalizada, a plataforma online serve de contraponto às narrativas tradicionais da música e da mídia brasileira.”



# SEVERINA BRANCA

*Ésio Rafael é um pesquisador de 72 anos dedicado à cultura popular. Em especial, pesquisa a poesia dos violeiros, cantadores e mestres de improvisar as palavras. Ele também é professor e colabora com a revista Continente, da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe). Já lançou mais de sete livros sobre a arte da poesia do Sertão do Pajeú de Pernambuco, entre eles o Livro dos repentes – congressos de cantadores do Recife, com Jaci Bezerra e João Paraibano: o herdeiro dos astros, com Santanna e Marcos Passos.*

“Meus projetos sempre foram para dar mais visibilidade à arte da poesia do Sertão do Pajeú”, afirma Ésio Rafael, que também é membro da União Brasileira de Escritores. Ele explica que a prática poética da região do Sertão do Pajeú, exercida essencialmente por meio da oralidade, se expressa nos improvisos dos repentes, nos sonetos, respostas rápidas, duelos de mesas de glosas e contação de histórias.

Em cidades do Sertão do Pajeú, como São José do Egito, Afogados da Ingazeira e Tabira, a arte da poesia oral, comenta o escritor, além de integrar a identidade local, é também motora da economia criativa, geradora de trabalho e renda, contribuindo para o desenvolvimento da região.

“Em torno dessa arte, ocorrem eventos, feiras literárias, festivais, que incentivam o turismo e proporcionam meios de sobrevivência concreta aos moradores”, explica o pesquisador que tem um novo desafio literário pela frente. Com os recursos do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa, reúne os poemas e os estudos sobre Severina Branca, uma poetisa natural de São José do Egito. Severina ficou famosa entre os amantes da poesia do Pajeú, pelo mote que deu em cantorias há mais de 40 anos: ‘O silêncio da noite é que tem sido testemunha das minhas amarguras’.

Embora sem estudo formal, ela compõe e declama há décadas seus motes e poemas, sendo destaque entre os nomes da poesia do Pajeú. Sua obra, em grande parte autobiográfica, conta em versos uma vida de dureza e escassez, mas também de saudades e amores. “Existem pouquíssimos registros escritos de seus poemas e, por isso, a publicação de um livro com suas poesias se mostra uma ação importante para a preservação de sua obra, afastando o risco de apagamento”, afirma o pesquisador.

O projeto de preservar a obra da poeta nasceu de um encontro de vontades de admiradores de Severina Branca. Além de Êsio, participam da concepção do livro Isabelly Moreira, poetisa, declamadora que tem Severina Branca como grande referência; Petrônio Lorena, cineasta, diretor e roteirista do documentário *O silêncio da noite é que tem sido testemunha das minhas amarguras*, filme que versa sobre a poesia na região do Pajeú e do Cariri a partir de Severina; e Juliana Coutinho, advogada, produtora e fã da poesia popular do Pajeú. Desde que conheceu Severina Branca, há dois anos, Juliana questionava como era possível quase não haver registros escritos de seus poemas.

Além de preservar a história de Severina Branca, o projeto visa também a formação de novos leitores com a distribuição gratuita de exemplares para a Rede Pública de Ensino de São José do Egito, a terra natal da poetisa, e para instituições culturais de Pernambuco. “Esse projeto vai movimentar a economia criativa do Sertão do Pajeú, com a realização de eventos de lançamento, virtual ou presencial, vendas, palestras e atividades diversas nas feiras e festivais da região”, conclui o pesquisador.

# A MATA, O LIXO, O RIO, A CACHOEIRA

*Tudo começa com um passeio no Bosque do Bacurau, na mata do Grupo Cornélio Brennand, na UR-7, zona oeste do Recife, capital de Pernambuco. Após a trilha, uma parada para a formação da roda e a escuta sobre a importância de cuidar do meio ambiente, seguido de um almoço. Um breve descanso e começam as oficinas com mestres da capoeira ou de outros grupos. A parte festiva chega no cair da tarde, com o cortejo do boi e muita sambada.*

É com esse formato que o Projeto Coletivo Artístico Ecopedagógico Boi da Mata vem atraindo gente de todo país desde que foi criado, há dez anos. Vencedor do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa, o projeto é realizado sempre no terceiro sábado de cada mês. É aberto a todos. “A missão do coletivo é difundir uma mensagem ecológica para a comunidade que convive com a mata, o olho d’água, o rio, a cachoeira mas também com o lixo e o esgoto que são despejados no bairro. E mostrar a cultura do boi”, comenta Nathália Raquel Vital de Macedo, 30 anos.

Produtora cultural e estudante de economia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Nathália trabalha com o Boi da Mata há sete anos. É a diretora-executiva do coletivo. Junto com ela há toda uma equipe.

Gente como o capitão do boi, Ison Olegário, professor de história e capoeirista. Nivaldo Nery, um dos fundadores do Boi da Mata, é geólogo e mestre em Agroecologia. “Há pessoas de várias qualificações. O Boi as conecta, há uma troca de experiência”, explica a produtora cultural.

A entrada na mata para a trilha ecológica e as conversas sobre o meio ambiente são autorizadas pelo Grupo Cornélio Brennand. “Lá dentro a gente foca, além da questão da ecologia, do recolhimento do lixo, nessa relação homem-meio ambiente. Em seguida vem a parte cultural, que é a relação mítica mesmo dos povos com a mata, e do folclore da região”, comenta Nathália. A parte festiva é realizada na margem da mata, na Rua do Jaguaribe, sem número, também terras dos Brennand.

É lá que acontecem o almoço, as oficinas e as apresentações culturais. Toda a área, desde a da trilha, antes um depósito de lixo e metralha, foi limpa com a ajuda dos moradores. Para a trilha foi feito um caminho marcado com pedrinhas. Na Rua Jaguaribe foram colocados bancos feitos de toras de madeira e plantadas mudas. Nesse último espaço são realizadas as oficinas, dadas por mestres e mestras da cultura popular.

O Boi da Mata encontra-se sem sede, por questão financeira. O almoço coletivo, uma feijoada vegana, ajudava a manter os custos do evento. “Não faz sentido realizar uma programação que precisa de interação com as pessoas virtualmente. Podemos fazer conversas sobre o projeto, por exemplo”, diz a produtora cultural. O coletivo está empenhado em registrar as músicas que são autorais e em produzir um documentário.

# A TEIMA DO TIRA-TEIMA

*No bairro de São José, periferia de Caruaru, município do Agreste de Pernambuco, as atenções dos moradores são voltadas para o Boi Tira-teima. O festejo ganhou as ruas no carnaval de 1922. Nasceu da vontade dos trabalhadores braçais de cáirem na folia. Com acesso restrito aos clubes da elite caruaruense, eles se fantasiaram, fizeram um boi com tiras de pano e caixas de papelão e ganharam as ruas do bairro. Desde então, o Tira-teima só conhece o sucesso. Ganhou uma orquestra, uma versão só para mulheres, milhares de seguidores e lugar cativo na programação cultural da cidade.*

“Somos o pioneiro. Hoje em dia tem em torno de dez grupos de bumba meu boi. Todos com uma historicidade contada a partir do Boi Tira-teima”, orgulha-se o coordenador e mestre do Grupo de Cultura Popular e Coletivo Boi Tira-teima, Roberto Gercino da Silva, 62 anos. Ele é filho de outro mestre, o Gercino, e de Dona Lindaura. O casal comprou o festejo na década de 1970 a José Pintor. Pagou 50 mil réis em pequenas parcelas durante dois anos.

Ambos trabalhavam na agricultura. Ele acumulava o serviço de servente de pedreiro. Ela, as tarefas domésticas. Mas tinham tempo para cuidar dos eventos, prepa-

rar as roupas e os adereços e garantir o brilho nas apresentações. Para isso contaram com 40 familiares, entre filhos, primos, tios e afilhados. Levaram o Tira-teima às ruas por anos e anos. Garantiram que ele desfilasse na Semana Santa, no São João e no Ciclo Natalino, além do Carnaval. Mestre Gercino faleceu em 2012. Cinco anos depois foi Dona Lindaura que partiu para o brilho eterno, como costuma dizer o filho Roberto.

Mas deixaram um patrimônio. E junto com ele, responsabilidade social. Foi justamente para manter um dos seus projetos sociais que o Mestre Roberto inscreveu o Tira-teima no Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa. Desde a morte do pai, passou a ajudar a mãe a administrar o boi. Assumiu de vez quando ela também partiu para outro plano.

“É um desafio. Busco recursos, faço contato com produtores, empresários e agentes do governo. Me viro nos trinta para conseguir colocar o Tira-teima na rua.”

Mestre Roberto conta com a ajuda de alguns familiares. Entre eles, os irmãos Adalberto, Luiz Gercino, Lindalva Severina, Lúcia Severina, Luciene Lindaura e Maria José. Juntos, costuram e montam as fantasias, além de tocar os instrumentos de percussão para o Tira-teima dançar.

“Muitos da família que ajudavam a gente foram morrendo. E as novas gerações não são como as anteriores, que seguem voluntariamente os passos dos mais velhos. Tem que ser no convencimento, levando pela mão para que enxerguem o valor cultural do Tira-teima”, lamenta.

Sem participar de nenhum evento desde 2020 por conta da pandemia do coronavírus, o Tira-teima enfrentou novas adversidades, como o distanciamento social entre os próprios membros do grupo. A construção da sede em alvenaria que estava em andamento, antes acelerada, caminha agora a passos lentos. Será erguida em um terreno obtido por doação, na rua Lindaura, nome dado pelo poder público a pedido dos moradores para homenagear a falecida matriarca do boi. “Faltam o piso e o acabamento. Mas, aos poucos, estamos erguendo. Parte dessa premiação foi para isso”, explica.

Conseguiram um “bom adiantamento” na aquisição de materiais e no pagamento da mão de obra. Ajudou também, segundo Mestre Roberto, na realização das oficinas de adereços, feitas ao

ar livre, para melhorar o astral da criançada da comunidade e no conserto da Kombi, que estava quebrada há uns meses. “Deu, ainda, para distribuir umas cestas básicas com os moradores mais necessitados. São pessoas que vivenciam o Tira-teima o ano inteiro. E o boi está aqui para ajudar a fazer a festa”, explica.





# TERREIRO DE XAMBÁ

*O Terreiro de Xambá existe há mais de 90 anos. Fica no bairro de São Benedito, em Olinda, Pernambuco. É o primeiro quilombo urbano do Norte e Nordeste, o segundo do País e um dos mais importantes núcleos de preservação da cultura africana, tendo sido contemplado com o Dia do Quilombo da Nação Xambá e com título de Patrimônio Vivo de Pernambuco. É de lá que saem projetos sociais como o Instituto Tia Luíza e a Biblioteca Comunitária Tio Juvenal.*

Professor e produtor cultural, Gledson José da Silva, 40 anos, é o idealizador do espaço de leitura. Ele conta que no bairro havia uma única biblioteca, que fechou. Procurou os responsáveis pelo Terreiro Xambá e contou sobre o projeto. “Eles cederam o espaço para montar a biblioteca e o Instituto Tia Luíza está cedendo os equipamentos, como mesas, cadeiras e computadores”, diz Gledson.

A Biblioteca Comunitária Tio Juvenal está sendo montada no piso inferior do Memorial Severina Paraíso da Silva. Severina, conhecida como Mãe Biu (1914-1993) foi a grande responsável, juntamente com sua irmã Tila, pela sobrevivência e preservação das tradições religiosas da Nação Xambá em Pernambuco. “Estamos realizando a troca de toda parte elétrica, para suportar os

novos equipamentos. O prédio onde fica a biblioteca é antigo. Antes funcionava lá um local para guardar materiais do Terreiro Xambá”, explica o professor.

O projeto, defende, é fundamental para a formação de novos leitores e para o incentivo à leitura, por meio da formação de grupos. “A leitura é essencial. Gera empoderamento social para quem mora na periferia. Quando soube que a biblioteca havia sido fechada, busquei uma solução”, argumenta. Gledson inscreveu projeto na premiação Delmiro Gouveia. Pretende adquirir livros e trocar toda instalação elétrica.

Quer fazer grupos de leituras para atender a faixa etária dos 8 aos 80 anos. A maioria, acredita, será moradora do próprio Quilombo de Xambá. “Faremos palestras e debates sobre a realidade do Quilombo. Sem a existência de ações como essa, se perde a identidade”, ressalta o professor. O espaço, adianta, servirá também para grupos de estudo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) realizarem pesquisas sobre a Nação Xambá.

# OMIYALÊ, MARCONE E MESTRE ZÉ NEGÃO

*O espaço de chão batido, as paredes revestidas de barro e o teto coberto de palha são abrigo para a cultura. Instrumentos musicais, tecidos, fotos e os mais variados objetos artesanais podem ser vistos em cada canto. Ali acontecem sambadas, oficinas e sessões de cineclubes. Estamos falando do Canto de Memórias Zé Negão. Uma área cedida pelo Mestre Zé Negão e sua esposa, Mestra Fátima, na casa deles, na comunidade de João Paulo II, na periferia do município de Camaragibe, a 16 km do Recife, capital de Pernambuco.*

“Esse projeto é decorrente do trabalho que já era desenvolvido na comunidade João Paulo II por Mestre Zé Negão e Mestra Fátima, lideranças comunitárias que residem lá desde a década de 1980 e sempre tinham esse ímpeto de desenvolver atividades culturais”, explica a produtora cultural Omyalê, 33 anos. O nome que ela registrou no Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa é Patrícia Araújo, o que consta em seus documentos. Mas usa socialmente Omyalê, assumido na sua iniciação no candomblé.

Foi junto com o músico Marcone da Laia que Omyalê, em 2014, constituiu fisicamente o Espaço de Memórias. Ambos eram aprendizes do Mestre Zé Negão. O

público principal são os moradores do bairro João Paulo II. Em sua maioria, pessoas de baixa renda, com idades de 3 a 80 anos. “Vem gente de fora, de outros bairros, cidades e estados. Mas o mestre e sua esposa focam na comunidade local, na vizinhança”, comenta a produtora.

O casal de mestres é, há anos, líder comunitário no bairro. Mudou-se para lá em 1978. Nascido em Goiana, na Mata Norte pernambucana, em 1950, Zé Negão é neto de pessoas escravizadas. Trabalhou em fábricas de tecido e como artesão de ferro. Foi viver em Camaragibe, após uma enchente na cidade natal. Lá constituiu família com a Mestre Fátima, bordadeira e exímia na arte do corte e da costura. Mas ambos gostavam de fazer música e tocar.

O mestre é o criador do coco de senzala, música que faz referência aos antigos costumes do povo escravizado, versando sobre o trabalho na terra, as dores e o alívio da liberdade. A canção é acompanhada por atabaques, congas, alfaias, mochila, pandeiros, berimbau e ganzá. E, em 2003, criaram o Laboratório de Intervenção Artística (Laia). Davam aulas ensinando a fazer os instrumentos e a tocá-los. Três anos depois, criaram a Sambada, que acontece seis vezes por ano. É essa riqueza que Marcone e Omyalê querem preservar. Por isso a criação do Canto das Memórias Zé Negão.

# FLOR DE BARRO

*No Alto do Moura, em Caruaru, Agreste de Pernambuco, 13 mulheres se uniram para empreender na arte do barro. Elas têm entre 34 e 65 anos e querem o mesmo: estimular e salvaguardar a força do trabalho feminino na arte do barro. Organizadas, criaram, em 2014, o grupo Flor do Barro que trabalha para que a visibilidade dos saberes das artesãs, iniciado em casa com a confecção de artigos utilitários ainda na infância, sejam reconhecidos.*

“As mulheres começaram fazendo louças e colheres e logo estavam vendendo na feira de Caruaru. Só na primeira metade do século 20 elas iniciaram na arte figurativa, território até então masculino. É uma história rica, de empreendedoras”, defende a organizadora do Grupo Flor de Barro, Carmélia Silva, 64 anos.

Ela conta que, assim como as demais integrantes do Flor do Barro, começou nessa arte ainda menina.

O trabalho do grupo, recorda, começou com reuniões nas casas das participantes. Assim como Carmélia, Cleonice Silva, 63; Elisvanda Silva, 38; Ivanise da Silva, 63; Ivonete Silva, 62; Janaina Melo, 42; Kátia Rosana Silva, 34; Maria do Socorro Silva, 65; Marliete Silva, 63; Maria Margarida da Silva, 58; Mauricéia Silva, 45; Nerice Silva, 51, e Teresinha Silva, 57, abriram suas portas para

debater os planos do grupo e traçar as metas. Até que inauguram, em maio de 2019, o Espaço Cultural Flor do Barro, na Rua Mestre Vitalino, no Alto do Moura. “Foi importante ter esse espaço. Revelou a força dos objetivos do nosso grupo, como um difusor do trabalho das mulheres do barro”, destaca Carmélia. No imóvel alugado, as artesãs realizaram, em menos de um ano, exposições de peças de grande porte e receberam parte da programação da terceira edição da Feira Literária do Alto do Moura.

As mulheres também montaram um acervo das artesãs, além de iniciarem oficinas para o público visitante e estudantes. Antes de completar um ano, o espaço teve que fechar as portas por causa da pandemia da Covid-19. “Nos afetou muito. Tanto coletivamente quanto individualmente. O contato com o público é parte do nosso trabalho”, conclui Carmélia.

# CAIXAS DE HISTÓRIAS

*Durante um ano, 46 mestres e mestras da história oral de quatro regiões de Pernambuco tiveram seus depoimentos de vida coletados. Pessoas idosas que aprenderam seus ofícios de bordadeiras, doceiras, cordelistas, repentistas e contadores de histórias por meio da oralidade. Camaragibe, na Região Metropolitana do Recife, Petrolina, no sertão, Nazaré da Mata, na Mata Norte, e Passira, no Agreste, foram as cidades mapeadas para abrigar a primeira edição do projeto História do Meu Povo – Edição: Pontos de Cultura, vencedor do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa.*

Produzido pela Liga Empreendimento Criativo, o projeto resultou em uma revista com os saberes de cada mestre, além de oficinas de mediação de leitura e contação de história voltadas principalmente para as mulheres, que também resultaram em um livro sobre elas. Uma terceira ação, essa para proporcionar o hábito contínuo de leitura, foi a entrega de quatro Caixas de Histórias, uma biblioteca itinerante em cada uma das quatro cidades definidas no mapeamento.

A biblioteca é montada em espaços alternativos. Associações de moradores, igrejas, sedes de pontos de cultura, escolas públicas, clubes de mães. Se adequa à realidade

da comunidade. Já aconteceu em escola faltando parte do telhado, sem água ou que em uma só semana foi arrombada três vezes, por ser em uma comunidade com alto índice de violência e de uso de drogas. “O local que os moradores indicarem, realizamos o projeto”, assevera a produtora e empreendedora cultural, Eliz Galvão da Silva, 35 anos, a criadora do Histórias do Meu Povo.

O projeto, ressalta, é necessário, pois, o índice de analfabetismo em Pernambuco é muito alto. No estado, 898 mil pessoas não sabem ler nem escrever um recado ou bilhete simples, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em julho de 2020. “O acesso ao livro e à leitura é escasso. Não só para crianças e adolescentes, mas também para o público adulto e idoso. Os mais velhos são muito esquecidos em projetos de incentivo ao livro e à leitura. E aí a gente tentou focar nesse público”, esclarece Eliz Silva.

A ideia, conta, surgiu de uma experiência piloto realizada com crianças em 2018. No desenrolar das atividades de leitura e contação de histórias, foi visto que as crianças falavam sobre as experiências dos adultos, das mães e dos avôs. Como a presença da mulher é sempre muito forte, surgiu então a iniciativa de escutar as experiências desse público que detém os saberes em suas comunidades.

Muitas dessas histórias, sobre a formação das localidades e da cultura local, por exemplo, não estão nos livros e sim na memória dos mais antigos. “Precisamos registrar isso, é um patrimônio que precisa ser salvaguardado”, observa a produtora. Ela lamenta o fato de muitos deles já terem morrido e a memória local ter se perdido.

Eliz Silva já tem duas novas edições do projeto elaboradas. Vai realizá-las em quatro cidades pernambucanas com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Uma em cada região. Quer seguir democratizando o acesso ao conhecimento e promovendo renda. “Geramos cerca de 30 empregos diretos para poder acontecer. Os indiretos a gente nem consegue quantificar. Movimentação em lanchonetes, pousadas, gráficas, entre outros. É uma gama de setores entrelaçados com a economia criativa beneficiada”, comemora.



# O ARTESÃO DO TAMBOR

*A oficina do mestre Maureliano é coberta. Mas é ao ar livre, embaixo da sombra das árvores, que materiais como ferro, madeira, couro e corda ganham vida. Pelas mãos do artesão, se transformam em instrumentos musicais usados para o toque da capoeira, dos terreiros de umbanda e candomblé e do maracatu. Para esse último, o mestre nascido Maureliano Ribeiro da Silva, 55 anos, também faz as calungas.*

Já são mais de três décadas nesse ritmo. O Mestre, conhecido como “artesão do tambor”, nem sabe a conta de quantos tambores, pandeiros, rabecas e tantos outros, entre os 30 instrumentos que faz, produziu ao longo dos 36 anos de trabalho. Para preservar essa memória, quer fazer um museu e um espaço para dar aulas em sua oficina, no bairro Jardim Primavera, em Camaragibe, município da Região Metropolitana do Recife (RMR), em Pernambuco.

Espaço ele já tinha. Os recursos para organizá-lo foram obtidos com a conquista do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa. Exemplos das peças fabricadas serão expostos nas prateleiras que irá instalar. Cada uma com a descrição de quando foi feita e a quem serviu. “Tenho algumas peças antigas que fiz lá atrás, quando estava começando. Quero que elas aju-

dem a contar minha história às pessoas que vêm aqui na oficina”, conta o Mestre.

O ingresso de Maureliano na cultura começou pela capoeira. Na época, ainda adolescente, morava com os pais no bairro de Peixinhos, em Olinda, também cidade da RMR. “Sou mestre capoeirista forjado pelo Mestre Meia-Noite, o fundador do Centro de Educação e Cultura Daruê Malungo, lá em Peixinhos”, recorda. Naquela época, recorda, era raro encontrar instrumentos da cultura popular no mercado.

“Vivíamos a redemocratização do País e o comércio ainda não havia se aberto para esses instrumentos comuns nos terreiros de umbanda e candomblé, fechados durante a Ditadura Militar.” Mestre Maureliano enxergou ali uma possibilidade de fazer arte e renda. Começou a fabricar e a fazer oficinas nas comunidades. Chão de Estrelas, Água Fria e Casa Amarela, bairros da zona norte recifense, são alguns dos locais onde o artesão passou levando as oficinas.

É dessa época seu contato com Francisco de Assis França, o Chico Science, e os demais músicos da Banda Nação Zumbi, os criadores do movimento Manguebeat, para quem produziu diversos instrumentos, além de ensinar a tocá-los. Músicos como Naná Vasconcelos e a bandas como Sepultura e Jota Quest, se somaram aos que utilizavam instrumentos dele em suas apresentações.

O Mestre só tem um lamento: os tambores originais da tradição do maracatu estão desaparecendo. Por isso sua preocupação em abrir um espaço para ensinar a fazê-los, a tocar e até ensaiar uns passos de capoeira. “Entreguei minha vida à cultura, sou feliz com o que recebo dela e quero que ela não seja esquecida. Quero ensinar aos jovens e divulgar para o mundo. Já imaginou os turistas que vêm aqui na oficina, os japoneses, franceses e alemães aprendendo a fazer e a tocar tambor? Será um sucesso!”, espera.

# MEMÓRIA E TRANSMISSÃO

*O ano era 2006. O produtor cultural Afonso Fernando Alves de Oliveira, 52 anos, em suas viagens à Zona da Mata Norte de Pernambuco, levado pelo Mestre Lourenço, do Maracatu Estrela de Ouro, da cidade de Aliança, constatou a riqueza cultural da região. Artesãos, maracatus, pretinhas do congo, cavalos marinhos, orquestras de frevo, emboladores, poetas, e tantos e tantos outros. Um patrimônio. Mas sem mobilização, redes, formação e patrocinadores a situação da cultura popular urgia por um trabalho coletivo, articulado e de médio e longo prazos. Foi daí que surgiu o Método Canavial.*

“As cidades não tinham políticas para esse setor, os equipamentos culturais eram escassos e a situação dos mestres e mestras era precária. As agremiações e grupos estavam trabalhando na informalidade, sem nenhum tipo de formalização jurídica”, recorda Afonso Oliveira. O produtor cultural, lembra, era uma figura quase inexistente. Para modificar o cenário, iniciou uma pesquisa local, identificando que o projeto deveria ter três pilares: memória, manutenção e transmissão.

Para articular os fazedores de arte, trabalhou, também, na formação de produtores culturais. As aulas aconteciam junto a uma jaqueira, no Sítio Chã de Ca-

mará, na zona rural da cidade de Aliança. “Desenvolvi uma metodologia que chamei de Método Canavial, que gerou uma grande revolução na Mata Norte, virando livro em 2009”, recorda Oliveira. Foram mais de cem produtores culturais formados em cursos de longa duração. Juntos, geraram mais de R\$ 30 milhões em projetos culturais ao longo de dez anos.

Os resultados do Método Canavial e do Movimento Canavial, que surgiu a partir dele, são muitos, afirma o produtor, “mudaram o panorama, transformaram a zona da Mata Norte na segunda região do estado que mais realiza projetos culturais”, celebra. Afonso Oliveira teve seu trabalho reconhecido com diversos prêmios, entre eles o Prêmio Economia Criativa do Ministério da Cultura (2012); Prêmio Patativa do Assaré do Ministério da Cultura (2011) e o Prêmio Tuxáua Cultura Viva do Ministério da Cultura (2010).

O mais recente foi o Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa. Foi condecorado também com a medalha da Ordem do Mérito Cultural pelo Ministério da Cultura e da Presidência da República. “São frutos de um trabalho que vem sendo desenvolvido de forma contínua ao longo dos anos em promoção da cultura de uma região rica, mas, até então, carente de informação sobre o poder dessa riqueza.”

# DE AZOUGUES E FOLGAZÕES

*Vivacidade, inquietude. O significado da palavra azougue corresponde ao projeto de mesmo nome. A iniciativa foi gerada a partir da inquietude do Mestre Maciel Salú, 47 anos, em relação ao cenário desolador que presenciou em Tracunhaém. A cidade localizada na Zona da Mata Norte de Pernambuco é conhecida como terra do barro e do maracatu. A arte do barro estava preservada. Já a dos brincantes penava, juntamente com a de outros grupos da cultura popular.*

“Tracunhaém perdeu o protagonismo pela falta de renovação dos brincantes, pelo encerramento de alguns grupos e pela morte de mestras e mestres. Sob nossa perspectiva, o ponto central desse problema foi o desinteresse da juventude e o afastamento das novas gerações”, comenta Mestre Maciel Salú. Ele lembra que os grupos encerram suas atividades, ficando de pé apenas um, o Bloco Rural Caravana Andaluza.

Os maracatus rurais, conta, também perderam parte dos seus folgazões e músicos, tendo que muitas vezes buscar fora da cidade e até mesmo da região, por brincantes e por tocadores de trompete, trombone, sax, cuíca, tarol e demais instrumentos do Maracatu Rural. “Tudo isso gerou um verdadeiro efeito cascata com con-

sequências negativas para a economia criativa de Tracunhaém, que viu seu potencial perder espaço e tamanho”, explica. Ao mesmo tempo, a situação estimulava os mestres e mestras a darem continuidade ao legado.

Filho de Mestre Salustiano e neto de João Salustiano, Maciel Salú aprendeu em casa, na Cidade Tabajara, em Olinda, a fazer e a valorizar a cultura. Não podia ficar parado. E não ficou. Iniciou, em 2016, o Projeto Azogue. “Já tinha feito algumas versões anteriores, como o Festejo do Samba, em 2010, e, depois, o Brincadeira de Terreiro. Mas eram apenas festivos”, recorda. O Azogue preza pela formação. Desde o conhecimento sobre políticas de fomento, passando pela valorização das mestras e mestres griôs (guardiões da memória e da história de seu povo) e a transmissão desses saberes, inclusive nos momentos de festa.

No processo de formação, os griôs são chamados para repassar seus conhecimentos aos jovens. Para atrair esse público, são pensadas estratégias, como a realização de Rodas de Diálogos nas escolas públicas do município. “Eles podem se reconectar com sua identidade, aprender com os mais velhos. “Esse é um dos eixos norteadores do Azogue, unir as duas pontas do ciclo de perpetuação da cultura”, observa Mestre Maciel Salú.

Ele ressalta que além dessa conexão, os jovens têm também a oportunidade de se capacitar. O Azogue oferece cursos como os de teoria musical, rabeca, confecção e bordado de adereços, modelagem em barro, entre outros. Também faz parte do projeto vencedor do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa a realização dos eventos Sambadas de Maracatu e o Encontro de Mestres(as) e Poetas da Mata Norte, que reúne poetas de diferentes gerações. “É assim, promovendo a (re)conexão entre a nova geração e a chamada velha guarda, que fortalecemos a identidade cultural”.

# HERANÇA DE MUITAS GERAÇÕES

*A cada passo dado no Alto do Moura, em Caruaru, há uma peça de um artesão. O local é considerado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como o maior centro de arte figurativa das Américas. É lá que acontece, desde 2017, a Semana do Patrimônio. Organizada por representantes de nove famílias de artesãos famosos como Mestre Vitalino, Manoel Eudócio e Manoel Inácio, a ação é mais que um espaço de reflexão sobre a tradição do barro. É a ponte para a sobrevivência deste patrimônio.*

Filha do Mestre Manoel Inácio, Cleonice Otilia da Silva, 63 anos, é artesã e poetisa. Nicinha, como é conhecida no Alto do Moura, diz que o valor da Semana do Patrimônio é imensurável. “Traz visibilidade à nossa arte e reconhecimento aos nossos avós e pais, que tanto lutaram para que chegássemos até aqui, nos ensinando a moldar e pintar o barro. É uma alegria poder realizar esse evento”, comemora.

Além de deixar o espaço em evidência, os descendentes dos artesãos querem garantir que o conhecimento sobre a arte que produzem seja repassado para as próximas gerações dos jovens caruaruenses. Neto do Mestre Manoel Eudócio, Elton Rodrigues, 40 anos, ressalta a importância do evento para as famílias, cujos pais e

avós herdaram a arte do barro do Mestre Vitalino. “Tudo aquilo que o artesão sonha e consegue fazer com as suas mãos tem um valor que não podemos calcular. E para nós, que fazemos parte das famílias tradicionais do barro, que temos dado continuidade ao legado deixado pelo Mestre Vitalino e seus discípulos, é uma vitória”, afirma.

Nas reuniões que acontecem durante a Semana do Patrimônio, são discutidas também ações para garantir a matéria-prima dos artesãos, a lenha e o barro. A Associação de Artesãos de Barro e Moradores do Alto do Moura tem apenas um acesso liberado até as margens do rio Ipojuca, local onde é obtida a principal matéria-prima, o barro. A jazida é explorada há quase quatro décadas. E há, segundo dados da associação, 120 famílias que precisam do barro para produção das peças. Outras fontes de acesso são áreas particulares.

“Nesses encontros adquirimos conhecimento com outras comunidades e ficamos conhecendo nossos direitos. O direito ao barro não pode nos ser negado”, defende Socorro Rodrigues, 66 anos, artesã do Alto do Moura, representante da família do Mestre Zé Caboco. O sentimento é compartilhado pelos demais familiares dos mestres do Alto do Moura. Filho do Mestre Luiz Antônio, Leonildo do Nascimento Silva, 56 anos, destaca a importância da troca de conhecimento com os artistas. “Aprendemos o nosso valor, nossos direitos, sobre vendas da nossa arte. É um evento muito rico em troca de experiências.”

As artesãs Claudineide Rodrigues da Silva, 56 anos, e Ildaci Maria dos Santos Félix, 61 anos, também defendem a sobrevivência da arte do barro. E carregam forte herança dessa tradição. Ilda, como é conhecida a artesã, é filha do Mestre Elias. “Esse evento vai além de aumentar nossa renda, ele nos garante a sobrevivência de nossa arte”, resume. Claudineide é filha de Manoel Antonio da Silva, mestre que aprendeu a arte com o maior deles, Vitalino. “A gente foi crescendo e vendo papai fazendo os trabalhos. É a nossa história. E temos que preservá-la.”



# TECNOLOGIAS ANCESTRAIS

*O processo de colonização iniciado em Pernambuco no século XVI gerou um apagamento da identidade étnica do Povo Indígena Xukuru do Ororubá, que atualmente ocupa uma área de 27.555 hectares nos municípios de Pesqueira e Poção, Agreste pernambucano. A partir da promulgação do Diretório Pombalino em 1757, foram forçados a deixar seus hábitos e proibidos de falar a sua língua. O resgate dessa identidade vem sendo trabalhado pelos pouco mais de 12 mil indígenas. Uma das ações é a recuperação das tecnologias construtivas de suas antigas habitações.*

Vencedor do Prêmio Delmiro Gouveia, o projeto Tecnologias de Construção do Povo Indígena Xukuru do Ororubá é coordenado pelo mestrando em Antropologia, arquiteto e urbanista Daniel Souza (Guima), 30 anos. Em 2015, juntamente com o também arquiteto e urbanista Pedro Paes, 32, foram procurados por Iran Xukuru, cuidador do Terreiro da Boa Vista, um espaço sagrado para os Xucurus do Ororubá. O indígena queria levar para seu povo uma oficina de bioconstrução.

“Iran disse que seu povo estava na busca pela retomada de suas tecnologias ancestrais de construção”, recorda Guima. Com a colonização, observa o arquiteto, os Xucurus foram obrigados a abandonar suas habitações coleti-

vas, erguidas com técnicas e materiais próprios, para construírem casas individuais com quartos separados para as suas famílias.

Souza conta que, ao chegar ao território Xukuru, explicaram sobre bioconstrução, termo utilizado para se referir a construções com uma preocupação ecológica e baixo impacto ambiental, que utilizam, em sua maioria, técnicas ancestrais. “Fizemos questão de evidenciar para eles que os materiais e as técnicas seriam locais, a partir dos conhecimentos dos mais velhos, foi muito importante fazer esse levantamento. Não fomos colonizar, mas resgatar”, assegura.

Segundo Guima, boa parte dos indígenas tinha lembranças das construções antigas. Na memória, eram erguidas de taipa ou pedra e cobertas com palha do coco catolé (*Syagrus coronata*). Alguns tinham ouvido dos antepassados sobre abrigos triangulares, de barro e palha, mas não tinham ideia de como eram realizadas essas construções. Nessa oficina foi decidido que, primeiramente, seria realizado um edifício de apoio ao terreiro.

“Ao visitar a área, em 2015, um espírito da cosmologia Xukuru do Ororubá, um encantado, incorporado em um médium, disse que a construção era para ele uma casa de cura, redonda, de taipa com pedra e cobertura de palha, barro, ou palha”, conta Guima. A partir do relato do encantado, das lembranças dos indígenas e de pesquisas de campo, os arquitetos projetaram junto aos indígenas o Peji de Barro. O peji é um altar para as divindades.

Em seguida, a Casa de Cura, onde são realizados tratamentos com ervas e rezas, e posteriormente, a pedido do Cacique Marcos, foi realizado um galpão para abrigar a Assembleia do Povo Xukuru, o Espaço *Mandaru*, com cozinha e dormitório como anexos. Aos poucos os tijolos de oito furos, cimento e a coberta de telhas têm sido abandonados.

O barro, a taipa e a coberta com palha do coco catolé vêm ganhando protagonismo. Esses processos de construção foram realizados a partir do sistema mutirões e envolveu a comunidade e voluntários. A presença dos mais jovens garantiu a transmissão do conhecimento às próximas gerações.

Uma Casa de Reza/Cura e duas cozinhas tradicionais, uma está sendo construída e outra em fase de planejamento. “Mais que um trabalho ambiental, o que fazemos junto com os Xucurus é um resgate e fortalecimento de suas tradições. Está sendo um aprendizado realizar esse diálogo intercultural”, afirma Guima.

# RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES

*Na comunidade da Mangabeira, zona norte do Recife, crianças, adolescentes e idosos têm um espaço para aprender a dançar, a cantar e a fazer adereços. É no número 40, da rua que tem o mesmo nome do bairro, que fica a sede da Tribo Indígena Caboclinho Carijós. Centenária, a agremiação já ganhou muitos troféus em carnavais e detém, desde 2019, o título de Patrimônio Vivo de Pernambuco.*

Com os recursos obtidos do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa, o presidente da agremiação, Pedro Alexandre Félix dos Santos, 42 anos, decidiu abrir a oficina “Terno de Caboclinho: aprendendo a tocar com o Carijós do Recife”. Nas aulas, os alunos aprendem a fazer os três principais instrumentos utilizados pelos grupos indígenas em suas apresentações: gaita, surdo e maracá. Oficina com até 30 vagas, aberta não só para quem é da tribo, mas para a comunidade.

Essa transmissão de saberes e fazeres, argumenta o presidente, é essencial para manter a tradição. Pedro comenta que é um desafio conquistar mais seguidores. E enxerga na oficina de fabricação de instrumentos um meio para os mais jovens conhecerem o legado dos Carijós e aprenderem um ofício. “Há escassez de pessoas que saibam fazer os instrumentos e tocá-los. A maioria deles, atualmente, são idosos e têm a saúde debilitada.

Por isso, esse nosso esforço em manter vivo, por meio do trabalho social, o registro e a preservação das expressões dos caboclinhos. Nas oficinas, realizamos rodas de diálogo sobre a cultura indígena e a nossa história.”

Em épocas normais, sem a pandemia, a sede na Mangabeira vive lotada, principalmente nos finais de semana dos meses que antecedem o Carnaval. Os ensaios para os desfiles acontecem ao ar livre. E lá dentro, os brincantes e voluntários entram pela madrugada confeccionando as coloridas e brilhantes fantasias e os adereços. Em 2021, não houve desfile, devido à pandemia, e a sede, para tristeza do presidente e dos demais, ficou fechada a maior parte do tempo.

Enquanto não retomam as atividades regulares, os Carijós planejam o próximo desfile em reuniões virtuais e se organizam para oferecer as oficinas à comunidade da mesma forma. “Estamos nos adaptando a esse novo tempo. O importante é não perdermos nossa tribo”, comenta Pedro. Orgulhoso por dirigir os Carijós, o presidente ressalta que a tribo, fundada em 1897 pelo estivador Antônio da Costa, é resistente às intempéries. “Raras foram as vezes em que os Carijós não desfilaram”.

O maior intervalo foi de 1997 a 2011, quando o presidente à época não cumpriu “a parte religiosa” da Tribo Carijós. “Ele fez uma promessa à cabocla que cuidava da parte religiosa da tribo e não fez o que havia prometido”, recorda. No entanto, de 2011 para cá os Carijós do Recife só conheceram o sucesso. Jefferson Roberto dos Santos, o Pai Jefferson Nagô, assumiu a tribo e a levou ao pódio do carnaval recifense por anos seguidos. Em 2017, sob sua presidência, a tribo foi homenageada no Carnaval do Recife. No ano seguinte, Jefferson Nagô faleceu. Desde então, a tribo passou a ser dirigida pelo atual presidente.





**PIAUI**





# GESTÃO ON-LINE

*Idealizar um negócio criativo é incomum. Executá-lo é difícil. E manter uma rotina de atendimento e produção, então, é realmente para poucos. A Startup Assemble atua justamente nesta última fase dos projetos, para que possam prosperar. É uma solução on-line de uso intuitivo para várias exigências: criar orçamentos, gerenciar pedidos, criar catálogo on-line, calendário de entrega, controle dos recebimentos e dos custos.*

“O empreendedor da economia criativa muitas vezes é solitário, necessita realizar todas as atividades de um negócio sem apoio, além de a renda obtida ser em muitos casos para complementar ou sustentar a família”, explica a empresária piauiense Lorena Eva Martins, de 27 anos. Ela se propõe a ajudar o microempreendedor criativo na gestão do seu negócio.

Evita problemas com atraso em entregas de produtos encomendados e ajuda a crescer economicamente. O público atendido são microempreendedores com negócios criativos que trabalham sob encomendas, geralmente na faixa etária entre 20 e 29 anos. A maioria é composta de mulheres que criaram um negócio criativo muitas vezes na própria casa. O mercado atendido tem sido o de Teresina, capital do Piauí.

Mas o fato de ser virtual abre um leque de oportunidades de negócios para todo o País. E a Assemble atende com tudo que é necessário. Desde a papelaria personalizada, cartonagem, e encadernação a personalizados para festas e demais segmentos do artesanato de artesãs que trabalham com pedidos sob encomenda. A ideia surgiu a partir da experiência que Lorena Martins teve com um ateliê de produção de personalizados de festas e brindes artesanais.

Começou a ter dificuldades em organizar a operação, gerenciar agenda e a manter as entregas dentro do prazo acordado com o cliente. “Então, tentamos encontrar uma ferramenta que nos auxiliasse de forma facilitada nesse controle”, lembra. É comum, ela explica, que o empreendedor criativo realize atividades que vão muito além de sua produção, como vendas e atendimento.

Como não encontraram uma solução específica para o setor, resolveram criá-la. “As soluções existentes no mercado são muitas vezes caras ou com excesso de funcionalidades que acabam gerando mais trabalho para a rotina do criativo.” Ela observa que o setor é sensível, formado por pessoas que se autoempregam por meio do que chamam de “empreendedorismo por necessidade”.

Inicialmente, a idealizadora da Assemble trabalhou com o marido Renato Amon, que é especialista em tecnologia e negócio, mas, nos meses seguintes, mais três sócios foram agregados, com focos em *marketing*, inovação e negócios. Todo o trabalho da Assemble é *on-line* realizado pela equipe em *home office*.

# BALÉ ALEGRE, CRÍTICO E LÚDICO

*No número 2785 da Rua Dirce de Oliveira, bairro do Ininga, em Teresina, no estado do Piauí, funciona mais que um estúdio de dança. O Le Ballet Studio de Dança é um espaço para realização de sonhos. Foi fundado há quase três décadas. Desde então, já teve cerca de dois mil alunos dançando coreografias ensinadas em sua sala de aula. São mais de 2,5 mil sapatilhas gastas em inúmeros ensaios e em mais de 500 apresentações pelo Brasil.*

“Esqueça o balé clássico, uma escola rígida com caráter restritivo. Aqui ensinamos um balé alegre, crítico e muitas e muitas vezes lúdico. Um estilo próprio marcado pelos passos do nosso diretor artístico Sidh Ribeiro”, comenta Neide Ferreira, 57 anos, que cuida da parte administrativa da escola de dança. Segundo ela, o corpo de balé da escola já participou de grandes festivais nacionais, além de firmar parcerias com companhias internacionais de dança, como a francesa Rhadiofólio, liderada pelo bailarino brasileiro radicado na França, Katto Ribeiro.

Neide Ferreira conta que a inspiração para o projeto surgiu do próprio Katto Ribeiro. “Ele esteve em Teresina e enxergou a necessidade de implantar esse projeto pela gama de jovens e adultos, principalmente das pe-

riferias, sem perspectivas de futuro e que só precisam de uma oportunidade”, explica.

O Le Ballet foi dividido em fases, sendo a primeira a vivência artística com o bailarino internacional. Nas demais estão previstas rodas de conversas sobre o balé e mapeamento de potenciais. “Com esse trabalho temos o entendimento de que o Le Ballet vem fortalecer a formação do artista para o palco”, ressalta Neide Ferreira. Também está na agenda do projeto a apresentação do espetáculo *Na pele do outro*, de Katto Ribeiro, para crianças e adolescentes de comunidades periféricas de Teresina.

O curso de formação de três anos tem como público-alvo jovens estudantes, acima de 15 anos, que sonham em ingressar na carreira artística como bailarinos. As audições serão feitas por Katto Ribeiro. “Vamos dar oportunidades a esses jovens, realizar sonhos, abrir um novo horizonte para eles. E poder sonhar com uma sociedade mais igualitária”, diz Neide Ferreira.

# ENERGIAS E VIBRAÇÕES

*Na umbanda, as curimbas são pontos cantados, dados por inspiração ao médium ou, caso esteja incorporado, pelo seu guia espiritual. Auxiliam nos trabalhos, dando equilíbrio, harmonia e direcionamento às energias do terreiro. Na Tenda Espírita de Umbanda Nossa Senhora da Conceição há mais de 100 curimbas. Fundada há 66 anos pela Mãe Maria Pereira, 97 anos, a casa fica em Teresina, capital do Piauí.*

Herdeira espiritual e neta de Mãe Maria Pereira, Janayce Pereira Lopes Soares, 38 anos, quer preservar as curimbas do terreiro. Inscreveu o projeto no Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa. Os recursos recebidos do Prêmio serviram para selecionar 20 cantos, catalogá-los, pesquisar quando foi criado e gravar os depoimentos dos mestres e mestras.

“Será um registro fonográfico e audiovisual. Vamos criar um *site* para disponibilizar o material para que seja uma fonte de pesquisa e divulgação da umbanda”, adianta Janayce. As curimbas da Tenda Espírita de Umbanda Nossa Senhora da Conceição foram feitas por Mãe Pereira e outras mães pequenas (responsáveis pela Casa na ausência da mãe de santo), como Dona Graça e Dona Tereza. Os cânticos louvam à natureza e aos elementos vitais que a mantém viva.

Esse legado de quase sete décadas, ressalta Janayce, corre risco de ser esquecido. “As mais de 100 curimbas de nossa casa podem desaparecer, pois se mantiveram apenas nos elos da tradição oral e no exercício da fé destes mestres e mestras.” As curimbas, explica, são entoadas na abertura da gira, reunião que pode ser de trabalho, festiva ou de desenvolvimento espiritual para os médiuns da casa.

As músicas são acompanhadas pelos tambores, instrumentos feitos pelos próprios curimbeiros (os que percutem os tambores), cabaças e triângulos. “Os rituais buscam a força da emanção dos guias espirituais, dos encantados e dos mensageiros. Os toques dos tambores, assim como os cantos, envolvem a mente do médium, não a deixando se desviar do trabalho espiritual”, explica Janayce.

Foi na vivência com a avó que aprendeu a admirar as curimbas. Abraçou a umbanda já na adolescência, tornando-se a herdeira espiritual de Dona Maria Pereira. “Minha avó teve as primeiras visões muito cedo, aos 5 anos. Não entendia o que era. Só foi esclarecida mais tarde, com mais de 20 anos. Até então, sofreu muito”, conta a neta, que teve a iniciação na umbanda tranquila, graças à salvaguarda familiar. É médium da Tenda Espírita Nossa Senhora da Conceição desde os 12 anos. E há cinco anos foi “feita” mãe de santo da casa.

# GELEIA TOTAL

*Desde 2014, um grupo formado por produtores, jornalistas, cineastas, escritores, fotógrafos, pesquisadores e web designers reúne e divulga toda a programação cultural que acontece em Teresina, capital do Piauí. Criaram para isso o projeto Geleia Total, que envolve várias plataformas virtuais, como site, Instagram e Facebook. A cada semana um artista da cidade é homenageado nas redes sociais, com detalhes sobre sua história. Agora, os empreendedores querem produzir documentários sobre essas pessoas.*

“Pensamos em fazer curtas com caráter documentário aliados às atividades de apresentação das manifestações culturais de Teresina, como o Reisado, Bumba Meu Boi, Cavalo Piencó, Samba de Cumbuca, Roda de São Gonçalo, entre outros”, detalha Allison Carvalho, redator-chefe do Geleia Total. A ideia é levar essa movimentação cultural além das plataformas virtuais. Ir até às próprias comunidades onde elas surgiram, suscitando rodas de conversa sobre o curta apresentado e fortalecendo o vínculo entre a arte e os moradores.

A expectativa é de que o material criado sirva também para pesquisas e que possa ser usado para apresentar a cultura piauiense não apenas a quem mora no

estado, mas ao mundo. “Acreditamos que só é possível defender aquilo que se conhece; portanto, quando nos desapegamos das nossas manifestações e desconhecemos nossa própria história esses laços se enfraquecem”, observa.

Aprovada no Prêmio Delmiro de Economia Criativa, a produção dos documentários conta com uma base de dados coletada desde a criação do Geleia Total. São diversos grupos culturais ou artistas que tiveram suas histórias contadas pelos empreendedores. “Criamos uma formatação que envolve não só falar com o nosso olhar sobre a produção desses grupos e artistas, mas também escutá-los, dar voz a eles”.

Para garantir a diversidade e continuidade do projeto, a equipe do Geleia Total funciona por núcleos que se dividem em atividades. Carvalho divide o projeto em duas grandes áreas: a produção cultural e uma revista cultural.

Quem cuida das fotografias são Ana Cândida Carvalho, Caio Negreiros e José Ailson. Da equipe de redatores, a maior do Geleia Total, fazem parte Auryo Jotha, Ayrton de Souza, Gislene Daniele, Luan Rodrigues, Maria Teresa, Wonnack Alves e Zidane Medeiros, sendo esse último também quadrista.

No desenvolvimento e visual das plataformas virtuais estão Cândido Sales, Herick Felipe, Ícaro Uther (que é também cineasta e escritor), Igor Filipe e Thiago Utua. Quem assina as colunas e revisa todo conteúdo são Joana Tainá, Lourrane Silva, Marciléia Ribeiro e Paulo Narley. Fagner Araújo é pesquisador de literatura de cordel, Miguel Cardoso advogado e Rose Gomes e Talita Costa cuidam da produção. “O idealizador do projeto e também produtor é Noé Filho”.



# ECONOMIA E INCLUSÃO SOCIAL

*Carteiro de profissão, Walter dos Santos Dias, 44 anos, tem uma rotina puxada. Acorda cedinho e cumpre oito horas de jornada trabalhando para a unidade dos Correios na cidade Isaías Coelho, a 35 km do município onde mora, em Simplício Mendes, a 379 km de Teresina, na região sul do Piauí. Mas tem tempo para seu projeto de vida, as ações sociais da Associação Abadá-Capoeira de Simplício Mendes. É nesse espaço, na antiga sede da União Artística e Operária, número 400 da Rua Joaquim Mendes de Oliveira, no centro de Simplício Mendes, que Walter faz o que mais gosta: ensina capoeira.*

Foi lá que, em 2000, iniciou as primeiras turmas. Nem sabe quantos alunos frequentaram suas aulas ao longo desses anos. Mas conta que ficou preocupado quando percebeu que seus alunos estavam deixando a cidade por falta de oportunidades. “Iam procurar empregos nos grandes centros. Fosse cortando cana-de-açúcar, trabalhando na construção civil ou no comércio. Abandonaram os estudos e a capoeira para conseguir uma renda”, recorda.

O professor de capoeira pensou numa alternativa: ampliar as atividades e criar subprojetos com identidades próprias para adquirir recursos. Foi assim que

nasceram os projetos Comunidade Capoeira e Capoeira Criativa. “A capoeira é uma arte muito rica. Não são só passos de dança. Há os cantos, os instrumentos próprios”, ressalta Walter Dias, conhecido na capoeira como Professor Pardal. Além da própria roda de capoeira, há uma variedade de oficinas. Entre elas, a de artesanato em madeira com matéria-prima extraída da natureza, como sementes e galhos; de danças maculelê e samba de roda; de construção de instrumentos musicais voltados à capoeira, além de rodas de conversa.

“Os participantes desenvolvem aspectos musicais, criatividade, linguagem, ritmo e expressão corporal. Trabalhamos valores como solidariedade, respeito, economia criativa, autoestima e inclusão social”, relata.

# JUNINA MANDACARU DO SERTÃO

*Tema, figurino, coreografia, repertório, ensaios, cenário, e enfim o espetáculo da quadrilha, no mês de junho. Há 14 anos esses são os passos dos envolvidos no projeto Associação Folclórica e Cultural Mandacaru do Sertão. A apresentação da quadrilha Junina Mandacaru do Sertão é o ponto alto no período junino no município de Barras, a 120 km de Teresina, ao norte do Piauí.*

“A Junina Mandacaru do Sertão é a principal entidade cultural daqui de Barras. Existe até uma lei municipal reconhecendo a quadrilha como de interesse público do município”, reforça Janderson Wellington, 29 anos, advogado, assessor jurídico e, também, coreógrafo e dançarino da Associação Folclórica e Cultural Mandacaru do Sertão. Ele ressalta que a entidade foi criada dentro da Escola Municipal Desembargador Arimateia Tito, por iniciativa de uma professora, e contou com a contribuição de outros funcionários.

Os brincantes, inicialmente, eram só os alunos da escola. Mas o público logo se expandiu. A associação atende cerca de 120 pessoas a cada ano. São jovens entre 16 e 30 anos, a maioria moradores de bairros periféricos da cidade que enfrentam um contexto de vulnerabilidade social. “São pessoas em sua maioria também negras.

Muitas delas LGBTQ+, o que reforça essa vulnerabilidade”, explica Janderson Wellington.

O trabalho para montar a apresentação conta com muitas mãos. A maioria são dos próprios brincantes. Chegam interessados em integrar a quadrilha, mas são convidados a participar das oficinas de corte e costura, bordado, cenário, coreografia e teatro. “Terminam aprendendo uma profissão, além de usar o tempo livre para interagir socialmente com outros jovens em atividades que vão lhe proporcionar um futuro”, comenta o advogado.





# **RIO GRANDE DO NORTE**





# PROTAGONISMO FEMININO

*Quem são, onde estão e quais os projetos das empreendedoras potiguares?*

*Esses questionamentos serão respondidos pelo projeto Mapa das Minas na Economia Criativa Potiguar. Trata-se de uma plataforma on-line que elencará os projetos femininos e quem está por trás de cada um deles. A iniciativa de visibilizar essas mulheres é de Civone Maria de Medeiros Tonig.*

A ideia é começar com quem produz artes visuais: artistas, curadoras, fotógrafas, produtoras culturais e técnicas de montagem, dando equidade de gênero nas profissões de cultura no âmbito da economia criativa para as mulheres do Rio Grande do Norte. Para isso, serão fornecidos dados sobre seus produtos e serviços e como contratá-los.

O mapeamento com toda a catalogação das informações será disponibilizado para consulta em um *site* desenvolvido para o projeto e, também, nas redes sociais, como o Instagram e o Facebook. A solução, segundo Civone Tonig, é viável, de baixo custo e terá vários módulos, sendo o primeiro deles a chamada aberta, mediante cadastramento on-line e gratuito, para a inserção de dados dessas mulheres.

O projeto contará com recursos de geoprocessamento via Google Maps, a fim de indicar onde encontrar essas mulheres empreendedoras e como contratar seus serviços ou comprar seus produtos. Com o Mapa das Minas na Economia Criativa Potiguar, Civone Tonig espera potencializar o protagonismo feminino.

Para facilitar o acesso, vai criar e disponibilizar no *site* um formulário para ser preenchido por elas, a fim de que as informações fiquem uniformes. Também que criar um aplicativo interativo com alimentação de conteúdo das artistas-usuárias da plataforma. “No Rio Grande do Norte há mais de 115,7 mil empreendedoras, segundo dados do Sebrae. Imagine um poderio deste sendo mapeado e disponibilizado na rede. Será um sucesso”, acredita.

Além do impulso econômico, Civone, que é poeta, produtora cultural e curadora, enxerga no Mapa das Minas a validação da força feminina no mercado de trabalho. Em especial as mulheres negras, cis e trans, a fim de promover a equidade racial e de gênero. “Vamos abraçar e viabilizar essas profissionais. Farei a inclusão de cada uma dessas mulheres com muito carinho.”

# O MUSEU DAS 3 MIL RELÍQUIAS

*A casa é pintada de branco, as paredes internas rebocadas de barro, o teto de vigas de aroeira e as janelas dão vista para o Planalto da Borborema. Em seu interior, mais de 3 mil relíquias. A maioria do início do século XX, como as carabinas, os oratórios, as câmeras fotográficas, as louças e os móveis. São herança de família. Foi a relação afetiva com os bens que levou a professora Cleudia Bezerra Pacheco, 75 anos, a criar o Museu Auta Pinheiro Bezerra.*

Inaugurado em 2012, fica na Fazenda Boa Hora, município de Santa Cruz, no Rio Grande do Norte. A fazenda da família, uma área de 1,2 mil hectares, foi comprada por seus avós em 1920. No mesmo ano, eles construíram a casa de nove cômodos, os quatro armazéns laterais à moradia e a cabana de caça. “Só tenho boas lembranças daqui. Minha avó contava que os tropeiros paravam para descansar, ela dava abrigo e comida. E eles comentavam que aquela fazenda era a da boa hora, por isso o nome do lugar.”

Em 2008, após se aposentar da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRG), onde ensinava no curso de Geografia, Cleudia não queria parar de trabalhar. Sua por herança, a fazenda estava sem uso. “Vi que poderia fazer algo para preservar a memória da minha família e ter uma atividade, que seria gerir o espaço e

guiar os visitantes. Minha surpresa foi encontrar, em meio aos escombros guardados nos armazéns, muita coisa de valor.”

Precisando de capital para reabrir a casa, vendeu alguns imóveis e iniciou a recuperação da casa e dos armazéns, mantendo as características. Os tijolos antigos que estavam guardados nos armazéns foram usados de base para montar as mesas expositoras. Contratou também uma museóloga para montar a expografia. “Os cômodos da casa foram divididos por temas, como as salas da Agricultura e Pecuária e o Quarto Dona Auta e a Cozinha”, explica.

Após o museu engrenar, Cleudia enxergou outras oportunidades na área da fazenda. Na área verde até as serras do Planalto da Borborema havia espaço para criar trilhas e pontos de atração turística, como a Pedra do Chapéu e o Poço do Juriti. “Colocamos nomes em todas as árvores, são centenas, e criamos várias trilhas. O público gostou muito, vem até pesquisadores de universidades observar as espécies de vegetação.”

O passo seguinte foi criar um espaço para recreação dos estudantes que visitam o museu. “Eles vinham, visitavam a instalação museológica, faziam as trilhas, mas faltava algo mais. Por isso, pensei em montar o Parque da Borborema com atividades para os jovens.” Uma área de 200 metros foi reservada para a instalação do parque, que oferece atrações como tirolesa, arvorismo, pista de corrida e parede de escalada.

Para manter a estrutura funcionando, a gestora do espaço conta com três funcionários e o dinheiro arrecadado com os visitantes. O ingresso custa R\$10,00 e dá acesso a todas as atividades. A fazenda recebe cerca de 300 visitantes por mês, a maioria grupos de terceira idade e estudantes. Os alunos de escolas públicas não pagam. “Já recebemos mais de 36 mil visitantes em 12 anos de funcionamento”, celebra.

# EIXO DE FOTOGRAFIA

*A fachada pintada em preto e cinza e repleta de fotografias já chama a atenção de quem passa. O casarão antigo da década de 1950 fica em uma esquina, na divisa dos bairros de Tirol e Petrópolis, em Natal, no Rio Grande do Norte. Abriga o Margem Hub de Fotografia, um espaço criado pelos fotógrafos potiguares João Oliveira, 24 anos, e Paula Lima, 26, mas que está aberto a parceiros que precisam de espaço para receber seus clientes. O escritório colaborativo foi criado em 2018 e já deu vazão a outros subprojetos. O mais recente é o 1º Prêmio Margem de Fotografia.*

João Oliveira explica que a premiação é parte do projeto “Atlas da Fotografia Emergente Potiguar”, realizado pelo Margem Hub de Fotografia, que envolve, além da premiação, estímulo ao processo de criação, produção, difusão, pesquisa, memória e formação no campo da fotografia. “Há também nessas ações espaços para ampliar a reflexão e a experiência artística, a formação de mercado e a circulação da fotografia emergente produzida no Rio Grande do Norte”, afirma Oliveira.

Para participar, os artistas visuais e fotógrafos tinham de ser potiguares ou residentes, há pelo menos três anos, no Rio Grande do Norte. E enviar conjunto de seis imagens fotográficas de tema livre, mas relevantes

para a sociedade contemporânea. “Propomos como inspiração motivadora os versos do poema ‘Onde’ da poetisa potiguar Zila Mamede”, informa Oliveira. Destinada à seleção de dez séries/ensaios fotográficos, a premiação estabelecida foi uma exposição coletiva e a participação em publicação de um livro também coletivo.

Além disso, todos os trabalhos pré-selecionados foram divulgados nas redes sociais do projeto e mostras ao lado de cinco fotógrafos renomados. O Prêmio recebeu 114 inscrições de ensaios autorais. Desses, 35 foram pré-selecionados por uma comissão de especialistas formada pela curadora Sanzia Pinheiro Barbosa, pelos artistas Sofia Bauchwitz, Pablo Pinheiro, Elisa Elsie, Jean Lopes e João Oliveira, que expuseram junto com os premiados. A coordenação da comissão ficou a cargo de Alexandre Sequeira, professor do Instituto de Ciências da Arte da Universidade Federal do Pará (UFPA).

“Contemplamos os dez previstos pelo edital com o ensaio autoral e concedemos oito menções honrosas. Para quem está começando, ter o trabalho ao lado do de fotógrafos já conhecidos e em um livro com registro no Padrão Internacional de Numeração de Livro é um apoio imenso”, comenta João Oliveira. Todos os ensaios pré-selecionados tiveram mostra virtual já realizada pelo Margem Hub de Fotografia, além de promoção de debates virtuais e outros conteúdos formativos sobre economia criativa, artes visuais e processos de criação em fotografia.

# MORA NA FOTOGRAFIA

*Alexandre Santos, 49 anos, Damião Paz, 34. Flávio Aquino, 51, Henrique José, 50, Meysa Medeiros, 35, e Vlademir Alexandre, 49, vivem da fotografia em Natal, capital do Rio Grande do Norte. Trabalham executando a arte, ensinando-a ou pesquisando sobre ela. Atentos ao crescente número desses profissionais no mercado potiguar, idealizaram, em 2019, o Coletivo daFOTO!, um grupo que cria oportunidades, como palestras, exposições, minicursos, oficinas e feiras voltados para os fotógrafos potiguares mostrarem seus trabalhos em um único evento.*

Estamos falando sobre o projeto Feira daFOTO!, que conquistou o Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa. “A feira é mais que um espaço para esses profissionais viabilizarem financeiramente sua arte. Há uma cadeia fotográfica envolvida”, adianta Meysa Medeiros, integrante do coletivo, fotógrafa e produtora cultural. Já em sua terceira edição, a Feira daFOTO! é um evento onde acontecem exposições, minicursos, oficinas e palestras com fotógrafos.

O evento cria várias oportunidades para movimentar a economia criativa local. Principalmente pelo fato de que os itens disponibilizados para venda vão além das fotografias. Há *bottons*, camisetas, bolsas e canecas com

imagens feitas pelos fotógrafos potiguares. Acontecem também debates e buscas por iniciativas para o sucesso da fotografia autoral no Rio Grande do Norte.

“Estimula o sentido de pertencimento dos potiguares e fortalece nossa cultura, além de dar a visibilidade merecida para esses profissionais. E promove a integração e o intercâmbio entre eles e deles com o público”, ressalta. A fotógrafa conta que desde a primeira edição havia a preocupação com os que estão começando na profissão. Por esse motivo, é feito um *mix* com os participantes, com veteranos e novos fotógrafos.

O evento é realizado no mezanino do Mercado Público de Petrópolis, área central de Natal. “Temos a ideia de que, além da técnica, os veteranos têm algo muito valioso para repassar, que é o valor da nossa terra”, observa. Na feira há profissionais de variadas idades e distintos gêneros de trabalhos. Na terceira edição será dentro de um evento ainda maior programado pelo coletivo, será no Festival de Fotografia daFoto!, com ações como podcasts, lançamento de livro e programas especiais para a internet, além das já realizadas na Feira daFOTO!.



# A MEMÓRIA DO CANDOMBLÉ

*Em janeiro de 2017 Judson Andrade, 30 anos, foi demitido de uma empresa de material de construção, onde por quatro anos trabalhou carregando nas costas sacos de cimento, latas de tinta e rolos de arame farpado. Com o dinheiro da rescisão, comprou uma máquina de costura e alguns tecidos. Estudou os moldes encartados em revistas, assistiu vídeos e testou o aprendizado costurando bolsas. Candomblecista desde 2014, começou a fazer as próprias roupas para ir ao terreiro.*

Chamou a atenção dos demais frequentadores. As encomendas foram chegando. Estava nascendo o Ateliê Araká, no bairro de Ponta Negra, em Natal, Rio Grande do Norte. A marca, explica Judson Andrade, mais que uma fonte de renda é uma busca pela preservação do candomblé, religião de matriz africana. “Trabalho nas roupas o resgate da memória candomblecista. As roupas contam histórias e passam muito conhecimento. Não é fácil encontrar quem faça roupa de terreiro”, destaca.

Ele conta que escutou de várias pessoas histórias sobre contratemplos que passaram com as roupas porque as pessoas que as costuravam não eram do candomblé, ou tinham preconceito em relação à religião.

O ateliê ganhou nome dentro do próprio terreiro. “Houve um jogo de búzios para descobrir o nome, para

saber se eu poderia trabalhar fazendo essas roupas. Foi um processo com muita ligação ao terreiro”, explica Andrade, que, além de estar à frente do ateliê, cursa Teatro na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Por esse motivo, o Araká faz também figurinos. Ainda assim, costuma fazê-los para manifestações culturais ligadas à matriz africana, como nações de maracatus e grupos de coco de roda de Natal. Com os restos de tecidos, ele confecciona ecobags. “Levo muito isso na marca, esse lance de preservação da natureza. Tem muita relação com o terreiro, com o candomblé, que cultua muito a natureza”, destaca. A casa onde fica o Ateliê Araka é alugada. Judson Andrade mora e trabalha no mesmo espaço. Para fazer as roupas mais tradicionais possível, ele opta por tecidos de algodão.

Vencer o Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa lhe deu fôlego. “Foi justamente quando veio a pandemia e perdi a bolsa que tinha conseguido na faculdade e tudo estava fechado. Tinha chegado a pensar em parar”, recorda. Sem as celebrações no terreiro, as encomendas de roupas despencaram. O costureiro investiu na confecção de máscaras de proteção contra o coronavírus. E os recursos da premiação o ajudaram a manter o ateliê.

Andrade usou o tempo de isolamento social para reorganizar o espaço. Remodelar as bolsas e roupas e aprimorar as técnicas. Investiu também nas redes sociais da marca, utilizando-as para vendas. Gravou um vídeo para o canal do ateliê no YouTube com uma oficina de roupas de terreiro, onde fala sobre todo o processo da criação do espaço. “Tenho muito orgulho de ter feito e continuar fazendo o Ateliê Araká”, afirma.

# FUXICOS E BIOJOIAS

*A Comunidade Quilombola de Capoeiras é a maior entre as 60 existentes no Rio Grande do Norte. Fica na área rural de Macaíba, cidade a 65 km de Natal. São cerca de 350 famílias que mantêm fortemente suas raízes e tradições. Lá foi criado o projeto QuilombArte. Vencedora do Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa, a iniciativa trabalha o empreendedorismo feminino por meio da produção de artesanato e moda.*

A renda na comunidade é obtida, basicamente, da comercialização da mandioca e de seus derivados. Mas as mulheres fazem também artesanato: fuxico (rosinhas feitas a partir de tiras de tecido), bonecas de pano e crochê, seguindo o fazer tradicional, com o objetivo de gerar renda. No final de 2019, as produtoras culturais Larissa Bianca, 30 anos, Rafaela Fagundes, 26 anos, Liliane Moura, 26 anos e Maria Barbosa, 48 anos, moradoras da cidade de Macaíba, que já atuavam em projetos de impacto social, iniciaram um trabalho com as mulheres da Comunidade Capoeiras.

Levaram às quilombolas a questão da importância de ter a identidade do quilombo nas peças

produzidas por elas. “Identificamos a potencialidade de trabalhar com essas mulheres desenvolvendo artesanato com moda autoral”, comenta Larissa Bianca. Para o sucesso do trabalho era importante construir algo com o que as mulheres de Capoeiras se identificassem. E, também, que comesçassem um projeto de forma colaborativa com outras mulheres da comunidade. Foi a partir daí que surgiu a ideia do projeto QuilobArte. “Esse é um projeto pensado e realizado por elas com o objetivo de gerar autonomia, renda e formação para elas próprias”, esclarece. O grupo que começou com cinco quilombolas, aumentou para 15.

O projeto ganhou corpo e foi realizado um estudo, por *designers* de moda, com as mulheres da comunidade. Um passo importante para garantir que o artesanato criado tivesse traços identitários, cores, objetos e sentimentos da história local. Com a pandemia, as oficinas de criação e montagem de biojoias (bijuterias feitas a partir de material retirado da natureza, como sementes, cascas, madeiras, entre outros) tiveram que ser adiadas.

Além das oficinas de biojoias, o QuilombArte contemplará aulas sobre empreendedorismo e fotografia com smartphones para redes sociais. “A ideia é que elas ganhem autonomia e sigam fazendo as biojoias após a finalização do projeto”, afirma Larissa Bianca.





**SERGIPE**





# OLHA A QUEIJADA DE COCO, SINHÁ!

*Em São Cristóvão, cidade da região metropolitana de Aracaju, em Sergipe, o patrimônio é doce. Tem sabor de queijada. Na receita da guloseima trazida pelos portugueses, o queijo era predominante, daí o nome. Na adaptada pelos escravos e que ganhou a mesa dos nordestinos, o que predomina é o coco, matéria-prima abundante no litoral da região.*

Foi pelas mãos da família de Marieta dos Santos, 76 anos, que o quitute ganhou fama e título de Patrimônio Cultural Imaterial de Sergipe, um reconhecimento à tradição de mais de 200 anos. Bisneta de pessoas escravizadas, Marieta das Queijadas, como é conhecida em São Cristóvão, aprendeu a fazer o doce aos 6 anos, com a avó, Conceição.

“Minha avó contava que a mãe dela viveu a vida toda na casa dos brancos, onde aprendeu a fazer todo tipo de doce. E quando ia dormir, não tinha o que comer. Foi quando começou a fazer queijada, usando coco, que tinha fácil, no lugar do queijo”, recorda.

Quando a bisavó de Marieta morreu, a abolição havia sido assinada. Mas a escravidão deixou suas sequelas. “Minha avó não tinha do que viver. Foi fazer queijadinhas para os filhos e netos venderem pelas ruas”, conta. Das lembranças da infância, guarda a da avó e da mãe, Enedi-

na, assando as queijadas nas formas feitas de casca de coco no fogo à lenha do casebre em que moravam na beira da maré.

Os pires de coco, como Marieta os chama, são usados desde essa época para assar os doces. “Alguns têm mais de 50 anos de uso. E somos nós que os fazemos. Quebramos o coco e vamos amaciando, dando a forma do pires.” Ela e os seis irmãos moravam com a avó e a mãe. Elas faziam os doces, e Marieta, aos 5 anos, a mais velha entre as crianças, comandava as vendas nas ruas do entorno e na feira.

Ainda na adolescência, ficou sabendo de um terreno onde os viajantes guardavam os cavalos. A família se uniu e levantou um barraco de taipa no local, ficando livre das intempéries da maré. Neste mesmo ano, a rodoviária de São Cristóvão foi inaugurada em frente à sua casa. “Foi aí que aconteceu todo o milagre. Quem descia na rodoviária entrava na nossa casinha e comprava a queijada. Deixamos de passar fome.”

Com a morte da avó e o adoecimento da mãe, Marieta assumiu a produção. Para os irmãos, priorizou que fossem à escola. Nas horas vagas, eles a ajudavam nas vendas. Em 1960, a moradia da família tornou-se a Casa da Queijada, com balcão nas janelas da sala. Marieta já casada e com três filhos, ficou viúva e teve que trabalhar dobrado para bancar as despesas.

“Meus meninos, assim como meus irmãos, foram para a escola. Mas trabalhavam para aprender o valor do que tinham. Os três estão formados e um é médico”, orgulha-se. Passadas mais de sete décadas, desde que começou a fazer e vender as queijadas, Marieta segue a mesma rotina. Acorda às 4h e, após preparar o café da família, começa a trabalhar.

Às 6h, chegam as cinco ajudantes, sobrinhas e neta. O dia de trabalho segue até às 18h. São mais de 100 cocos quebrados por dia. Uma média de 350 queijadas vendidas diariamente. Com a compra de lenha e coco aos fornecedores locais, a doceira gera cerca de 50 empregos indiretos. O que mudou para Marieta foi o endereço. Desde 2009, a Casa da Queijada está na Praça da Matriz, área turística de São Cristóvão.

“Nunca nem imaginei vender as queijadas aqui, em bairro de gente rica. Uma fineza só”, ela diz, em tom de brincadeira. “Se não trabalhar, não atravessa o oceano como minha família atravessou. Queria minha avó e minha mãe vivas para verem o sucesso da queijada.”

# NA RUA JOÃO BEBE ÁGUA

*Em 2009, Nivaldo Oliveira Barbosa, 53 anos, chegou em São Cristóvão, município a 26 km de Aracaju, capital de Sergipe. Fazia parte de um grupo contratado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para restaurar o Convento e a Igreja de Santa Cruz, na Praça São Francisco, centro da cidade. Em meio ao trabalho, sonhou em ficar ali e viver de arte, fazendo esculturas e xilogravuras. Decidiu ficar e tentar.*

“Eu faço arte desde os 14 anos. Meu pai, Vitalino, era marceneiro e me influenciou muito a gostar de arte. Ele era um artista na marcenaria. Fui me encantando já pelo trabalho dele, gostava de tentar entalhar a madeira”, conta Mestre Nivaldo Oliveira, que recebeu o reconhecimento como Mestre da Cultura Popular pelo Ministério da Cultura, por meio do Prêmio Culturas Populares Edição Leandro Gomes de Barros, em 2017.

Por incentivo do pai, ainda na adolescência ele fez o curso de Expressão Plástica no Museu de Arte Moderna da Bahia com o Mestre Zu Campos, santeiro reverenciado em livros do escritor baiano Jorge Amado. “Aprendi xilogravura com Mestre Zu. A pegar a madeira, desenhar e fazer a escultura em alto relevo. Passar a tinta sobre o desenho e prensar contra o papel em que desejava revelar a obra”, lembra, explicando o processo.

Nas artes, Mestre Nivaldo domina as técnicas da escultura, pintura, entalhe, xilogravura e restauração. Sua inspiração tem raízes na cultura afrodescendente, cangaço e nas manifestações da cultura popular. Suas xilogravuras possuem traços próprios, marcantes e ricos em detalhes. Radicado em São Cristóvão, o artista montou o ateliê em uma casa alugada na rua João Bebe Água, no centro da cidade.

Lá, realiza oficinas de xilogravura para estudantes e turistas. “Percebi que não bastava vender xilogravura, precisava também fazer o meu cliente experimentar e que, assim como recebi, tenho que repassar esse conhecimento”, afirma Mestre Nivaldo que tem em mente a ideia de fazer da xilogravura um meio de difusão da cultura popular e do patrimônio cultural de São Cristóvão, que é a quarta cidade mais antiga do Brasil.

Mestre Nivaldo adianta que vai destinar o recurso obtido com o Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa na aquisição de materiais para as oficinas. “Outra parte será para colocar o aluguel do ateliê em dia. A pandemia atrapalhou as vendas. Tive que passar um tempo fechado”, conta. Ele está contando os dias. Quer iniciar o projeto das oficinas no segundo semestre de 2021. “Quero ver meu espaço com gente. Receber turmas escolares, fazer a arte fluir juntamente com a história, a educação e o patrimônio”, diz.



O texto deste livro, produzido pela Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco, foi composto nas fontes Georgia, corpo 11/13,2 e Chivo 30/30, para veiculação digital na versão E-Book (PDF).



ISBN 978-65-5737-016-2



O Prêmio Delmiro Gouveia, que tem neste livro um importante registro de memória, com pitadas de história oral, é parte de realização mais ampla. Desde o ano de 2020, começou a ser desenvolvido um novo projeto na Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte da Fundação Joaquim Nabuco.

Trata-se do Observatório de Economia Criativa. Pode-se dizer que este livro é, paradoxalmente, o primeiro fruto de uma árvore que ainda está sendo plantada.

*Cultura viva do Nordeste* é, na sua estrutura, uma longa reportagem. Cada retrato ou perfil compõe, na sua heterogeneidade, a unidade fundamental traduzida numa narrativa tão cheia de calor humano quanto os personagens que aborda. Sem perder a objetividade e a sobriedade, que são virtudes do jornalismo orgulhoso de dizer o próprio nome.